

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/09

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Protocolo para estabelecimento de compromisso social para apoio às famílias no conselho de Vila Franca de Xira, a celebrar com a SCC - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA			Aprovação
2	Proposta de dispensa de parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços			Aprovação
3	Regimento da Câmara Municipal, corrigido de acordo com o aprovado na reunião de câmara de 2012/12/28			Conhecimento
	DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA			
4	Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pelo Sr. Vice-Presidente			Conhecimento
5	Revogação da deliberação de 2012/09/19, referente ao adiantamento de pagamento ao adjudicatário Construções Europa Ar-Lindo, SA para aquisição de materiais e equipamentos, respeitante à empreitada de construção do acesso rodoviário ao Novo Hospital de Vila Franca de Xira		Vila Franca de Xira	Aprovação
6	Alteração ao loteamento da Quinta da Formigueira - Alvará nº 3/98, de 14/05	Alprim - Sociedade de Promoção Imobiliária, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
7	Alteração ao Loteamento Municipal da Quinta da Piedade - Resultado da discussão pública	Relatório	Póvoa de Sta. Rita	Aprovação
8	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A82 do Loteamento Zona do Moledo - Panasqueira II	José Pinto Damião	Alverca do Ribatejo	Aprovação
9	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A3 do Loteamento Zona do Moledo - Panasqueira II	Ana Maria Farinha Sobreiras da Silva Pinto	Alverca do Ribatejo	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/09

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
10	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 177 da AUGI Casal da Serra	Francisco Matos Flores	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
11	Parecer ao Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo - Fase 3, versão de novembro			Aprovação
	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS			
12	Requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do concelho	Construções Pragosa, SA		Adjudicação
13	Regularização fluvial do Rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Auto de suspensão dos trabalhos	Consórcio Obrecol, SA/Oliveiras, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
14	Reconstrução de muro de suporte na EN 248-3, junto à Quinta de Santo António - Liberação parcial de caução	Teixeira Duarte, SA	S. João dos Montes	Aprovação
15	Execução de iluminação pública eficiente - Concurso público - Lista de erros e omissões		Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
16	Remodelação da EB1 de A-dos-Loucos - Auto de vistoria e liberação parcial de garantias	Comprojecto, Lda	S. João dos Montes	Aprovação
17	Construção do Centro de Saúde de Alhandra - Manutenção de aplicação de multas	Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA	Alhandra	Ratificação
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL			
	Da competência da Presidente da C.M.			
18	Legislação síntese			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/09

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
19	Relação dos despachos da Sr ^a Presidente e da Sr ^a Vereadora Conceição Santos na área de pessoal			Conhecimento
	. Outros assuntos			
20	Exercício do direito de preferência sobre a fração "E", correspondente à garagem nº 5, sita na Rua José Lopes, nº 4, sub-cave esq ^a	Chasa, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação
21	Relatório de atividades e avaliação da Comissão Arbitral Municipal			Conhecimento
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência da Presidente da C.M.			Conhecimento
22	Balancetes			Conhecimento
23	Pagamentos autorizados			Conhecimento
	. Outros assuntos			
24	Fundos de maneiio para 2013			Aprovação
25	Fundos fixos de caixa para trocos			Conhecimento
26	Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Câmara Municipal para 2013			Aprovação
27	QREN-EQ - 1 ^a adenda ao contrato de financiamento reembolsável - OPERAÇÃO POVT-12-0233-FCOES-000037- Regularização fluvial do Rio Grande da Pipa entre a EN1 e a Foz do Rio Tejo - Minuta			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, pelas 14,00 horas do dia 2013/01/09

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Freguesia	
28	Integração do saldo orçamental de 2012 nos fundos disponíveis de janeiro de 2013			Conhecimento
29	DEPARTAMENTO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE Horário de funcionamento da Quinta Municipal de Suberra para o ano de 2013			Aprovação
30	DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL Acordo de colaboração com o IHRU para a reabilitação de 500 fogos no âmbito do programa Prohabita			Conhecimento
31	DEPARTAMENTO DE CULTURA, TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS Relação de atos da competência da CM delegados e praticados pela Sr ^a Vereadora Conceição Santos, no uso da delegação e sudelegação de competências da Sr ^a Presidente			Conhecimento
32	Doação de obras de artes plásticas ao Museu do Neo-Realismo, pertença de Ana Pérez Quiroga			Aceitação
33	Exposição Antológica de Álvaro Perdigão no Museu do Neo-Realismo - Depósito por um período de cinco anos ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			Aceitação
34	Parecer prévio vinculativo - Certificação legal das contas do Município de Vila Franca de Xira			Aprovação
35	Exercício do direito de preferência sobre a fração H, sita na Sta. da Cruz de Paç, lote 32, 1.º esq., no Bairro da Chabital (TFHCVRX - Proc.º 983/2002, of.º B741267, de 19/12/2012)		5. João dos Montes	Aprovação



Fl. Livro _____

Fl. Ata 001

Reunião de 2013/01/09

Ata nº 1/2013

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/01/09

Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e treze, pelas 14,00 horas, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Vialonga, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência da Sr^a Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Alberto Simões Maia Mesquita; -----
. Bernardino José Gonçalves Lima; -----
. Maria da Conceição Pereira Gomes dos Santos; -----
. Francisco do Vale Antunes; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso. -----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 14,05 horas, João Manuel Correia Pires de Carvalho, pelas 14,10 horas, e Rui Ribeiro Rei, pelas 14,15 horas, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral, assessorado por Maria Filomena de Brito Antunes Mendes, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Assunto: PRESENCAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE IMPRENSA-----

. Coordenadora -----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA-----

. Chefe de Divisão -----

Drª Nélida Soares -----

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO, GESTÃO E QUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

. Chefe de Divisão -----

Urbª Ricardo Ramalho-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS-----

. Adjunto do Vereador -----

Dr. José António de Oliveira -----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO, SAÚDE E ACCÃO SOCIAL-----

. Diretora-----

Drª Carolina Carvalho -----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE-----

. Adjunto do Vereador -----

Jorge Zacarias-----



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº 001

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIALONGA-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vialonga, cumprimentando os presentes, desejando um bom ano, que se está a iniciar, e que se concretize por aquilo que seja a resolução dos desejos de todos, que será decerto aquilo que mais se aspira. Sabe-se que as dificuldades são muitas, o Governo não dá descanso, mas espera que se consiga levar a bom porto este país. Já que se fez tanto por ele, que não se deixe ir ao fundo. -----

Continuou, dizendo que o tempo é ouro, pelo que irá colocar 4 questões, sintetizando-as em 5 minutos, que também sabe serem do interesse da Srª Presidente, e em que a mesma tem manifestado algum desejo na sua resolução, embora ainda não estejam concluídas, mas espera que se consiga. -----

Uma primeira questão é a do acesso ao centro de saúde. Sabe que a Srª Presidente se tem empenhado nesta resolução, não se tem sido capaz de ultrapassar, já lhe chamando o centro de saúde “mata velhos”, porque infelizmente alguns idosos não se conseguem deslocar lá se não arranjam uma pessoa amiga que os leve. -----

Assim, tem que se encontrar alguma alternativa no sentido de melhorar o acesso, até porque também o centro já rebenta pelas costuras, como todos sabem, e vai-se ver se se consegue ultrapassar esta dificuldade. -----

Uma segunda questão é a das escolas na sua freguesia. Atravessa-se um período difícil, sabe-se que o concelho de Vila Franca de Xira está a levar também a bom porto grandes obras, e dá os parabéns pela sua realização, mas considera que chegou o tempo de se pôr um ponto final, na sua freguesia, já que nas outras não sabe, a algumas aulas que estão a ser dadas ainda em contentores. -----

Devem ser contentores com alguma dignidade, muitos deles não são, sendo que ainda há poucos dias foi convidado para assistir a uma aula num contentor, pediu a um aluno da última fila para se levantar, e tiveram que se levantar todos, e o professor sair, para que a aula continuasse, porque a criança não conseguia passar. -----

São 24 alunos dentro de um contentor, há algumas situações muito preocupantes, alguns já estão muito desatualizados e velhos, e a água já começa a entranhar-se nas estruturas.-----



Um terceiro ponto é sobre a várzea de Vialonga, que representa um pouco deste país, ou seja, é o “petróleo” deste país e será o futuro deste país. São terrenos agrícolas como aqueles que se têm vindo a preservar e a querer manter por este país fora, porque será de facto o futuro e o futuro dos filhos, netos e outros que virão.-----

Um grupo de jovens agricultores de Vialonga, pessoas na casa dos 30/35 anos, juntou-se e tem vindo a fazer uma coisa que era o ex-libris de Vialonga, a plantação de cebolas, e muito bem. Assim o fez, neste momento já anda a apanhar as ervas daninhas, as coisas estão a avançar muito bem, e pensa que é para aqui que se tem de caminhar, incentivando toda esta gente. No entanto, há algumas pessoas sem escrúpulos que continuam a invadir a várzea, com resíduos.-----

A pessoa em questão fez mais uma vez uma grande descarga de resíduos na várzea, aproveitando a época de pontes que a câmara municipal e a junta de freguesia concederam aos funcionários. A pessoa manifestou-se a fazer isso nesta data, pensando que assim tinha a porta aberta para fazer as descargas que fez, e julga até que já foi advertida pelo tribunal, para retirar o que lá pôs.-----

Não tinha posses para retirar o que lá pôs, mas teve posses para alugar 4 ou 5 camiões, uma retroescavadora, e pôs o dobro do que lá estava. A decisão do tribunal foi retirar, mas a pessoa fez precisamente o contrário. -----

Hoje de manhã a pessoa telefonou-lhe, queria almoçar com o próprio, mas respondeu-lhe que estava indisponível. A pessoa perguntou-lhe qual era a solução, e respondeu-lhe que era retirar o que lá tinha posto, ao que aquela lhe respondeu que isso iria ser um grande problema. Fez queixa ao SEPNA, que esteve no local e levantou um auto, tendo também telefonado ao Sr. Vereador. -----

Considera que esta gente usa e abusa, e já está a fazer pouco dos eleitos de freguesia, que foram eleitos para proteger e defender a sua freguesia e o país. Estas pessoas aproveitam-se, e vêm destruindo tudo aquilo que é o património nacional, que tanta falta vai fazer no futuro. -----

Por fim, agradece a intervenção que a câmara municipal fez na Quinta das Índias, na Granja, nos Enxofrais, pela repavimentação das estradas, que estavam bastante danificadas, existindo só um problema por resolver, que se tem de ver no futuro, a sinalética e as passadeiras, tendo que se ver como se vai conseguir encontrar a



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **007**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

solução, dado que é uma das necessidades de que agora carece aquela urbanização.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que as questões trazidas são do conhecimento da câmara municipal. No caso concreto das duas primeiras, o que respeita ao acesso ao centro de saúde e às escolas, são situações que diria que nem sequer são muito novas.-----

Aquilo com que se pode comprometer é a reunirem-se muito em breve, ainda este mês de janeiro, e no caso das escolas, também com o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, no sentido de analisar e poder traçar, dentro das possibilidades, alguma melhoria para a freguesia.-----

Quanto ao caso da várzea de Vialonga, saúda com agrado esta iniciativa, sendo que ainda em momento muito recente teve oportunidade de falar publicamente que a questão da várzea tinha um futuro agrícola, seguramente, devidamente organizado e tudo o mais, e dá-lhe gosto em saber desta iniciativa de um conjunto de jovens. Na sua visita à freguesia terá oportunidade de, com o Sr. Presidente, visitar também, para perceber o que está a acontecer. -----

No que respeita às descargas de resíduos, são o resultado do atropelo ao respeito pelas regras, e também o atropelo à cidadania, porque na realidade a descarga de resíduos tem regras, estão perfeitamente claras para todos, mas há uma tendência que se multiplica por muitos, de atropelar essas mesmas regras. -----

Aí tem que se intervir, da maneira que o Sr. Presidente interveio, e muito bem, de qualquer maneira o problema agora está lá, e vai demorar muito mais tempo a corrigir do que demorou a instalar, sendo esta a realidade. Já foi feito um auto de embargo pela câmara municipal, agora tem aquela sequência normal, que é sempre muito mais longa do que o que se gostaria.-----

Sobre a continuidade das intervenções, já teve oportunidade de reunir com o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, ir-se-á fazer o ponto da situação e dar conta. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo, quanto à sinalética na Quinta das Índias, que a informação que tem é que se o tempo permitisse hoje estava a ser feita a pintura das passadeiras, não sabendo ainda se isso foi possível, devido ao tempo.-----



Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

TALUDE QUE DESMORONOU JUNTO AO CENTRO DE SAÚDE DE VIALONGA -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que junto ao centro de saúde de Vialonga, em fevereiro de 2010, houve um talude que desmoronou, levando consigo parte do passeio. -----

Porque é uma situação que já se vem a desenrolar há quase 3 anos, e até agora nenhuma intervenção foi feita, a não ser colocar ali algumas barreiras de segurança, os membros da CDU gostariam de tentar perceber para quando é que a câmara municipal perspetiva ali algum arranjo. Sabem que o terreno é de propriedade privada, mas certamente não se pode estar à espera que o seu dono resolva a situação, e convinha rapidamente arranjar para ali alguma solução.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de perguntar o ponto de situação, porque é algo que se arrasta há uma série de tempo, do lote que fica perto do centro de saúde de Vialonga, que deu a queda do passeio, e pode, eventualmente, vir a dar a queda da estrada. -----

Já pediram o ponto de situação mais do que uma vez, o Sr. Vice-Presidente ficou de enviar a informação, porque do ponto de vista que têm, e podem estar errados, mas gostavam de ver esta informação, quem tem de fazer o muro de suporte e de segurar ali as terras é o proprietário daquele lote. -----

A não ser assim, gostariam de ter uma informação em sentido contrário, mas entretanto já passou um ano e meio sobre este pedido de informação, várias vezes solicitado de novo, e até hoje a informação não chegou. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que vai procurar ser rápido, e as respostas poderão até passar para a reunião seguinte, ficando logo o assunto resolvido. No entanto, vai tentar, até por respeito às pessoas que estão presentes, e por todos, ser o mais breve possível. -----

Quanto ao talude, curiosamente falou com o Sr. Presidente da junta ontem, e é uma questão para a qual se está a tentar encontrar uma solução, que seja razoável em termos de custos, porque, como o Sr. Vereador Rui Rei colocou, poderá ser uma matéria da responsabilidade do proprietário, o que não põe em causa. O facto é que se tem o problema hoje, e o problema da resolução através do proprietário será não se sabe bem quando.-----



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

De qualquer modo, está-se a estudar uma solução para o efeito.-----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
HOSPITAL DA FLAMENGA - VIALONGA -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, lembrando o estado de degradação do Hospital da Flamengo, em Vialonga, que foi um marco de referência a nível de saúde, nomeadamente de retaguarda, no concelho de Vila Franca de Xira, e não só, que o Estado central decidiu encerrar, e hoje em dia aquilo que se tem é um palácio do século XVIII completamente em ruínas, não servindo para nada, a não ser para ninho de vândalos que, do pouco que ainda resta, conseguem arranjar alguma coisa para partir e estragar ainda mais aquele imóvel de elevado interesse arquitetónico. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se consumiu a hora do período antes da ordem do dia, ficando muito pouco tempo para as respostas. No entanto, vai-se tentar ser muito sucinto, pedindo aos Srs. Vereadores que a acompanhem nesse esforço, e vai-se responder a algumas das questões que foram colocadas. -----

Quanto ao hospital, a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso voltou a equacionar o assunto, que é bem conhecido de todos, e todos estão de acordo. A câmara municipal fez várias diligências no sentido de aproveitar aquele espaço, e ainda muito recentemente continuava a direção do Tesouro em negociações com uma pessoa que tinha sido indicada pela câmara municipal, e estava a tentar acertar valores.-----

É o que pode dizer, não tem mais nenhuma informação concreta acerca do assunto.-----



Deliberação nº



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 013

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

CENTRO COMUNITÁRIO DE VIALONGA-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, reportando-se ao centro comunitário de Vialonga, dizendo que se falou ainda na reunião anterior deste assunto, tendo os membros da CDU recebido o e-mail sobre o funcionamento e a atividade deste centro, e se tudo o que lá está escrito for de facto verdadeiro vem ainda dar mais força à necessidade imperiosa de dotar este auditório das condições necessárias para que sirva para um equipamento cultural, e não apenas para aquilo que hoje em dia serve. -----

O centro comunitário deve ser dotado de um sistema de som que é essencial para a prática, nomeadamente da música, e pelo menos de cadeiras, simples que sejam, para que toda a comunidade de Vialonga, em particular do parque residencial de Vialonga, possa desenvolver ali atividades diversas, de âmbito cultural, que são muito importantes.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que já se está a trabalhar naquilo que serão as obras a fazer, não podendo garantir à Srª Vereadora que vai ter som e cadeiras, mas, por exemplo, quando se dá conta que a junta de freguesia vai lá realizar o Concerto de Reis, acredita que é com cadeiras.-----

Nesse contexto, às vezes o engenho também ajuda a ultrapassar algumas coisas, de qualquer forma o compromisso foi de que iriam acontecer melhorias no centro comunitário de Vialonga, estando-se a trabalhar na preparação dessa tarefa. -----



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que esta é uma matéria que está em desenvolvimento, tendo para a semana agendada uma reunião com o fundo e o antigo proprietário daqueles terrenos, no sentido de rapidamente se encontrar a solução. -----



Deliberação nº

AG *João*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

AJUDAS DE CUSTO ATRIBUÍDAS AOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU souberam que a câmara municipal decidiu, não se sabe como, mas a Srª Presidente irá explicar certamente, terminar com os 25% das ajudas de custo que eram dadas aos funcionários da câmara municipal que estavam deslocados a mais de 5 km dos refeitórios municipais.-----

Era um apoio dado aos funcionários que tinham obrigatoriamente que permanecer fora do local de trabalho, onde existem refeitórios, e de alguma forma seria para suportar as despesas que são certamente mais elevadas do que para aqueles que podem usufruir do refeitório. -----

Aquilo que sabem é que o pessoal dirigente de alguns departamentos informou, de forma informal, os seus trabalhadores que, atendendo ao Orçamento de Estado de 2013, essa percentagem das ajudas de custo iria cessar. -----

O que querem perguntar é se isto corresponde ou não à verdade, e a não ser verdade sugerem que a câmara municipal faça sair uma informação para desmentir o que hoje em dia corre junto dos trabalhadores, porque, de facto, está-se no dia 8 de janeiro, e as pessoas o que querem é perceber o que vai acontecer. Se não ficarem com as ajudas de custo, querem, e muito bem, que a câmara municipal lhes forneça um transporte, que as possa deslocar até aos refeitórios municipais.-----

No entender da CDU é uma má altura para a câmara municipal poder tomar esta medida, sendo que o artigo 10º do Decreto-Lei nº 106/98, alterado pela Lei nº 66-B/2012, diz que o pessoal dirigente, após apreciar a situação, pode pagar uma importância equivalente a 25% da ajuda de custo, e é nalguns casos um subsídio de extrema importância, porque está-se a falar de trabalhadores com salários de 485,00€, em muitos dos casos, podendo-se até correr o risco de haver funcionários da câmara municipal com direito a 25% da ajuda de custo, porque o dirigente do serviço assim o entendeu, e outros com um critério diferente.-----

Desta forma, a não ser verdade, e esperam francamente que isso não aconteça, porque já basta aquilo que os trabalhadores estão a sofrer na pele com os cortes por parte da administração central, a câmara municipal deve informar rapidamente



todo o pessoal de que pode ficar tranquilo, porque este corte não vai existir.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que tem sempre uma grande dificuldade em lidar com o “diz que disse”. Não conhece a informação de que a Srª Vereadora falou, a Srª Vereadora responsável pelos recursos humanos também não, e o Dr. Fernando Barreiros também não. -----

A Srª Vereadora já fez um contacto a solicitar aos recursos humanos que averiguassem, a própria fez um sinal a perguntar à Diretora do Departamento de Obras, Viaturas e Serviços Municipais, que é a área onde maior número de trabalhadores está abrangido, e não conhece isso, nem transmitiu informação nenhuma a ninguém.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que a Srª Presidente pode perguntar, provavelmente ao chefe de divisão, se não foi essa a informação que foi dada.-----

Respondeu a Srª Presidente que considera estranhíssimo que os chefes de divisão tenham dado uma informação que não é do conhecimento da diretora.-----

Interveio novamente a Srª Vereadora, mencionando que a Srª Presidente também deve achar estranhíssimo que a própria coloque a questão, sem lha terem dito.-----

A Srª Presidente respondeu que se vai esclarecer, e tentou-se esclarecer logo, sendo que nessas situações agradece que a Srª Vereadora seja até muito mais clara, porque às vezes é só “diz que disse”, não é mais nada. -----

Assim sendo, vai-se averiguar. Não despachou nada, a Srª Vereadora Conceição Santos não despachou nada, o diretor de departamento, que tutela os recursos humanos, não despachou nada, e por isso vai-se ver o que se passa.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **018**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
ROTUNDAS NA VARIANTE DE VIALONGA-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se a algumas questões referentes à freguesia de Vialonga. -----

Os membros da CDU recordam-se, em 2007, sob proposta dos vereadores da CDU, de se ter recolhido o apoio unânime de todas as forças políticas para uma proposta que visava a substituição dos semáforos por rotundas, na variante de Vialonga. Recordam a data em que isso foi deliberado por unanimidade por esta câmara municipal, em 2007, estando-se no último ano do mandato autárquico, ano de 2013, e o problema não foi resolvido. -----

Antes que a Srª Presidente chame a atenção de que já existe verba para construir essas rotundas, a CDU gostaria de informar que o dinheiro que está disponível em verba provavelmente não servirá para fazer mais do que rotunda e meia, e as necessidades são exatamente as mesmas, com a agravante de se ter um variante de Vialonga que é hoje, cada vez mais, uma via onde se regista uma elevada carga de sinistralidade, inclusivamente sabem que há até situações identificadas com causa direta para a integridade de pessoas e vidas humanas. -----

Para além disso, chamam à atenção que muito repetidamente os semáforos de Vialonga se encontram avariados, hoje mesmo passaram pelo local, e a informação que têm é que há bastantes dias que essa situação assim se encontra, sendo no mínimo lamentável. -----

Também é lamentável verificarem que muitas pessoas, e não culpam as pessoas, culpam a falta de perspetiva desta câmara municipal e a sua falta de investimento, tenham que se sujeitar a atravessar o núcleo antigo da vila de Vialonga, em detrimento da variante, essa sim a via para fazer distribuir o tráfego que não tem de ter origem ou passagem no interior do núcleo urbano, prejudicando naturalmente a conservação desta rede viária. -----

Assim, chamam à atenção que esta variante serve também para todo o trânsito com destino ao MARL, ou muito trânsito com destino ao MARL, para as pedreiras e para toda a atividade logística que existe na freguesia de Vialonga. -----

Desta forma, o Partido Socialista tem que realmente investir, não sendo possível, e não é justo que se adie mais este investimento nesta freguesia. -----



Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se à variante, dizendo que apresenta um mau estado, e a câmara municipal terá de fazer um investimento para a recuperação desta via, devendo também fazer as rotundas que estavam previstas.- Do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo não são necessárias rotundas de 150 000,00€, já o disseram e continuam a reafirmar, não são absolutamente necessárias, até porque a rotunda que está feita ao lado do Pingo Doce nunca custaria, nem nunca poderá custar 150 000,00€. Podem-se perfeitamente fazer algumas obras que resolvem o problema da circulação na variante de Vialonga, sem investimentos dessa ordem de grandeza.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o Sr. Vereador Nuno Libório colocou algumas questões, que já foram repetidas, e que serão respondidas em conjunto, como é esta das rotundas.-----

A questão dos semáforos avariados é normalmente uma informação que chega via junta de freguesia, e se estão avariados há muito tempo, não sabe o que se passa, pelo que solicita ao Sr. Vereador Vale Antunes que verifique junto dos serviços.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a rotunda dos Caniços era para ter tido o seu início no ano anterior, não foi possível por procedimentos, e sobretudo também por algumas exigências da ARH e da EPAL. -----

Quando o Sr. Vereador diz que se poderiam fazer rotundas mais baratas, o próprio também gostaria, do que o Sr. Vereador pode ter a certeza. Contudo, tem de haver preocupações, que o Sr. Vereador Rui Rei tem defendido, e bem, em vários momentos. Não vale a pena muitas vezes fazerem-se obras com um valor muito mais razoável, em termos de custo, e mais tarde vir a verificar-se que se calhar foi um erro ter-se optado por aquela solução mais barata. -----

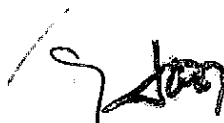
Aquelas rotundas têm o valor que têm muito devido às questões das infraestruturas que passam por aquela zona, tanto nos Caniços, como a outra, junto ao centro de dia da ARPIV.-----

Há ali problemas complicados em termos de infraestruturas, e como provavelmente o Sr. Vereador teve oportunidade de analisar o projeto que o próprio enviou, verificará algumas dificuldades a esse nível, o que veio encarecer o valor da obra, se bem que, como o Sr. Vereador também deve ter reparado, alguns itens do mapa de materiais e de trabalho foram retirados, como alguns que têm a



Deliberação nº

Houve ontem uma situação em Alpriate, que hoje de manhã ficou totalmente resolvida, e pensa que se tem conseguido, num dia imediato, às vezes no próprio dia, corrigir estas situações que surgem, naturalmente pelo uso e anomalias pontuais que acontecem neste tipo de equipamentos, um pouco por todo o concelho. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
OCUPAÇÕES NA VÁRZEA DE VIALONGA-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se às ocupações na várzea de Vialonga, dizendo que os membros da CDU, se tivessem vontade, poderiam passar a tarde inteira a falar dessas ocupações, mas para falar delas, e pela forma como se processaram ao longo destes últimos anos, ter-se-ia certamente que responsabilizar a câmara municipal, e também o Partido Socialista, porque não é mais admissível passarem indiferentes a toda esta situação.-----

Por altura de 28 de dezembro do ano passado, na reunião de câmara que se realizou na Póvoa de Santa Iria, a Srª Presidente, que é a pessoa que tem autoridade administrativa e política para o efeito, informou um desses prevaricadores que tinha de repor o terreno nas condições de origem.-----

Se hoje se for à zona da várzea de Vialonga encontra-se, na zona onde está instalada a empresa BEIRAP, um grande aterro, e é caso para perguntar se esta câmara municipal não o licenciou, e se há mais de um ano que o proibiu, porque razão não consegue impor a sua vontade político-administrativa, porque é a autarquia que tem, em primeira instância, que regular, administrar e fiscalizar situações deste género. Certamente há dificuldades, mas também se não houver vontade para resolver este problema, ele não se resolve, e pior do que errar é nada fazer.-----

Sobre estas ocupações, realmente o Partido Socialista tem muito para explicar-se, para não falar dos folhetins infelizes que foram todas as ocupações, desde a David e Sucessores, às Transportadoras de Lafões e companhia, passando pela Palegessos. São casos de verdadeira violação das mais elementares regras do ordenamento do território, com o conhecimento da câmara municipal, no mínimo lamentável, mas os membros da CDU ainda dão o benefício da dúvida que a câmara municipal atue e faça cumprir a lei, sendo isso que pedem, e é isso que não está a acontecer. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que esta é uma matéria que preocupa a câmara municipal, continuando-se a tentar resolver um problema que é grave, e vai-se continuar. -----

O Sr. Vereador falou numa série de questões que não são iguais, Palegessos,




Fl. Ata- 022

Reunião de 2013/01/09

Proc^o

Deliberação nº

Lafões e outras, questões que já lá estavam há muitos anos, e que urgiam resolver, caso contrário é, de facto, a BEIRAP que vai ter de sair de lá, se bem que também há uma questão, e é a interpretação que faz, que pode estar errada, ou seja, nestas situações em que há postos de trabalho em causa tem de haver algum bom senso na análise. A BEIRAP sabe que tem de sair de lá, e vai ter que sair.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
PEDREIRAS - VIALONGA-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se às pedreiras, em Vialonga, dizendo que o problema das pedreiras não é exclusivo da freguesia de Vialonga, é um problema do concelho e de todos os concelhos onde existem pedreiras. -----

Os agentes económicos têm que cumprir determinado tipo de obrigações, e cabe à câmara municipal também uma atitude de participar na fiscalização dessas atividades económicas, e aquilo que os membros da CDU estão a verificar, uma vez mais, no caso de Vialonga, é que a câmara municipal mostra-se incapaz de resolver o problema que tem a ver com, por exemplo, o que todos já verificaram, os depósitos de inertes com mais de 15 metros de altura, bastando uma qualquer tarde ou manhã de mais vento para soltar poeiras, e naturalmente os prejuízos para as populações são mais do que óbvios, evidentes, e do conhecimento de todos. -----

É caso para perguntar quem deve intervir ou quem deve fiscalizar, e sabem que é uma competência do Ministério do Ambiente, mas se a câmara municipal não chamar à atenção ou não participar diretamente com queixas próprias ou, acima de tudo, que é sempre aquilo que defendem, prevenir, informar ou sensibilizar os agentes económicos, são as populações que ficam a pagar esta fatura pesada. Pagam com prejuízo para a sua qualidade de vida, e o prejuízo é aquilo que todos os que são de Vialonga sabem sobre essa matéria. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que efetivamente a fiscalização e a câmara municipal não têm competências a esse nível, mas a fiscalização tem feito alguns trabalhos de fiscalização em muitas das pedreiras do concelho, e vai continuar a fazê-lo. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

EQUIPAMENTOS SOCIAIS – NOVO QUARTEL PARA OS BOMBEIROS DE VIALONGA-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU sabem que os bombeiros precisam de um novo quartel, não estão a constatar nada de novo, nem é nenhuma novidade. -----

Aquilo a que não queriam assistir, em 2013, era a um rol de promessas certamente movidas por ímpetos eleitoralistas, que é aquilo que tem sempre acontecido quando se fala dos bombeiros, e do caso específico de Vialonga.-----

Quando se aproximam eleições autárquicas há sempre alguém que vem prometer um novo quartel, e aquilo com que se comprometeram com os bombeiros e a população de Vialonga é que deverão fazer tudo o que estiver ao alcance para defender a existência deste quartel. Aquilo que não sabem é o que esta câmara municipal está a fazer para que esse quartel seja uma realidade. -----

Portanto, sobre o quartel não vai falar muito mais, porque a situação é conhecida por todos. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que não acredita que o Sr. Vereador não saiba disto a mesma coisa do que a própria, no entanto, às vezes não se diz, diz-se só o que se quer dizer. O Sr. Vereador sabe com certeza, até porque já foi dito pela própria, que tinha sido apresentada uma candidatura ao QREN para a construção do quartel dos bombeiros, só que a medida não abriu até ao momento. -----

Foi isto que foi informado, e se o Sr. Vereador se dirigir à direção dos bombeiros, é o que lhe dizem com certeza. Já houve muitos contactos que podem ser comprovados, quer pelos responsáveis dos bombeiros, quer pelos responsáveis da proteção civil, a nível distrital, de que a câmara municipal tem sucessivamente falado sobre este assunto, inclusivamente com o membro do Governo da área. -----
Por isso está-se a aguardar que a medida abra, para que a candidatura possa ser apreciada. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PROGRAMA EVOCATIVO DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE ÁLVARO CUNHAL-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Bernardino Lima, apresentando, em nome dos membros da CDU, a primeira proposta de 2013 da coligação, sobre o programa evocativo do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Terminou, pedindo desculpa por ter sido mais extenso do que o habitual, mas não conseguiu ser mais sucinto.-----

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, para se pronunciar sobre esta proposta, que considera muito relevante.-----

Sabe que não está agora a votação, mas quer recordar que ainda os membros da Coligação Novo Rumo estavam no executivo quando se lançou um programa, que já tinha algum tempo nas bibliotecas municipais, e uma das conferências que foram feitas foi exatamente sobre a vida de Álvaro Cunhal, a vida pessoal.-----

Se bem que as pessoas têm todo um historial na sua vida, gosta muito de fazer a divisão entre a pessoa, em si, e aquilo que é o seu ideal. Pode não concordar com o ideal, mas ter um profundo respeito pelas pessoas, como é o caso.-----

Este trabalho foi feito várias vezes, pensa que sem nenhum problema, e está a falar por si, no envolvimento que a câmara municipal teve várias vezes, sobre a figura de Álvaro Cunhal, figura incontornável também do Museu do Neo-Realismo, como um neorrealista em termos artísticos, que o é, abdicando o próprio agora de falar da parte política, pois como todos sabem não poderia estar mais do lado contrário.-----

A democracia implica exatamente isso, um profundo respeito pelas ideologias de cada um, e tem esse profundo respeito por Álvaro Cunhal, porque o conheceu também pessoalmente.-----

O Sr. Vereador Bernardino Lima referiu-se a um dos trabalhos feitos na prisão, e o próprio sabia-o, através de Odete Santos, que foi a tradução do Rei Lear, em que por muito que se quisesse tê-la feito no Teatro Nacional, algo acima se moveu para que não se tivesse conseguido.-----

Não vai ainda dizer qual é a sua votação, porque a Srª Presidente ainda não colocou a proposta a votação, de qualquer maneira salienta o seu profundo



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

Já está prevista a apresentação da fotobiografia, e está também prevista uma exposição no âmbito da relação de Álvaro Cunhal com o Museu do Neo-Realismo, não estando prevista a aquisição de nenhuma exposição que exista já para este efeito, mas as conversações continuam entre a comissão e o Museu do Neo-Realismo, na pessoa do Dr. David Santos, e vai-se com certeza honrar a memória de alguém que foi tão importante em defesa da liberdade e da democracia.-----

Proposta nº 1/2013

Programa evocativo do centenário do nascimento de Álvaro Cunhal

Em 2013, comemora-se o centenário sobre o nascimento do Álvaro Cunhal.

Álvaro Barreirinhas Cunhal, filho de Avelino Cunhal e Mercedes Cunhal nasceu em Coimbra, no dia 10 de Novembro de 1913. A sua infância foi vivida em Seia, terra de seu pai.

Com onze anos de idade muda-se com a família para Lisboa, onde faz os estudos secundários no Pedro Nunes e no liceu Camões.

Em 1931, com dezassete anos, ingressa na Faculdade de Direito de Lisboa, onde inicia a sua atividade política, filiando-se no PCP nesse mesmo ano.

A adesão de Álvaro Cunhal ao ideal e ao projeto comunistas não foi, apenas, a adesão a um ideal e a um projeto libertadores e transformadores, foi também, complementarmente, uma opção de vida, concretizada com a entrega total ao Partido Comunista Português de cuja construção coletiva ele foi o mais destacado obreiro.

Personalidade singular – nas suas dimensões política, ética, intelectual, artística, humana – a sua vida e a sua obra formam um todo indissociável.

Da atividade intelectual de Álvaro Cunhal nasceu – para além de uma obra artística relevante – uma produção teórica traduzida num notável corpo de pensamento político, económico, social, cultural.

A atividade revolucionária, iniciada com a adesão de Álvaro Cunhal ao Partido, aos 17 anos de idade, viria a marcar impressivamente o processo de construção do PCP como partido marxista-leninista.

Preso pela primeira vez em 1939, volta a cair nas garras da polícia fascista em 1940.

Brutalmente torturado, sempre se recusou a prestar quaisquer declarações, o mesmo acontecendo quando da terceira prisão, em 1949.

Neste caso, para além das torturas físicas foi submetido a condições prisionais por ele denunciadas no tribunal como «uma nova forma de tortura»: o isolamento (que viria a durar mais de sete anos, dos quais os primeiros 14 meses em regime de incomunicabilidade), na Cadeia Penitenciária de Lisboa, encerrado numa cela onde a luz nunca era apagada, mas onde nunca se via o sol.

No decurso do longo período de prisão, Álvaro Cunhal - ao mesmo tempo que faz da prisão um espaço de luta e trava um permanente combate pelos seus direitos enquanto preso político e contra o desumano regime prisional - desenvolve um intenso trabalho criador abrangendo um muito vasto leque de matérias, bem expressivo da sua singular personalidade intelectual.

Nas brutais condições de isolamento e de limitações de toda a ordem da Cadeia Penitenciária de Lisboa - que visam abatê-lo física e moralmente - ele resiste trabalhando intensamente:

escreve ***As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média e a Contribuição para o Estudo da Questão Agrária***; traduz o ***Rei Lear***, de Shakespeare; escreve sobre arte e estética: ***Cinco notas sobre forma e conteúdo*** (texto que seria publicado na revista Vértice, com o pseudónimo de António Vale) e, mais tarde, o ***Prefácio*** ao romance de Aquilino Ribeiro, Quando os Lobos Uivam.

Escreve ficção literária: ***Até Amanhã, Camaradas*** e ***Cinco Dias, Cinco Noites (passados já para filme)***. produz os ***desenhos da prisão***.

Significativamente, os personagens dos romances e dos desenhos de Álvaro Cunhal são, no essencial, os seus companheiros de luta, as vítimas da opressão e da exploração pela liquidação das quais ele foi o mais empenhado combatente.

A histórica fuga de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960 - com grandes repercussões tanto no plano nacional como internacional - recupera para a luta clandestina um importante conjunto de destacados quadros e dirigentes do Partido, entre os quais Álvaro Cunhal, preso havia mais de 11 anos consecutivos.

A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro é o primeiro trabalho assinado por Álvaro Cunhal após a libertação.

Trata-se da mais completa análise até hoje feita à Revolução de Abril, de um trabalho incontornável para o estudo da revolução portuguesa e das suas características específicas.

Álvaro Cunhal dedicou toda a sua vida ao ideal e projeto comunista, à causa da classe operária e dos trabalhadores, da solidariedade internacionalista, uma dedicação sem limites aos interesses do povo português, da soberania e independência de Portugal.

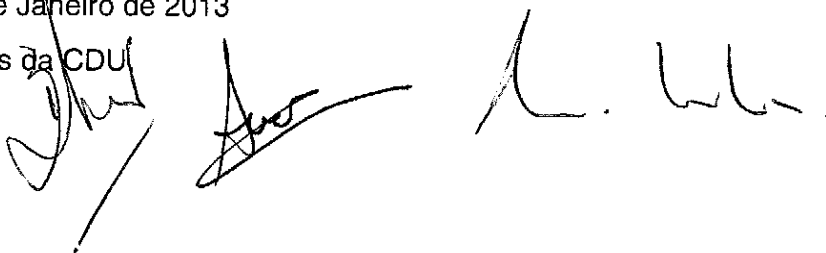
Intervindo com o seu Partido ao longo de mais de 74 anos de Ação revolucionária, assumiu um papel ímpar na história portuguesa do Século XX, na resistência anti-fascista, pela liberdade e a democracia, nas transformações revolucionárias de Abril e em sua defesa, por uma sociedade livre da exploração e da opressão, a sociedade socialista.

Este trabalho que aqui se apresenta sobre Álvaro Cunhal, é tão só um breve contributo para conhecer o seu percurso e aprofundar o estudo sobre a sua obra teórica, ligando-a à prática, à realidade concreta e à luta que os comunistas portugueses continuam a travar.

Considerando, a Vida, pensamento e luta: exemplo que se projeta na atualidade e no futuro, a importância da comemoração do centenário do seu nascimento e o contributo evocativo que colectivamente, lhe poderemos retribuir, em nome da sua memória e da necessidade de transmissão do seu legado às gerações futuras, os vereadores da CDU, na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, propõem que a Câmara Municipal, se associe a esta comemoração com aquisição da exposição evocativa de Álvaro Cunhal, para servir de elemento dinamizador junto da rede de bibliotecas municipais e de freguesia, associado ao programa de atividades que o Museu do Neo-realismo venha a realizar em 2013, ano em que se comemora o centenário sobre o seu nascimento.

Vialonga, 9 de Janeiro de 2013

Os vereadores da CDU



Handwritten signature

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

RUA ALVES REDOL – VILA FRANCA DE XIRA-----

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, referindo-se à Rua Alves Redol, em Vila Franca de Xira, dizendo que chegou aos membros da Coligação Novo Rumo a informação de que a situação se irá alterar a partir do dia 15 de janeiro. Não sabem se é verdade ou não, e gostariam de colocar essa questão à Srª Presidente, ou seja, no sentido de que a faixa BUS passará a funcionar como faixa BUS, e o estacionamento será uma outra alternativa, que não conhecem ainda qual será. ---- Depois, uma outra situação tem a ver com um protocolo que lhes chegou, que não sabem se foi assinado ou não, e também queriam saber se foi assinado.-----

Por outro lado, no âmbito desse protocolo notaram que passa a responsabilidade da câmara municipal para a junta de freguesia, neste assunto, situação com a qual não concordam, e também notam que a receita que a câmara municipal recolhia dos parquímetros passa para um privado, com o que também não concordam, porque nem sequer há uma contrapartida. -----

Nesse protocolo estão previstas situações, como por exemplo das pessoas que não fizeram aquisições/compras superiores a 5,00€, que não têm direito a usufruir desse benefício, e os membros da Coligação Novo Rumo também não concordam, porque basta irem à farmácia e comprarem uma caixa de ben-u-ron, que custa 1,00€ e pouco, e já não beneficiam, enquanto quando estacionavam no parquímetro punham 0,20€ e beneficiavam. -----

Assim, desejam saber, efetivamente, se o protocolo foi assinado, e gostariam que não o tivesse sido sem pelo menos esta questão ser vista com os próprios, até porque, se bem todos se lembram, ficou decidido, ou pelo menos conversado, pois decidido às vezes é um conceito jurídico que pode trazer algumas confusões, que nunca seria pintada a faixa BUS antes de se decidir o que se fazia naquele troço da Rua Alves Redol. -----

O certo é que foi pintado, e depois originou o que originou a quem agora estaciona na faixa BUS, sendo que entretanto não se sabe quando é que se retira o plástico que está no sinal que indica faixa BUS. Os comerciantes andam à espera, agora fala-se no dia 15, e efetivamente têm muitas dúvidas sobre esta situação, pelo que gostariam que definitivamente fosse feito um ponto de situação. -----



Também lhes chegou a informação de que, quanto às multas que continuam a ser passadas, a PSP não as retirou, e é a câmara municipal que vai assumir o pagamento, e gostariam de saber também se é verdade, para darem a sua opinião. Por outro lado, tinham também perguntado diversas vezes sobre quando é que a adjudicação destas obras veio a reunião de câmara. Foi-lhes dito que não era necessário, consultaram a lei, e a conclusão a que chegaram é que poderia não ser necessário, por delegação da Srª Presidente, mas a mesma ou os vereadores têm que informar a câmara municipal das decisões que geram custos, que é o caso. Continuam sem saber o que se passa quanto à Rua Alves Redol, quais as decisões de adjudicação, como foram tomadas, quando foram, e gostariam de ser devidamente informados.-----

Prosseguiu, dizendo que no seguimento destes considerandos que referiu a Coligação Novo Rumo tem uma proposta a apresentar, porque considera que definitivamente andam todos a falar do assunto há tanto tempo, e não parece que se chegue a algum caminho, pelo menos com alguma segurança para quem precisa de ter esta situação resolvida, que são precisamente as pessoas que utilizam aquela rua, e os comerciantes e serviços que ali têm os seus trabalhos.-----

De seguida, leu a proposta dos membros da Coligação Novo Rumo, que distribuiu a todos os grupos, relativamente à requalificação da Rua Alves Redol, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --

Relativamente à proposta de suspensão da afetação da faixa BUS, permitindo o estacionamento, até posterior análise devidamente fundamentada desta matéria, disse que obviamente será no seguimento dos estudos que propõem que sejam elaborados. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que a Srª Vereadora trouxe uma questão, agora, com outra abrangência, a questão da Alves Redol, a própria tem informações para dar, e tinha pensado dá-las no fim da reunião, o que fará com todo o gosto e sem nenhum problema. -----

Contudo, a questão que consta na proposta da Coligação Novo Rumo, e que pode ser agendada para um próximo momento, já estava assumida em vários momentos, concretamente a do estudo do estacionamento, desde logo em Vila Franca de Xira, Alverca do Ribatejo e Póvoa de Santa Iria. Está para ser marcada



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 029

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

uma reunião, se os Srs. Vereadores estiverem disponíveis para ela, até em função daquilo que foi a contraproposta ao documento que veio a reunião de câmara sobre o estacionamento em Vila Franca de Xira.-----

Quanto ao protocolo, a câmara municipal não intervém no protocolo, que foi celebrado entre três entidades, de que a câmara municipal não faz parte.-----

De qualquer forma, guardará o resto desta conversa para o momento em que detalhadamente se analisar o assunto mais à frente. -----

No que respeita às multas, é mais ou menos a mesma coisa, é o “diz que disse”, porque não é verdade. A multa até pode ter acontecido por outra coisa qualquer, se calhar por se estar estacionado e não se ter posto o papel. -----

Multa por se estar ali estacionado não aconteceu, com o cumprimento do parquímetro, e nem é bem nunca, aconteceu no primeiro dia, o que a Srª Vereadora sabe, pelo que estar a repisar o mesmo assunto é um gosto. Na altura, teve oportunidade de dizer à Srª Vereadora que a câmara municipal tinha conhecimento de 3 multas, que foi a informação que a polícia deu, e que o que se tinha transmitido inclusivamente é que as pessoas deveriam contactar a câmara municipal quando recebessem o documento. -----

Foi isto que disse em reunião de câmara, volta a repetir, porque pode-se perfeitamente fazer uma exposição, explicando as razões que estiveram associadas ao problema, o que aliás se tentou fazer de imediato junto da PSP, a explicar, e o Sr. Vereador Vale Antunes, que interveio diretamente no assunto, solicitou a indicação das autuações que tinham sido levantadas e tudo o mais. -----

Até ao momento não há conhecimento de nada, e tendo em consideração que as pessoas abordaram a câmara municipal na altura, acredita que o voltem a fazer no momento em que recebam qualquer papel. -----

Qualquer outra multa por se estar estacionado ali devidamente em ordem, não tem conhecimento de nenhuma. Para além disso, não pagou ainda ninguém, ninguém pagou multa, que a própria saiba. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

PROPOSTA N.º 01/2013

Requalificação da Rua Alves Redol - Vila Franca de Xira

Considerando que no âmbito da requalificação da Rua Alves Redol foi implementada uma faixa de BUS que implica a extinção de grande número dos estacionamento existentes nessa Rua.

Considerando que o ensaio rodoviário realizado em 11.09.2012 (agendado na Reunião de Câmara de 05.09.2012, por solicitação da Coligação Novo Rumo) demonstrou a impossibilidade da simultaneidade da implementação da faixa BUS e estacionamento na Rua Alves Redol.

Considerando que a segurança jamais deverá ser posta em causa e o ensaio rodoviário efectuado não deixou qualquer dúvida à Coligação Novo Rumo dos incidentes e acidentes que poderão advir da implementação do traçado apresentado, com prejuízo pessoal e financeiro de todos os utilizadores do espaço abrangido pela fase da Requalificação da Rua Alves Redol em referência.

Considerando que a cidade de Vila Franca de Xira carece notoriamente, sem qualquer dúvida, de estacionamento para os moradores, trabalhadores e visitantes da cidade.

Nos termos do n.º 4 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os Vereadores da Coligação Novo Rumo têm a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira delibere:

- Estudar e apresentar soluções de estacionamento para a cidade de Vila Franca de Xira, em consonância com soluções de estacionamento com as outras cidades do concelho, criando condições e incentivos à utilização de transportes públicos.
- Efectuar estudo de tráfego para a cidade de Vila Franca de Xira.
- Suspende a afectação desta faixa na Rua Alves Redol em Vila Franca de Xira para BUS, permitindo o estacionamento, até posterior análise devidamente fundamentada desta matéria.

Vialonga, 09 de Janeiro de 2013

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

João de Carvalho

Rui Réi

Helena Pereira de Jesus



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE CÂMARA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, reportando-se à situação das atas das reuniões de câmara, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem saber qual a posição da câmara municipal sobre a aprovação das mesmas, e gostariam de saber se já há algum avanço, um parecer ou tomada de posição sobre essa situação.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que o Dr. Fernando Barreiros hoje, no início da reunião, teve oportunidade de dizer que se passaria a aprovar uma ata em minuta, em todas as reuniões, com início na de hoje, e teve oportunidade de fazer uma averiguação junto da Drª Paula Ascensão quanto ao histórico do procedimento, pelo que poderá dar à frente a informação. -----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, perguntando se foi o Dr. Fernando Barreiros que decidiu, e a câmara municipal já deliberou, ao que a Srª Presidente respondeu que o Dr. Fernando Barreiros já explicará.-----

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, dizendo que falou com a Drª Paula Ascensão sobre a questão das atas, e como é que se vinha a processar a sua aprovação. A Drª Paula Ascensão distinguiu duas situações, de como se fazem agora as reuniões, e como se fazia antigamente. -----

Antigamente as atas eram lidas, e eram abordadas as questões, mas neste momento não, as atas vêm a reunião com todos os pontos, e há pontos sobre os quais incidem intervenções, e pontos sobre os quais não há. -----

Em relação aos pontos sobre os quais existe intervenção, todas essas informações são registadas em ata. Sobre aqueles em que não há intervenções, a ata é configurada com o texto normal, que antigamente era lido, não é registada nenhuma intervenção, e os pontos são aprovados por unanimidade, embora os outros também o possam ser ou não, conforme o que é deliberado. -----

No final dessa ata, e da ata que hoje é levada a conhecimento de toda a câmara municipal, na parte final existia uma referência a dar conta que tinha sido elaborada a ata em minuta, e quando dizia isso efetivamente reportava-se àquelas partes da ata que eram lidas e depois não tinham nenhuma intervenção.-----

De qualquer maneira, as atas sempre foram fornecidas depois aos vereadores, com



todas as intervenções, depois de assinadas pela Drª Paula Ascensão, e agora pelo próprio também, e pela Srª Presidente, considerando essa forma como uma aprovação, na perspetiva do desenvolvimento que tem vindo a ser feito. -----

Neste momento o que está a fazer é a ata em minuta, para no final serem referenciadas as intervenções, e algum ponto ou outro que também tenha sido focado pelos vereadores, na certeza de que está a tentar que mais ou menos todos esses pontos sejam considerados e mencionados. -----

Como diz a lei, a ata definitiva, e não a ata em minuta, deve ser aprovada na própria reunião, ou na reunião seguinte, mas essa ata, com essa prontidão e relação com a lei, é com o que de essencial é falado, não é tudo. No entanto, a questão que se coloca também não se colocava até outubro, porque até lá, tanto quanto pôde apurar, a nível do serviço, estava tudo mais ou menos transcrito, e neste momento a Drª Filomena Serrazina já devolveu todas as atas que tinha, estando-se num processo de digitalização, a ver se se consegue que todas as atas que correspondem às deliberações que são tomadas no órgão da câmara municipal possam estar, não diz na reunião seguinte, mas na outra, junto dos vereadores. ----

Em princípio existiam condições até outubro, só que a partir daí houve muitas reuniões, e muitas necessidades de desgravação, não tendo sido possível depois manter um ritmo, ou conseguir o que já se estava quase a conseguir, porque havia depois essas reuniões que faltavam digitalizar desde fevereiro, já estando neste momento uma pessoa a tentar fazer esse trabalho, para que possa chegar aos Srs. Vereadores. -----

Depois da conversa e do início da questão das atas, abordada em reunião, já foram digitalizadas e enviadas 2 ou 3 aos Srs. Vereadores, tendo hoje solicitado que se fizesse, até ao final da semana, a digitalização de mais 2 atas, e haverá cerca de 8 a 10 para digitalizar, e fazer chegar aos Srs. Vereadores. -----

Espera que durante o mês de janeiro se consegue atingir este objetivo, que é fazer chegar essas atas, e conseguir também que de uma reunião para a outra, ou então de 2 em 2 reuniões, as atas possam ser entregues aos Srs. Vereadores. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que há da parte do Partido Socialista toda a disponibilidade para corrigir algumas situações que os Srs. Vereadores considerem não estar transcritas fielmente, e considera que as atas da Câmara Municipal de



Vila Franca de Xira são romances, porque conhece muitos municípios em que as atas são muito mais sucintas, em que não se transcreve integralmente: “Agora espilrou, no minuto a seguir disse que era à esquerda e não era à direita”, ou seja, tudo o que se diz vai para ata. -----

Se houver alguma coisa que os Srs. Vereadores considerem não estar fiel, ou que altere, pode ser corrigida, sendo que compreende que é um grande trabalho para o serviço, e pede também alguma celeridade. -----

Está-se no último ano do mandato, e lembra-se perfeitamente, quando chegou em 1998, que havia inúmeras atas por assinar, tanto assim que durante meses o anterior presidente assinava atas, o que não fazia sentido nenhum, pelo que não devem ficar assuntos “pendurados”, sendo isso que agradece, e por isso convém agilizar os serviços, no sentido de se fechar um ciclo e o serviço estar em ordem. ---

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que acha que mais uma vez se confundem dois aspetos da mesma questão, que é o envio das atas e a aprovação das atas. -----

A Coligação Novo Rumo jamais está a colocar em causa a credibilidade e a fiabilidade das atas, e os seus membros até consideram, efetivamente, que as atas são extensas, e que transcrevem aquilo que se passa efetivamente na reunião, e era assim que deveriam ser todas as atas. Se não são nos outros municípios, pensam é que esses municípios é que estão errados, e o de Vila Franca de Xira é que está certo.-----

Sabem que a Srª Presidente tem disponibilidade para que qualquer lapso de escrita que se detete seja corrigido, mas o problema das atas e da sua aprovação afeta a todos, aos 11 eleitos, que é o facto de, ao não aprovarem as atas, as deliberações não terem eficácia.-----

A questão que o Dr. Fernando Barreiros esteve agora a explicar mais uma vez não esclarece o assunto, sendo que a lei é tão clara, e é tão fácil de esclarecer, que às vezes lhe custa, parecendo que não estão todos a falar a mesma língua. -----

Assim, faz só um resumo do que diz a lei, ou seja, as atas podem ser aprovadas em minuta, mas não é isso que os membros da Coligação Novo Rumo pretendem, porque a minuta não serve depois os interesses, e aquilo para que serve depois uma ata, que é transcrever exatamente o que se passou na reunião.-----



Contudo, para as atas serem aprovadas em minuta há 2 requisitos, tem que ser deliberado que essas atas sejam aprovadas em minuta, e tem que se aprovar na própria reunião. Se não forem aprovadas em minuta, têm que ser aprovadas na íntegra, e diz a lei que na reunião seguinte.-----

Pensa até que já dão de barato que não sejam logo na reunião seguinte, e que isso se altere, por causa dos serviços não estarem também com um stressse demasiado, de 15 dias depois terem a ata pronta, já que efetivamente acaba-se por falar muito, e há muita coisa para escrever, mas a situação resume-se a isto.-----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que os vereadores da Coligação Novo Rumo não estavam no início da reunião, e a primeira coisa que o Dr. Fernando Barreiros deu conta, em relação às atas, foi que se passaria a fazer uma ata em minuta, que seria aprovada no fim da reunião. Os Srs. Vereadores não estavam, não podiam deliberar, mas os que estavam presentes não se manifestaram contra, podendo contudo deliberar-se agora sobre a ata em minuta.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se está a fazer trabalho duas vezes, e neste caso os serviços, o que passa a explicar. À época houve uma reunião nos serviços para falar sobre as atas, não fazendo sentido, e aqui envolve o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, nas atuais competências que tem, que os serviços estejam a escutar uma gravação e transcrever a papel, ou seja, desmaterializar algo que está desmaterializado, que não existe. Tornam material, escrevendo num papel, que vai para uma assinatura, de seguida volta, para fazer o processo inverso, que é desmaterializar de novo.-----

Interrompeu a Srª Presidente, dizendo que a informação que tem é que é obrigatório. Inquiriu sobre isso, e o que lhe foi dito é que é obrigatório haver ata em papel.-----

Prossegiu o Sr. Vereador, referindo que não é. A situação foi avaliada várias vezes, e não é, e o que os serviços têm de ter é forma de que quem queira consultar tenha maneira de o fazer, podendo consultar em papel, no computador ou onde for.-----

Se houve aspetos positivos do que foi feito no anterior Governo, foram alguns aspetos da matéria da desmaterialização e introdução do Cartão de Cidadão, e a possibilidade de desmaterializar alguns documentos. Desta forma, o que não faz



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 034

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

sentido é, por exemplo, que tenha de ser um funcionário ou 2, e às vezes mais, a ouvir várias coisas e a escrever ali, quando há hoje no mercado um conjunto de software, dando o exemplo da RTP 2, que tem permanentemente a passar legendas num conjunto de programas. Há uns anos pensava que era alguém, ao mesmo tempo que estava a passar o programa, que estava no seu computador a escrever, para se poder ler, mas não é verdade, aquilo é feito ao mesmo tempo, com um software que escuta o que a pessoa está a falar, e legenda de imediato.---- Hoje, em português, já há um conjunto de software que se poderia testar, que à época não houve tempo para o fazer, e os serviços sabem qual é, neste caso o de informática. Assim, poderia testar-se, sendo óbvio que a seguir os serviços já não têm de estar a escrever, mas podem fazer uma leitura, para verificar se está correto ou não. A assinatura das atas poderia ser feita através do Cartão de Cidadão, e dos mecanismos que se têm na câmara municipal, em que é assinada de imediato, passada a quem tem de ser passada, e enviada aos vereadores, para a reunião de câmara seguinte, ou, como disse a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, passado um mês. Vem da mesma forma para os vereadores, para todos terem conhecimento, assinarem, estarem de acordo e votarem. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo consideram, o que na altura foi discutido, que as coisas podem funcionar desta maneira, facilitando os serviços, que neste caso são sobrecarregados, a terem de fazer o trabalho duas vezes, e poderiam de alguma forma agilizar-se todos este processos, permitindo que as correções fossem mais facilmente feitas, porque se houver um documento que está desmaterializado, pode-se chegar lá, corrigir, e volta-se a transformar num PDF. Caso contrário tem que se refazer o documento, dar para assinar, podendo as pessoas não estar naquela hora para assinar. -----

É algo que se deveria fazer, e o mesmo se aplica aos contratos, que não têm que ser assinados presencialmente, com as pessoas a estarem a rubricar aquelas folhas todas. Não é assim, a legislação permite há muito tempo que não seja assim, sendo que o homem que está em Paris algumas coisas fez de positivo, embora a maioria não tenha sido. -----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que acabou de confirmar com a Drª Paula Ascensão, que insiste que, de acordo com a lei das autarquias locais, tem de haver



um exemplar da ata em papel, tendo que ser fisicamente assinada. -----

Como o Sr. Vereador deve entender, está-se a perguntar à notária da câmara municipal, e a mesma já tinha, em momento anterior, afirmado isto mesmo. -----

Prosseguiu, questionando se se está de acordo com a ata em minuta. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, questionando se aquilo que vai acontecer é que no final de cada reunião se vai ouvir o Dr. Fernando Barreiros, ponto a ponto, a dizer que foram aprovados por unanimidade, maioria, ou quem falou ou não, e se é só isto, pois pensa que se vai demorar mais não sabe quanto tempo em cada reunião. -----

As atas têm de ser aprovadas, o que é evidente, mas se houvesse alguma celeridade na entrega da ata propriamente dita dispensava-se esta ata em minuta, que é necessária para executar imediatamente a deliberação. -----

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira tomou a palavra, esclarecendo que por isso existia o entendimento global, sendo as atas gravadas para não haver dúvidas de que se escrevem coisas que não se passaram, de que no final de cada reunião estavam automaticamente aprovadas essas atas em minuta, que dizem, no fundo, o resultado da deliberação. -----

Agora, ao se levantar a questão de se fazer uma votação formal de ata em minuta, é inevitável que tenha de haver esse momento de espera. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que a sugestão que os membros da CDU deixam é que se consiga na próxima reunião, daqui a 15 dias, ter, por exemplo, a ata de hoje, e daqui a 15 dias aprovar-se a ata na íntegra, dispensando-se a ata em minuta, estando esta automaticamente aprovada. -----

Questionou a Srª Presidente se se vai ler a ata, ao que a Srª Vereadora respondeu que não é necessário ler a ata, e aliás nas assembleias de freguesia é exatamente assim que acontece. A ata da sessão anterior é entregue atempadamente, e é dispensada a leitura, sendo que no caso de haver alguma alteração, em 15 dias há ainda memória que possa levar a alterar algum dos procedimentos. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que não há condições para fazer isso. -----

Tomou novamente a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, mencionando que a questão do software não é propriamente relevante, sob o ponto de vista da aprovação, no imediato, da ata em minuta, que é a questão fundamental, e do lado



Deliberação nº

dos membros da Coligação Novo Rumo essa questão ainda não ficou clara.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando que há situações
que se sabe, de deliberações que se tomam que têm de ir à assembleia municipal,
às vezes nos 3 dias seguintes, e as atas estão feitas, pelo que só estão a pedir que
elas sejam feitas, também como a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso está a dizer,
até aos 15 dias seguintes, até podendo, como disse há pouco, não ser nos 15 dias
seguintes, ser um mês depois.-----

Interveio a Sr^a Presidente, propondo que num horizonte temporal de um mês se apresente a ata, que é aprovada nessa reunião, tendo que ser distribuída uma semana antes para as pessoas poderem ler, tendo, por exemplo, a ata da reunião de hoje que ser distribuída daqui a 3 semanas, esclarecendo ainda que não há ata em minuta.-----

Questionou se todos estão de acordo, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. -----

[Handwritten signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
SEGURANÇA NAS ESCOLAS-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se a um assunto genérico, que tem a ver com problemas de segurança à porta das escolas, pensando que a câmara municipal tem de coordenar com a PSP, e com a GNR, como o caso de Vialonga, que se aumente o policiamento e a segurança junto das escolas, porque há um aumento da insegurança, os responsáveis das escolas têm conhecimento de alguns destes problemas, e têm impotência para tratar deste assunto. Convinha que os responsáveis do policiamento fossem eventualmente chamados para, em conjunto, se ver a melhor solução para dar melhor segurança às crianças e jovens do concelho. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, mencionando, no que respeita à Escola Alves Redol, em Vila Franca de Xira, que há umas escadas laterais, de quem está virado no portão principal para a esquerda, mesmo laterais à vedação da escola, que segundo o que lhe foi dito são um ponto de encontro de jovens menos recomendáveis, que passam coisas para dentro da escola e fazem outras coisas menos recomendáveis nesse caminho, já um pouco escondido. -----

Não sabe até que ponto a câmara municipal poderia, eventualmente, ponderar, inclusivamente, fechar o caminho, sabendo-se se realmente é útil lá existir ou não, porque há queixas, na segurança da escola, e algumas advêm precisamente desse caminho. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que irá verificar a situação das escadas, bem como abordar a polícia, no sentido de perceber com algum detalhe a informação que foi prestada, uma vez que ainda há poucas semanas houve reunião do Conselho Municipal de Educação, de que fazem parte as forças de segurança, e inclusivamente por parte dos diretores ainda não foi levantada essa questão relativamente a um aumento generalizado da insegurança nos acessos às escolas. -----

De qualquer das maneiras, sendo uma informação a que está sempre atento e recetivo, irá fazer o contacto, mas de uma forma geral o concelho é tido por um concelho seguro, sobretudo comparando com os restantes da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que tomou em boa nota a informação que foi dada. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 038

Reunião de 2013/01/09

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
TÚNEL DE VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se deveria proceder à avaliação do estado da estrada que vai para o túnel que liga a Póvoa de Santa Iria a Vialonga, para proceder ao seu alargamento. Os membros da Coligação Novo Rumo já não têm a posição de que o túnel precise de vir a ser alargado, por uma razão simples, o eixo principal de ligação à estação da Póvoa não pode nem deve ser o túnel.-----
O túnel de Vialonga, da Póvoa de Santa Iria ou como se queira chamar, é uma ligação à Póvoa de Santa Iria, à zona urbana residencial da Póvoa de Santa Iria, e não pode nunca ser o local de atravessamento para chegar à estação, até porque nem é o melhor.-----

Assim, se se quiserem criar melhores condições de chegar à estação da Póvoa de Santa Iria terá que ser sempre, ou pela EN115.5, ou pela zona da Granja, criando uma acessibilidade correta àquela zona da cidade da Póvoa, e uma ligação correta à estrada nacional para chegar ao caminho de ferro, ou pela estrada que se tem dos Caniços, que deve chegar, se estiver em condições, e se tiver os acessos à rotunda, e depois ao viaduto, na Póvoa de Santa Iria. -----

Desta forma, deve a câmara municipal verificar estas matérias, destas situações de alguma insegurança, em primeiro lugar, no que respeita à estrada do túnel, em que os carros têm dificuldades em cruzarem-se um pelo outro, e há muitas pessoas que fazem o percurso a pé entre a Póvoa de Santa Iria e Vialonga, e não têm uma zona de resguardo, tendo sempre ali uma dificuldade. Quando há 2 carros a cruzarem-se um pelo outro, a pessoa tem sempre tendência a fugir para a barreira que está naquela zona, e pode existir algum problema, sem nenhuma necessidade. Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que estas são matérias que se têm de desenvolver, e aquilo que pode dizer é que concorda em absoluto com muitas das questões faladas, pois são matérias nas quais todas as bancadas estão de acordo, e é uma questão de se encontrarem soluções e tomar as decisões para o efeito.-----
Como se sabe, há que priorizar, há muita coisa para fazer, e essa prioridade às vezes é que nem sempre é fácil de fazer. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **039**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
URBANIZAÇÕES INACABADAS - VIALONGA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se às urbanizações inacabadas, e à Urbanização dos Enxofrais, na Granja, em Vialonga, em que até hoje os membros da Coligação Novo Rumo não têm conhecimento que a câmara municipal tenha verificado, por um lado, internamente, o que aconteceu com os 2 lotes que eram dados como garantia à autarquia das obras de urbanização, ou seja, o urbanizador deu à câmara municipal, não dinheiro, mas 2 lotes, como garantia da boa execução das obras. -----

Não havendo uma boa execução dessas obras, a câmara municipal era proprietária de 2 lotes, que poderia usar para realizar essas obras. Contudo, não só não os usou e não registou em seu nome, como era seu dever, como permitiu que, numa operação de loteamento ou aprovação das intenções do urbanizador, mais uma vez o mesmo, José Maria Duarte Júnior, e das mais rápidas de que há memória, não tendo memória de um projeto ter sido aprovado em tão poucas horas ou dias, em lotes que eram da câmara municipal, apresentou um projeto na câmara municipal, que aprovou um projeto para lotes que são de sua propriedade. -----

Mais grave do que isto há uma participação à Provedoria de Justiça, em que a câmara municipal responde ao Sr. Provedor de Justiça, dizendo que não tem hábito de processar os urbanizadores. Isso não tem, e acrescenta o próprio que nem sequer de lhes aplicar coimas, nem multas por juros de mora. -----

Fazendo uma reflexão, sugere que se experimente alugar uma sala na câmara municipal e a não pagar dentro do prazo, para ver se a seguir não há juros de mora para pagar. Desta forma, pergunta por que é que a este urbanizador, não só não se registaram os lotes, como se permitiu que apresentasse um projeto para lotes que eram da câmara municipal, e se aprovassem, bem como que até ao dia de hoje não se tivesse executado coisa nenhuma sobre nada, e as coisas andassem de tal forma que o senhor faleceu, e a família, que é tudo gente de bem, renunciou à herança. -----

Gostava de saber o que vai acontecer a todas estas pessoas, uma vez que a câmara municipal vai fazer lá as obras, e bem, porque os moradores são os únicos que não têm responsabilidade, mas pergunta quem vai pagar isto, e se tem de ser



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A *[assinatura]*

Fl. Livro _____

Fl. Ata 040

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

o próprio. Tenho que ser eu, que nem moro lá? Têm que ser todas as pessoas que nem moram lá que têm de pagar dos seus impostos mais uma obra de que não usufruíram? A câmara municipal, o que é que fez no meio de tudo? -----

De seguida, reportou-se à Urbanização da Encosta do Moinho e do Olival da Fonte, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostavam de saber o que é que a câmara municipal vai fazer em relação a estes construtores, que entretanto não cumpriram as suas obrigações, venderam alguns dos lotes, as pessoas moram lá, e veem-se a braços com uma série de problemas. -----

Perguntam o que a câmara municipal vai fazer face a estes problemas destas urbanizações ditas inacabadas, em que a autarquia está a assumir a responsabilidade de fazer um conjunto de obras, e até hoje não têm conhecimento que tenha tentado sequer cobrar alguma coisa ao longo destes anos a todos estes senhores que foram fazendo as suas construções neste concelho. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a matéria das urbanizações inacabadas, de facto, é uma matéria em que se tem dado um incremento bastante grande, sendo evidente que não se vai conseguir acabar todo este trabalho neste mandato, uma vez que se está a falar de muita coisa, mas já se fez um percurso bastante importante. -----

Quando o Sr. Vereador fala nos Enxofrais, e não é só, houve momentos e tomada ou não de decisões num determinado contexto, que haveriam de ter sido tomados ou ser feitos os procedimentos necessários. -----

Já se falou sobre a matéria, e aquilo que pode dizer é que as instruções que deu ao advogado da autarquia é que encontre as soluções, apesar das dificuldades que hoje são diferentes do que eram há 2 anos atrás, para pior, no sentido da câmara municipal vir a ser ressarcida. -----

Agora, há uma questão que o Sr. Vereador também colocou, e bem, as pessoas não têm culpa, e têm que se melhorar as condições e qualidade de vida das pessoas, que fizeram opções num determinado momento, na aquisição da sua casa. -----

Têm que se encontrar essas mesmas soluções, e quanto às de ressarcir, e da autarquia ser ressarcida dos custos do investimento, naturalmente também se têm de encontrar, mas isso só em termos judiciais é que se poderá fazer. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
CASAL DO FREIXO - VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que já há uns meses levantou uma situação sobre a existência de uma oficina no Casal do Freixo, em Vialonga, que vai espalhando um pouco os automóveis pelas ruas da urbanização. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo defendem que toda a gente tem direito à vida, a viver e a morar e tentar fazer o seu negócio, contudo, não se pode de forma alguma fazer esse negócio prejudicando os moradores da área, ocupando todos aqueles lugares, inclusivamente prejudicando a recolha do lixo que é feita, tendo o carro que ir de marcha atrás, porque não consegue de outra forma passar ali. -----
Já perguntou isto, e a situação permanece inalterada.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo não ter muito conhecimento desta matéria, mas também diria que ia lá a fiscalização.-----

A Srª Presidente interveio, solicitando a intervenção da Engª Carla Alcobia, tendo a questão a ver com um assunto bem conhecido, desta oficina no Casal do Freixo. ----

Respondeu a Engª Carla Alcobia que a oficina funciona no Casal do Freixo, mas o senhor expõe os carros num terreno em frente, que já não está dentro da AUGI. Aquilo que tem ideia é que a fiscalização já lá foi, não sabendo se a pessoa agora tem veículos na AUGI.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que está perfeita a informação de que o senhor estaciona os carros do lado de lá da estrada, mas o problema não é esse, pois estaciona num terreno que há de ser de propriedade privada, e se o proprietário quiser veda o terreno e resolve o problema. -----

O problema é dentro da AUGI do Casal do Freixo, nas ruas que foram alcatroadas o ano passado ou há um ano e meio, e em cima do passeio, ou seja, as ruas ficam todas ocupadas por esses carros. -----

Se calhar não se explicou corretamente desde o início, e pede desculpa se não o fez, ou seja, o problema não é do lado de lá, esse resolve-se, porque o terreno até não está ocupado, e até era bom que fosse aí. Contudo, quando os carros vêm todos para o lado de cá, os moradores não têm um sítio para estacionar, o carro de recolha do lixo tem problemas de recolher nos contentores que estão na rua sem saída, a que fica em frente, e é preciso explicar ao senhor que não pode fazer isto,



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

Interveio a Srª Presidente, mencionando que nesse caso a engenheira irá averiguar, para se agir. -----



[Handwritten signature]

Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

Intervio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a fase seguinte é uma matéria que se está a desenvolver, estando a terminar o projeto, pensando-se que ainda se tentará fazer este mandato, apesar de não saber se é possível. -----

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **044**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO – ABEIV - VIALONGA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referido que, perto da ABEIV, em Vialonga, estava previsto a melhoria da zona da ribeira e a criação de um parque de estacionamento. Desta forma, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber quando é que a câmara municipal perspetiva poder fazê-lo, porque neste momento os pais, de manhã, e ao fim da tarde, estacionam por aquela via, e há alguma insegurança, tanto para os pais como para as crianças que saem daquela zona, e seria bom para todos que a situação fosse resolvida. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que o parque de estacionamento foi um trabalho que o Sr. Vereador Rui Rei ainda deixou nos serviços, e o próprio tem estado a analisar, para ver se de facto se pode desenvolver. Tem algumas dúvidas em relação a um ou outro aspeto de pormenor, mas reconhece que ali aquele estacionamento faz falta, tendo-se também que tomar em conta no planeamento de trabalho.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----
EB 2,3 DE VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à EB 2,3 de Vialonga, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo, na sequência das reuniões que tiveram na escola, não têm nenhuma dúvida que precisa de intervenção, seja no espaço existente, para melhorar as suas condições, seja para construir novas instalações, para que os alunos, professores e restantes funcionários tenham efetivas condições para lecionar, e os estudantes para aprender. -----

Pensam que é absolutamente necessário que uma decisão venha a ser tomada, em primeiro lugar, que uma avaliação seja feita rapidamente, e uma decisão venha a ser tomada. -----

Desta vez pede-se à câmara municipal que contribua para a decisão, e não como anteriormente, no caso da Parque Escolar, para a não decisão, sendo que o ato de não contribuir para a decisão foi o que fez a câmara municipal, num projeto que era para ter sido o primeiro a ser executado no concelho de Vila Franca de Xira, e em que o que se fez foram algumas obras absolutamente sumptuosas, nalguns casos até “criminosas”, porque se fosse qualquer um dos presentes, sem exceção, que lançasse uma obra que custa 6 milhões de euros, a meio da obra dissesse que afinal não são 6, são 8, e que afinal não são 8, são 10, haveria um problema sério com o Tribunal de Contas, e era chamado o seu património, para pagar essas multas. -----

O caso da escola de Alverca é absolutamente vergonhoso, para não dizer outra coisa, e espera que este Governo tenha a coragem de chamar à responsabilidade, quer a anterior administração da Parque Escolar, quer o Sr. Secretário de Estado e o Sr. Ministro das Finanças, que deram autorização para uma escola que era de 16, passou a 19, chegou a ter projetados 20 e tal milhões, e agora há de custar 15 ou 16 milhões de euros. Entretanto não abrem as instalações, porque o Estado não tem dinheiro para fazer, e fazer o pagamento à empresa que lá está. -----

É tudo uma brincadeira que de uma vez por todas tem que terminar, porque senão são sempre os mesmos a pagar. -----

Pensam que a câmara municipal tem de assumir a sua responsabilidade, coordenando com a escola e o ministério, para esta realidade e necessidade, que



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº _____

era de todas as escolas que foram intervencionadas no concelho a que eventualmente deveria ter sido intervencionada em primeiro lugar, porque era a que tinha mais necessidade de ser feita. A verdade é que não foi, e hoje há este problema em cima da mesa.-----



Assunto: PROTOCOLO PARA ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSO SOCIAL PARA APOIO ÀS FAMÍLIAS NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Presente para aprovação a minuta do protocolo a celebrar com a SCC – Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA, referente ao estabelecimento de um compromisso social para apoio às famílias no concelho de Vila Franca de Xira, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se está em Vialonga, e traz-se de novo um protocolo com a Central de Cervejas, para apoio às famílias. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que, atendendo à crise, e apesar da crise de que todos falam, a Central de Cervejas é uma empresa de uma importância extrema, de uma grandiosidade que todos sabem, e consideram que este apoio é diminuto, e que a Central de Cervejas poderia participar muito mais, não só para a questão das famílias carenciadas, porque o âmbito do protocolo é a câmara municipal que decide, mas também na ajuda que pode prestar às instituições localizadas na freguesia onde está também a Central de Cervejas. É a freguesia de Vialonga que tem ou leva com o maior impacto da presença da Central Cer, e portando consideram que a câmara municipal devia fazer um esforço no sentido de aumentar a verba que lhe é doada. -----

Aproveitou ainda para perguntar em que situação está o processo que a câmara levantou contra o Estado, nomeadamente no que diz respeito aos 3,8 milhões de euros com que o Estado isentou a Central Cer, e que tinha a ver com o IMT. Os membros da CDU já abordaram isto várias vezes noutras reuniões de câmara, tentaram até agendar um dia com o Dr. Manuel Rodrigues, ainda não foi possível arranjar um consenso para se ver em que ponto está o processo desta isenção, e por isso, se a Srª Presidente entretanto tiver alguma informação que posse dar, agradecem. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que a autarquia agradece que a Central de Cervejas participe com esta verba, e costuma dizer, em tom de graça, quando discute o valor, que gostava que a câmara municipal se aproximasse um bocadinho da seleção nacional. Contudo, como a Srª Vereadora compreende, não tem a mínima condição para levar este assunto mais além. -----

De qualquer maneira, no caso concreto de Vialonga, e reconhecendo a própria a

Fl. Ata²⁰⁰⁰ 049

Reunião de 2013/01/09

Proc^o

Deliberação nº

importância da Central de Cervejas, esta freguesia é a única que recebe quase um valor idêntico a este. Não é bem, tem menos dezena e meia de milhares de euros, e é um subsídio que não é dado pela Central de Cervejas, mas que acaba sempre dado pelos SMAS à junta de freguesia, e portanto à freguesia de Vialonga, tendo o mesmo a ver com o facto da Central de Cervejas liquidar a água na junta de freguesia, ao invés de, por transferência, para os serviços municipalizados. É a única empresa que faz, e portanto a freguesia de Vialonga é a única que beneficia duma decisão destas por parte duma empresa, neste caso uma grande empresa, que tem um consumo de água muito considerável, e resulta que cerca de 7 a 8 mil euros por mês são para os cofres da junta. -----

Além disso, de diligências que fez a favor do Grupo Desportivo de Vialonga, este grupo desportivo vai receber da Central de Cervejas uma ajuda. Assim, aquilo que pode dizer é que há disponibilidade para intervir a favor duma ou outra entidade, no sentido de sensibilizar as administrações para colaborarem, pois claro está que gostaria que fosse mais.-----

Quanto à questão dos 3 milhões de euros, não sabe mais nada, e pode insistir com o Dr. Manuel Rodrigues, para reunir com os membros da CDU.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -

01.apoio familias



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 050

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº 003

Assunto: PROPOSTA DE DISPENSA DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL À
CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS -----

Presente para aprovação a proposta da Srª Presidente, datada de 2013/01/03, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referente à dispensa de parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços nos termos previstos nos nºs 4 e 10, do artº 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, até ao valor de 5 000,00€, sempre que a adjudicação venha a ocorrer nos termos do artº 128º e da alínea a), do nº 1, do artº 20º, conjugado com o artº 112º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, respetivamente enquadrada no regime simplificado ou no procedimento para ajuste direto do regime geral. -----

A Srª Presidente referiu tratar-se de uma proposta em tudo idêntica àquela que foi apresentada o ano passado, depois de algumas dificuldades por parte da CDU. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo vão votar contra, por dois motivos, e em primeiro lugar pelos motivos já indicados nas reuniões do ano passado, de 24 de janeiro e de 8 de fevereiro. -----

Consideram que todas as decisões que envolvem a gestão da câmara municipal deverão vir a parecer do órgão executivo, câmara municipal, porque não tendo o PS maioria absoluta, será o órgão executivo a decidir tudo o que tem a ver com a gestão da câmara municipal. -----

De qualquer maneira, todas estas situações e argumentos já estão devidamente transcritos e retratados nas reuniões que referiu, e os membros da Coligação Novo Rumo vão-se abster, para não prolongar a reunião, de os repetir. -----

A segunda razão pela qual votam contra é porque esta proposta tem implicações no orçamento de 2013, situação que, como é do conhecimento da Srª Presidente, os membros da Coligação Novo Rumo impugnaram judicialmente, pois consideram que a deliberação não foi devidamente aprovada, e não vão aprovar nenhum dos pontos que tenham implicações com o orçamento, sendo este o primeiro. -----

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



1. Assunto: REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL, CORRIGIDO DE ACORDO COM O APROVADO NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2012/12/28 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 524/13, de 03/01, do DAG/D, para conhecimento da correção ao regimento da câmara municipal, de acordo com o aprovado na sua reunião de 2012/12/28. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 524/13, de 03/01, do DAG/D, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento, dizendo que os serviços elaboraram uma proposta, com aquilo que tinham sido as correções efetuadas ao regimento na última reunião. -----
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que esta situação da alteração do horário das reuniões tem a ver com a celeridade das próprias reuniões, como já se falou, e os membros da Coligação Novo Rumo até concordavam que comesçassem às 9h00, mas ficou deliberado que começariam às 14h00, para terminarem às 19h00. -----
O regimento que se está agora a alterar diz que começam às 15h00 e acabam às 18h00, sendo que nada disso nunca foi cumprido, e pensa que não foi aplicando-se a exceção que está transcrita na comunicação interna dos serviços “podendo a câmara deliberar o seu prolongamento pelo período que entender em situações excecionais”. -----
Os membros da CNR, obviamente, concordam que esta frase se mantenha, não está isso em questão, não sabem o que é que são situações excecionais, nunca ninguém as definiu, e por isso consideram que deverá esta deliberação sobre o “prolongamento pelo período que entender em situações excecionais” ser por unanimidade. -----



Assim, sugerem que fique escrito que é por unanimidade, porque se assim não for volta-se à situação anterior, já que todos sabem do que é que se está a falar.-----

Interveio a Srª Presidente, questionando se se está de acordo com a alteração ao regimento. -----

Respondeu a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, mas gostariam que se acrescentasse que era por unanimidade o prolongamento, porque senão não vale a pena sequer pôr horário, como a Srª Presidente sabe. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que o que tem de prevalecer é o bom senso, e o que se está agora a tentar é impor uma decisão.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que percebe a preocupação da Srª Vereadora, pensa que também é uma preocupação da CDU não prolongar nem tornar hábito aquilo que não pode acontecer para lá das 19h00, mas devem todos ter um pouco de autocontrolo e bom senso, e conseguir-se-á cumprir este regimento, sendo que da parte dos membros da CDU não colocam a obrigatoriedade de ter de haver uma decisão por unanimidade. Nunca houve, e pensa que não haveria necessidade disso.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que se não for por unanimidade, e se se deliberar, nalguma reunião, que se prolongue para lá das 19h00, os membros da Coligação Novo Rumo informam que nalguns casos farão substituir os vereadores em plena reunião de câmara, que é um preceito que define a lei.-----

Perguntou a Srª Presidente se define a lei, pois não sabia, ao que o Sr. Vereador Rui Rei respondeu que define, e se a Srª Presidente não sabia, fica a saber. -----

Disse ainda o Sr. Vereador que o jurista que acompanha esta reunião de câmara sabe que o que não é permitido está autorizado. É isso que diz, e quanto à questão de pagamento ou não, nunca ninguém pediu que a substituição de um vereador tivesse direito a 2, 3 ou 5 senhas de presença.-----

Aliás, os três vereadores da Coligação Novo Rumo estão perfeitamente disponíveis para abdicar da senha de presença se o Partido Socialista abdicar do que lhe corresponde ao seu salário. Não têm nenhum problema, e o problema nunca foi senhas de presença, o que querem dizer é que a unanimidade tem de estar de acordo com a disponibilidade de todos, e se houver alguém que não possa estar,



terão de o fazer substituir, e é só isso que ficará dito. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, referindo que não faz sentido que esta deliberação tenha de ser por unanimidade, porque efetivamente o que se pretende é que, por uma razão de embirração ou outra equivalente, uma minoria possa impor a sua vontade à maioria que decidir essa continuidade, e isso aliás é absolutamente contrário ao funcionamento dos órgãos democráticos, não fazendo nenhum sentido esta proposta. -----

Recorda apenas, porque foi afirmado mesmo agora pelo Sr. Vereador Rui Rei, que no que toca ao direito administrativo o princípio é exatamente o contrário do que disse, ou seja, só o que está previsto é que é autorizado. Isso é exatamente o contrário do que o Sr. Vereador disse, pois o que disse seria verdade para o direito privado, não é o que gere os órgãos administrativos, e não é o que gere naturalmente o funcionamento da reunião de câmara. -----

É preciso, como muito bem foi dito pelo Sr. Vereador Nuno Libório e pela Srª Presidente, bom senso, e nestas matérias tem sempre havido bom senso relativamente às decisões dos eleitos, crendo que a norma, tal como está prevista, cumpre todos os princípios, até de relacionamento entre os eleitos na câmara municipal. -----

A Srª Presidente interveio, submetendo a votação a alteração ao regimento, para não haver dúvidas. Já se tinha aprovado na última vez, mas é uma ratificação daquilo que já se tinha aprovado em momento anterior. -----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a Coligação Novo Rumo se abstém. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar a alteração ao regimento da câmara municipal. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **055**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____ **005**

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. VICE-PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 5/13, de 03/01, do DPGQU/SAP, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Vice-Presidente, no período compreendido entre 2012/12/14 e 2013/01/02, respeitantes a licenciamentos de obras particulares “construção/utilização”. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 5/13, de 03/01, do DPGQU/SAP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 2012/09/19, REFERENTE AO ADIANTAMENTO DE PAGAMENTO AO ADJUDICATÁRIO CONSTRUÇÕES EUROPA AR-LINDO, SA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, RESPEITANTE À EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO ACESSO RODOVIÁRIO AO NOVO HOSPITAL DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1/13, de 03/01, do DPGQU/DQU, para aprovação da revogação da deliberação de 2012/09/19, referente ao adiantamento de pagamento ao adjudicatário Construções Europa Ar-Lindo, SA, no valor de 589 419,35€, para aquisição de materiais e equipamentos, respeitante à empreitada de construção do acesso rodoviário ao Novo Hospital de Vila Franca de Xira, dado que não foi prestada a caução, conforme o disposto nos artigos 88º e 90º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 1/13 de 03/01, do DPGQU/DQU, e deliberação de 2012/09/19, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, esclarecendo que, como a comunicação interna dos serviços refere, havia necessidade, conforme foi solicitado na última reunião de câmara, de fechar este processo. Poderia avançar, com a necessidade do empreiteiro apresentar a caução respetiva, o que não conseguiu fazer até hoje, e como tal o que se propõe é a revogação da decisão que se tomou na reunião de câmara de 19/09/2012, e fechar este processo.-----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que pela primeira vez os membros da CDU irão votar alguma coisa relacionada com o novo hospital, a falta



de apresentação de garantia bancária inviabiliza qualquer coisa, pelo que era lógica que a votação só poderia ser esta. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, chamando a atenção que se está a revogar algo que até ficou decidido naquela reunião de câmara, que a aprovação de princípio só seria válida se fosse esclarecido o pressuposto, que continua sem vir esclarecido nesta informação. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo com esta revogação, que não é mais que uma revogação da revogação, o que está perfeito, falta é justificar a informação que constava na nota apresentada na reunião de câmara, que o empreiteiro escreveu, pelo seu punho, em que faltava à câmara municipal pagar 65 000,00€ do total de 100 000,00€, e que já teria pago 35 000,00€ em adiantamento de valores que estava contratualmente obrigado a executar, logo, não necessitava de receber. -----

Portanto, o que querem que venha a reunião de câmara é o empreiteiro escrever que afinal o que lá escreveu foi um engano, tendo que escrever que aquilo que enviou à reunião de câmara, e que os serviços trouxeram, não é assim, bem como que a fiscalização ateste que efetivamente nunca se pagaram ao empreiteiro valores que não eram devidos em contrato. É importante que assim seja, porque só assim é que o ponto fica efetivamente encerrado. -----

Receberam informação, e a informação que lá está é algo a que a câmara municipal não pode ficar indiferente, porque, a ser assim, pelo que lá está escrito, estavam-se a fazer pagamentos que não se deveriam fazer. Desta forma, querem um suporte que de alguma forma diga que o que estava anteriormente dito não é assim, e que houve um lapso da parte de quem escreveu. -----

Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que há cerca de 2 anos, na altura do início da construção, falou-se que aquelas habitações que estavam adjacentes aos acessos estavam a ser altamente prejudicadas pelas poeiras, e foi dito que na fase final da construção aqueles prédios podiam ser lavados, pintados, despoeirados, chame-se o que se quiser. Está-se a chegar à fase final, e portanto era bom que não se esquecesse esse pormenor, que é o de não deixar que as pessoas fiquem com os problemas dos prédios por resolver. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que se tomou a devida nota da observação. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 058

Reunião de 2013/01/09

Procº 18/11 GENERI/CM

Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que na altura em que a matéria foi colocada, não só pela CDU, mas também por alguns e-mails que os moradores enviaram, a câmara municipal teve uma reunião com a ACE, que é quem está a construir o hospital, e enviou-se também um ofício, no sentido de dizer que na altura do encerramento do processo, ou seja, da conclusão, teria que se analisar de que forma se poderiam minimizar os problemas causados, pelo que se vai reforçar essa necessidade. -----

Interveio o Arqtº Nuno Santos, referindo que relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Rui Rei, irá pedir ao diretor de obra da Europa Ar-Lindo que faça esse esclarecimento, que será trazido para conhecimento à reunião de câmara, conjuntamente com a outra questão que o Sr. Vereador também apresentou. De qualquer forma, pensa que na reunião de câmara de setembro de 2012 a questão ficou de algum modo referida, que teria havido, por parte do empreiteiro na forma como tinha feito a apresentação. Houve de facto uma indicação relativamente a essa situação, não obstante, ainda hoje fará um contacto nesse sentido, para que possa vir à câmara municipal esse esclarecimento da parte do representante da Europa Ar-Lindo. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que com esta intervenção do diretor dos serviços de urbanismo fica aprovada esta revogação, e supõe que não tem necessariamente de vir a reunião de câmara, bastando enviar às duas forças políticas o esclarecimento por escrito. Assim, solicita ao Arqtº Nuno Santos, o mais depressa possível, que forneça esse esclarecimento à Coligação Democrática Unitária e à Coligação Novo Rumo, bem como fazer ainda hoje, se possível, o contacto que referiu. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DA QUINTA DA FORMIGUEIRA – ALVERCA DO RIBATEJO - ALVARÁ Nº 3/98, DE 14/05-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 10/13, de 03/01, do DPGQU/DGU, para aprovação da alteração ao Loteamento sito na Quinta da Formigueira, titulado pelo alvará nº 3/98, de 14/05, na freguesia de Alverca do Ribatejo, solicitada pela Alprim – Sociedade de Promoção Imobiliária, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 10/13, de 03/01, do DPGQU/DGU, planta de localização, planta síntese do loteamento/planta de amarelos e vermelhos, e planta síntese do loteamento, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo ter duas breves observações, sendo a primeira que não é de todo líquido que se possa concluir que, não obstante não haver obrigatoriedade legal para se exigirem mais lugares de estacionamento na Urbanização da Quinta da Formigueira, eles não sejam necessários.-----
Hoje aquele local funciona como uma bolsa de estacionamento rotativa, particularmente para as atividades comerciais circundantes, e fala concretamente do mercado municipal do Choupal, sendo de facto a única bolsa de estacionamento que serve, para além da urbanização, toda aquela dinâmica comercial existente, mas percebe-se que também não se podem inventar mais lugares de estacionamento onde não existem, onde não existe área para esse efeito. -----
Há uma questão de fundo, que é o não funcionamento daquela área comercial. Para quem a vê de fora, vê um edifício bem mantido, bem conservado, paisagisticamente até interessante, porque vê-se que o atual proprietário ainda



tem um certo cuidado em manter o local bastante simpático, do ponto de vista até dos verdes e conservação do espaço público, todavia, após a sua construção já passaram seguramente mais de 5, 6, 7 ou se calhar 8 anos, não tendo presente exatamente a área de construção, sem que o mesmo tenha sido ocupado.-----
Portanto, não se sabe, não se compreende, porque há uma solicitação crescente na área, e esta era a sua primeira pergunta, se a câmara municipal foi conhecedora de alguma intenção relativamente ao promotor sobre aquele local, porque de facto não se percebe por que é que não é ocupado, quando ocupa uma área central. Anteriormente esse local estava destinado para zona verde, e hoje já há quem suscite se valeu a pena alterar de uma zona verde para uma zona comercial, que ainda não é zona comercial, e não se sabe se algum dia será.-----
Dando ainda um pequeno apontamento, disse que quando for zona comercial, que é aquilo que agora todos defendem, porque assim o aprovaram, são precisas ali mais áreas de estacionamento, que já hoje não existem, pelo que seria bom a câmara municipal, não à custa desta alteração, mas perceber o que ali ainda pode ser feito no sentido de aumentar a oferta de estacionamento.-----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que obviamente esta alteração vem na sequência de um pedido do proprietário, do promotor, e, como o Sr. Vereador diz, e bem, também muitas vezes o próprio se questionou por que é que num edifício que tem qualidade, do seu ponto de vista, que fecha ali a 5 de Outubro, e de algum modo também esconde um pouco o que está por trás, ainda não tinha havido a possibilidade de avançar a sua utilização.-----
Por questões de mercado isso nunca aconteceu, e o promotor vem pedir estas alterações, que são pequenas, no fundo são 1,78% de aumento de área de construção e alguns ajustes interiores, tendo em vista que lhe foi proposta uma possibilidade de negócio, que só é possível com estas alterações. No fundo, entendeu-se, e acha que todos estão de acordo com isso, que se deve concorrer para que aquele edifício tenha finalmente ocupação, tenha vida, sendo isso que se pretende com esta alteração. -----
Quanto à questão do estacionamento, de facto são criados mais cerca de 17. É evidente que não são muitos, mas são mais do que aqueles que o próprio PDM exige, e já os estacionamentos que estavam previstos eram em número superior



Deliberação nº

àquele que o PDM exige. -----

Concorda com o Sr. Vereador, que se deverá fazer um esforço de avaliação e ver se há condições naquela área de encontrar bolsas de estacionamento. Não se está a falar de grande estacionamento, mas provavelmente poder-se-á talvez encontrar forma de “aqui e acolá” encontrar alguma possibilidade de criação de estacionamento. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 062

Reunião de 2013/01/09

Procº 2/99 LOTECM

Deliberação nº 008

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA QUINTA DA PIEDADE - PÓVOA DE SANTA IRIA - RESULTADO DA DISCUSSÃO PÚBLICA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4/13, de 08/01, do DPGQU/D, para aprovação, após o período de discussão pública, da alteração ao loteamento municipal da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 4/13, de 08/01, do DPGQU/D, e planta final, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Presidente, dizendo que o ponto volta a reunião de câmara depois da discussão pública, que não teve qualquer participação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo não têm condição de votar o ponto hoje. -----
Esclareceu a Srª Presidente que o ponto não tem nenhuma alteração. -----
Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que os vereadores da coligação não têm condição de votar e, se a Srª Presidente puser o ponto a votação, terão de votar contra. -----
A Srª Presidente interveio, dizendo que o ponto é retirado e volta à próxima reunião de câmara, mas é igual àquele que os Srs. Vereadores votaram em momento anterior. -----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando, sem pôr em causa aquilo que o Sr. Vereador referiu, que numa reunião, não se recordando qual, a câmara municipal aprovou a remessa desta alteração ao loteamento a discussão pública, na base de uma petição que lhe chegou dos proprietários e de acordo com todas as matérias



que estavam na petição, com a qual os membros do PS concordaram, e não tiveram dúvidas nenhuma em trazê-las a reunião de câmara. -----

Esta matéria já foi amplamente discutida, de qualquer forma, o que está em causa é deveras importante, do ponto de vista dos membros do PS, tem a ver com uma série de intervenções que lhes parece extremamente importante e isso levará a Srª Presidente a aceder àquilo que a Coligação Novo Rumo solicita, que é o adiamento do ponto. No entanto, o próprio considera que, sobre esta matéria, ou a câmara municipal continua com sérias dúvidas e não valerá a pena adiar, ou então ainda há algumas dúvidas e valerá a pena retirá-las e o ponto voltar novamente a reunião de câmara. -----

Julgava que com as discussões que houve sobre todo este processo eventualmente as dúvidas não existissem, sendo apenas este o comentário que queria fazer. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo não podem votar um documento que não leram, só o poderão votar após tê-lo lido, e se eventualmente surgirem dúvidas colocá-las-ão. No entanto, se lhes é entregue um ponto, na situação em que foi entregue, e agora é feita em reunião de câmara uma afirmação, vale o que vale, mas a lei é a lei e não se pode fazer nada face a ela, votar pontos sem ler é que não pode ser. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que o ponto já estava retirado. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----

Handwritten signature

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO – AUGI ZONA DO MOLEDO, PANASQUEIRA II, LOTE A82 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 283/12, de 19/12, do DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A82 da AUGI Zona do Moledo, Panasqueira II, na freguesia de Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido por José Pinto Damião. -----

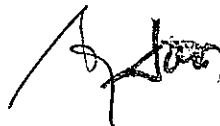
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 283/12, de 19/12, do DPGQU/DQU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO – AUGI ZONA DO MOLEDO - PANASQUEIRA II, LOTE A3 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 284/12, de 19/12, do DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A3 da AUGI Zona do Moledo, Panasqueira II, na freguesia de Alverca do Ribatejo, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido por Ana Maria Farinha Sobreiras da Silva Pinto. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 284/12, de 19/12, do DPGQU/DQU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 066

Reunião de 2013/01/09

Procº 31/13 CERTAUGI

Deliberação nº 011

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO - AUGI CASAL DA SERRA, LOTE 177 – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 285/12, de 19/12, do DPGQU/DQU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 177 da AUGI Casal da Serra, freguesia de Póvoa de Santa Iria, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 6/2010-AUGI, de 22/09, requerido por Francisco Matos Flores. -----

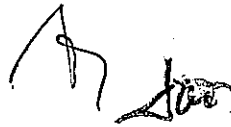
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 285/12, de 19/11, do DPGQU/DQU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da acta. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



1. Assunto: PARECER AO PLANO DE ORDENAMENTO DO ESTUÁRIO DO TEJO – FASE 3, VERSÃO DE NOVEMBRO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1/13, de 03/01, do DPGQU/DPOT, para aprovação do parecer ao Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo – Fase 3, versão de novembro, considerando-se que estão reunidas as condições para que possa ser submetido a consulta pública pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, IP/ARHTEJO – Administração Regional Hidrográfica do Tejo, IP. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 1/13, de 03/01, do DPGQU/DPOT, e parecer, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo pretendiam solicitar que o ponto fosse aprovado na próxima reunião de câmara. -----
Respondeu a Srª Presidente não saber se tem tempo, perguntando ao Urbª Ricardo Ramalho qual é o prazo. -----
Informou o Urbª Ricardo Ramalho que aquilo que está acordado com a comissão e todas as câmaras municipais envolvidas é o município dar o seu contributo até dia 11. De qualquer forma, o que pode deixar à consideração é o facto de a câmara municipal ter a hipótese de dar outro parecer no âmbito do inquérito público, durante o período de discussão pública. Se se detetam questões de fundo que valerá a pena desenvolver, poderá ser matéria, se é alguma coisa que esteja errado neste parecer, e era bom que se pudesse ver hoje, para se ter tempo.-----



Tomou a palavra a Srª Presidente, dizendo que a câmara municipal pode dar agora as sugestões e dar parecer no âmbito da discussão pública. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que valerá desde já a pena corrigir algumas questões que estão apontadas no parecer. -----

Respondeu a Srª Presidente que convém fazer chegar as notas. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que a Srª Presidente não percebeu, sem prejuízo do que os vereadores possam dizer sobre o assunto, o parecer da câmara municipal precisa ser homologado pela entidade para corrigir aquilo que tem mesmo de ser corrigido. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que se pode transformar o parecer em sugestões. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, perguntando se o documento que a câmara municipal vai enviar não tem de ser aprovado. -----

Disse o Sr. Vereador Nuno Libório que se pode aprovar outro à posteriori no âmbito da discussão pública, mas era conveniente aprovar agora este documento. -----

Interveio o Urbª Ricardo Ramalho, mencionando que o parecer apresentado é a fase final de todo um processo de acompanhamento que tem sido feito deste plano, que é desenvolvido com responsabilidade pela ARH. -----

Durante o processo de elaboração, que a câmara municipal acompanhou de perto, existiram várias discrepâncias, muita discussão, e chama a atenção para uma questão, que tinha a ver com as áreas inundáveis, em que a certa altura a ARH decidiu, ela própria, desenvolver um estudo, tendo-se percebido que aquilo que era o trabalho que a câmara municipal tinha em relação às áreas inundáveis para o concelho, feito pelo LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, estava completamente adulterado, no sentido de que havia sítios que não eram inundáveis e que passavam a ser, tal como sítios em que se passava o oposto. Daí resultou alguma discussão diretamente com a ARH, que numa fase final acabou por concordar que se mantinha o que a câmara municipal tem, assumindo o seu estudo. -----

Outro dado que também é importante, e aliás é fundamental neste caso, é que o regulamento do plano prevê que nos municípios onde exista plano diretor posterior a 2008 mantêm-se as normas do plano diretor relativamente ao uso do solo. Isto é



fundamental para o município de Vila Franca de Xira, porque está abrangido e fica logo fora de várias medidas previstas. -----

Terminou, dizendo ter percebido que há dúvidas, pelo que fica por aqui, esperando pelas dúvidas que possam surgir. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não são dúvidas, são questões que pensa que com relativa facilidade poderiam ser assumidas no parecer da câmara municipal. -----

No essencial os membros da CDU estão de acordo com as preocupações da proposta de parecer, e sabem bem do que estão a falar, aliás, falar do plano de ordenamento do Estuário do Tejo é falar de um filme de João César Monteiro, ou de um filme de Fellini, é uma coisa que demora há tanto tempo que não se sabe quando vai acabar, e já atravessou ciclos governativos. De facto é uma coisa que não se compreende, com as consequentes dificuldades que isso hoje coloca aos municípios, no âmbito da sua responsabilidade no ordenamento do território. -----

Passou a dar três breves notas que facilmente poderiam ser integradas no parecer da câmara municipal. A primeira tem a ver com o modelo de governança e o que se quer fazer com mais um plano sobre outros tantos planos que existem sobre o estuário do rio Tejo. -----

Está-se a falar de um plano de ordenamento ao mesmo tempo que provavelmente coexistirá com uma zona de proteção especial, com uma reserva natural do estuário do Tejo, com um plano regional de ordenamento do território, enfim, um sem número de instrumentos legais, ficando sempre a dúvida se este plano será um plano aglutinador para a Área Metropolitana de Lisboa, se será mais um plano em relação a outros tantos que já existem e que, no fundamental, pecam pela sua ineficiência administrativa. -----

Têm alguma preocupação com a proposta de criação de mais uma entidade, à qual deram o nome de Comissão do Estuário. Se é para ser mais uma comissão para mais alguém ter direito a um emprego nomeado politicamente, provavelmente já existem muitos maus exemplos pelo país fora, começando na região de Lisboa, dispensariam facilmente a existência desta comissão. Se fosse para ter uma comissão que funcionasse para além de uma atitude de conferência de serviços e que centralizasse em si responsabilidades efetivas em tudo o que tem a ver com o

tratamento, a conservação, o licenciamento das massas de água, de toda a proteção e conservação do estuário do Tejo e no que às competências dos municípios, pela sua responsabilidade indireta, também diz respeito, estariam todos de acordo. -----

Julgam que deve ficar nesta reunião uma preocupação sobre o que é que se quer fazer com esta comissão do estuário, para que serve, que funções terá, e fundamentalmente quais serão as suas responsabilidades efetivas, tendo presente a quantidade enorme de entidades desconcentradas pelo Estado que pouco ou nada fazem quando se fala de questões relacionadas com o Tejo e o seu estuário. -- Prosseguiu, dizendo que os membros da CDU têm o entendimento que nas medidas do programa de execução deveria haver uma proposta genérica, mas que é muito importante para o futuro do concelho de Vila Franca de Xira, uma proposta que grosso modo simplificasse o seguinte aspeto, é preciso ter bem presente que o concelho de Vila Franca de Xira tem todas as condições para agarrar e desenvolver a curto/médio prazo muitas potencialidades que dependem diretamente da riqueza proporcionada pelo estuário do Tejo. Assim, acham que deveria haver um enfoque nessa questão, porque este plano, para além das questões conservacionistas e de proteção da natureza, deve criar condições para o desenvolvimento sustentado das potencialidades geradas a partir do estuário do Tejo. Pensam que um concelho como o de Vila Franca de Xira tem todas as condições para, a partir das condições oferecidas pelo estuário do Tejo, se desenvolver com mais plenitude e mais pujança do que aquilo que infelizmente têm vindo a verificar-se. -----

Por fim, a questão tem a ver com a navegabilidade do Tejo, que é um fator crítico para um concelho como o de Vila Franca de Xira, onde já houve uma dependência muito significativa do Tejo para as atividades económicas, e em que hoje, por impossibilidades que têm a ver com o assoreamento e abandono das carreiras de navegação, navegar no Tejo torna-se uma missão muito perigosa, ou mesmo quase impossível. -----

A câmara municipal deveria também dar um enfoque em relação à questão da navegabilidade do Tejo, ao contrário do que é a tentação de sucessivos governos, de empurrar para a Administração do Porto de Lisboa a responsabilidade pela sinalização das carreiras marítimas e pela manutenção dos fundos navegáveis,



para que todos possam navegar e potenciar, no caso de Vila Franca de Xira, a utilização do rio Tejo e das suas carreiras marítimas, para desenvolver também economicamente o concelho.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo farão uma análise mais profunda sobre o documento, e por isso tinham colocado a questão, mas dada a necessidade de fazer essa pronúncia da câmara municipal, face a algumas outras questões, deixarão então para o período de discussão pública, em que eventualmente a própria câmara municipal se voltará a pronunciar. No entanto, chamam a atenção para um aspeto menor. Quando o documento se refere, por exemplo, aos Avieiros da Póvoa de Santa Iria, refere-se a Avieiros de Vila Franca de Xira, e não é, é Avieiros da Póvoa de Santa Iria. Pode-se dizer que se refere ao concelho, mas não, noutros casos refere-se em concreto à localidade onde está a ser efetuada a ação e onde está a ser analisado um determinado parecer. -----

Veem também que o documento, entre as várias ações, a determinada altura se refere à área denominada de IBA – Important Bird Area, que é a área que, do que tinha sido avaliado pela câmara municipal, estava delimitada basicamente em frente à freguesia do Forte da Casa. Neste documento vai desde o Forte da Casa até à estação de tratamento de águas residuais de Alverca do Ribatejo, pelo que, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, entra de imediato em conflito face a um processo que está na câmara municipal para eventualmente ser resolvido, de uma forma ou de outra, mas convinha que a câmara municipal se colocasse e avalizasse. -----

Face à questão do projeto em si, não coloca em causa a competência de quem tem o nome no documento e de todos os que contribuíram para o mesmo, não é isso que está em causa, o que teme é que efetivamente este seja mais um documento para cumprir calendário, sem se chegar a nenhum objetivo, até porque quando se tem um emaranhado de ordenamento sobre um determinado território, tem de se consultar um sem número de projetos que impendem sobre essa localidade, região ou local, o que quer dizer que isto transforma em praticamente impossível qualquer decisão que se procure tomar. Ou seja, quando se diz que depois se cria um modelo de governança, o próprio modelo de governança que está proposto



neste caso é ingovernável e impossível. É um adepto de se auscultarem todos os chamados "stakeholders" que intervêm no processo, mas daí até todos intervirem numa determinada decisão é efetivamente tornar impossível qualquer decisão, seja ela positiva ou negativa, dependendo do ponto de vista que se coloque.-----

Pessoalmente é adepto de um maior aligeirar dos processos com um rigor extremo sobre eles, em que as pessoas têm de ser responsáveis sobre as decisões que tomam, mas a câmara municipal não pode tomar decisões, fazendo veto de gaveta, que é o que acontece, infelizmente, na maioria do ordenamento, em que as pessoas, ou não decidem, ou metem um papel a circular.-----

Quando se faz isto é exatamente o contrário à atual situação do país, e em várias matérias, sendo que ainda esta semana ouviu mais uma discussão sobre o mar e sobre investimentos que eram para ser feitos e que demoraram 1 ano e meio ou 2 anos a serem feitos, o que é impossível e torna a gestão de um determinado território praticamente impossível. -----

Prosseguiu, dizendo ver no documento referência aos 3 mouchões, no entanto, ou as pessoas não foram aos mouchões, ou pelo menos há um deles em que nada do que ali está se aplica. Aliás, a Srª Presidente organizou uma visita a um dos mouchões, no qual basicamente tudo o que lá está construído é absolutamente ilegal, e que o próprio tenha conhecimento nenhuma entidade tomou nenhuma medida. Não está a dizer que discorda, em termos genéricos, esquecendo a lei, do que a pessoa em questão lá tentou fazer, mas não pode esquecer a lei, e se a lei diz que aquilo que ali está não era possível ser feito daquela forma, não percebe por que é que nos outros mouchões também não se tomam determinadas medidas para que eventualmente se transformem em outros investimentos e doutra forma mais atrativa, ou não. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de analisar de uma forma mais profunda o documento, porque lhes parece que é um "colar" de um conjunto de matérias, umas mais antigas, outras mais recentes, como quando se refere ao caso da plataforma logística da Castanheira e se compara com a da Bobadela. Estão-se a comparar conceitos absolutamente distintos, uma plataforma não tem nada a ver com a outra, a Bobadela, como é dito, e bem, é absolutamente só de contentores, e pouco mais terá. Diz-se que a da Bobadela ficou com um problema porque

deixou de ter acesso ao rio, efetivamente nunca teve, e só pensa isso quem não conheceu o local. -----

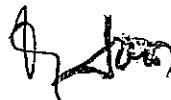
Aquela zona da Bobadela há anos que está aterrada daquela forma, nunca teve acesso ao rio, aliás nunca poderia ter. Segundo o que julga saber, toda a “malta” ligada ao ambiente impediu a recuperação de toda aquela área, com o argumento que era ambientalmente impossível fazer lá qualquer coisa. Não foi prolongado o arranjo da Expo para cá da margem do Trancão exatamente por isso, aliás, se se for lá hoje ainda estão resquícios de uma tentativa de intervenção que foi parada à época, portanto, está-se neste caso com “inputs” absolutamente contraditórios.-----

Há uma outra informação que não conseguiram confirmar, mas quando se trazer uma avaliação vão confirmar, pois não se recordam que no Portugal Logístico a plataforma da Castanheira do Ribatejo tenha substituído a da Bobadela, quando muito aquela plataforma terá substituído a do Sobralinho.-----

A plataforma da Castanheira existe depois, numa adenda ao Portugal Logístico, porque na primeira versão do programa apareciam as plataformas da Bobadela e do Sobralinho. -----

Deste modo, o documento tem em si mesmo alguns erros que careciam de ser corrigidos, para que se pudesse eventualmente estruturar um documento. -----

Só se lembra de virem a reunião de câmara por duas vezes documentos desta importância, o primeiro foi o PNPTOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, sobre o qual à época fez uma intervenção e foi o único vereador presente que votou contra aquele documento, porque manifestamente não defendia os interesses do concelho de Vila Franca de Xira e genericamente da Área Metropolitana Norte. Teme, mas há uma evolução, e tem de abrir aspas, porque efetivamente à época a câmara municipal só aprovou o documento, não se pronunciou sobre o mesmo. Neste caso tem de reconhecer que a câmara municipal tem uma evolução, vai pronunciar-se sobre o documento e pode continuar a trabalhar sobre o mesmo, o que para si é muito importante, mas teme que este documento seja mais um a somar, sem nenhum objetivo final, porque esse carece de uma alteração estrutural, que passa primeiro pela alteração estrutural do uso do solo em Portugal. A lei dos solos tem que ser alterada a sério, porque se não for alterada continuar-se-á com o mesmo problema. -----



Por outro lado, não há ordenamento que valha quando se querem introduzir medidas sobre terrenos que são de privados. Antigamente, no chamado “tempo da outra senhora”, até à década de 60, quando o Estado queria intervir sobre um determinado terreno que não era dele comprava e expropriava essa área, hoje impõe a privados um conjunto de limitações que a seguir não está disponível para pagar.-----

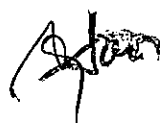
Não lhe parece que muitos destes documentos sirvam para mais nada que não seja ser aprovados, dizerem-se umas coisas e depois servirem para aprovar numa altura para desaprovar noutra, a exemplo da plataforma logística da Castanheira. Não deixa de ser curioso que o mesmo documento que devia preservar o estuário do Tejo diga que a plataforma da Castanheira tem mais 50 hectares para expansão. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que vai apenas tecer duas ou três considerações sobre o assunto, para se perceber um pouco como acontecem coisas desgarradas e que na realidade às vezes têm dificuldade em se coser.-----

Disse que o Sr. Vereador Nuno Libório deu uma panorâmica geral do que têm sido as vicissitudes à volta deste documento. O município de Vila Franca de Xira tem participado nele de uma forma ativa desde o primeiro instante e percebeu desde logo algumas coisas que agora se verificam na íntegra. -----

O plano tem um plano de execução associado que é absolutamente impossível de executar, aliás vem ao arrepio de qualquer discurso da área das finanças, nem se percebe sequer se chegará um dia a ser aprovado, porque não tem qualquer viabilidade, já que não se pode estar a contar certamente com o orçamento municipal dos vários municípios e da parte do Estado não haverá disponibilidade para algo com uma dimensão como aquela que é apontada neste documento. -----

Paralelamente a isso está-se num ano em que vão acontecer inúmeras coisas em termos de ordenamento do território, e ainda teve muito recentemente oportunidade de chamar a atenção que estes são processos que não podem correr à margem dos municípios, vai haver novas alterações sobre a Reserva Ecológica Nacional, que se constituiu sempre como um pesadelo para os municípios, e no caso de Vila Franca de Xira, que tem mais de 80% de REN, todos sabem do que se está a falar, mas ~~vai vir~~ ^{vai vir} uma nova filosofia. Aliás, até parece que num princípio vai



desaparecer a REN, vão é surgir mais dois instrumentos que a substituirão, e como tal vai-se entrar numa “pescadinha de rabo na boca”, em que nunca se apanha o rabo. -----

Vai haver também uma nova lei dos solos, houve uma tentativa, mas agora é que é, e vai haver um conjunto de documentos para o ordenamento do território, todos eles desgarrados, sendo que no meio disto tudo vai-se retomar a revisão do PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território, num ano de eleições, que se apresenta completamente desadequado a movimentos desta natureza, pelo envolvimento que exigem e implicações que trazem em si. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que esses são exatamente os argumentos que o próprio à época introduziu e perguntou por que é que a câmara municipal ia fazer a revisão do PDM de Vila Franca de Xira em época eleitoral. -----

Respondeu a Srª Presidente que a revisão do PDM de Vila Franca de Xira demorou uma eternidade. Isso é ser injusto, é pôr em causa o trabalho dos técnicos e inclusivamente de uma comissão técnica, externa à câmara municipal, que durante anos se pronunciou sobre o plano. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a comissão técnica obriga que a câmara municipal respeite um PROT que não está em vigor. -----

A Srª Presidente interveio, dizendo que agora não há resposta para isso, e nesse caso o Sr. Vereador está absolutamente em sintonia consigo, de vez em quando lá se aproximam. -----

A câmara municipal está hoje perante um documento que não pode ignorar, porque é importante para Vila Franca de Xira, e sempre tem defendido o rio com as suas diversas vertentes, desde a comercial, não esquecendo que o rio foi uma estrada com grande importância em décadas atrás, à vertente turística, à ambiental e também económica, e tudo isto traz uma tradução económica clara.-----

A intervenção da câmara municipal neste documento, e os apores que chegarem, são todos de grande importância, por isso tomará agora esta posição, se todos estiverem de acordo com ela, e tomará uma nova posição no âmbito da discussão pública, mas consciente que vem aí um conjunto de instrumentos que inclusivamente pode pôr de novo tudo em causa, embora o rio seja o rio, e o que se está a falar. -----



Para além disso, tudo seria altamente facilitado na sua aplicação se no âmbito das competências das áreas metropolitanas fosse uma competência sua e não se ficasse pelo caminho. Aí sim, haveria um conjunto de municípios com uma relação direta com o estuário do Tejo e o rio Tejo, e também o rio Sado, que teriam uma palavra importantíssima a dizer em coisas que lhes dizem diretamente respeito, mas não é o que acontece.-----

Aproxima-se um novo regime jurídico, onde se incluem as áreas metropolitanas, e espera que ele não fique unicamente condicionado a competências a transferir da administração local para essa mesma entidade, mas que tenha competências diretas que lhe são atribuídas pelo Estado. Essa é uma das grandes expectativas que por enquanto ainda não se sabe como vai ser desenvolvida.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o que a Srª Presidente acabou de dizer só vem dar razão àqueles que, tal como a CDU, afirmam que o que faz falta é a regionalização e institucionalização desse desiderato constitucional.-----

Este documento, pela sua génese, pela sua natureza e por aquilo que se pretendia fazer dele, deveria ser gerido por uma região democraticamente eleita e com legitimidade efetiva para o pôr em execução, pelo que a preocupação da CDU, que também é uma preocupação das outras forças, é legítima, quando diz que se cria agora mais uma qualquer instituição, sabe-se lá para fazer o quê, se calhar não vai fazer quase nada, ou não vão deixar que ela faça muito mais. -----

Há um aspeto que é muito importante referir, o modelo de execução assenta num financiamento a definir, e muito perigosamente, quando define, define para o lado das autarquias, o que é uma situação absolutamente difícil de compreender, tendo presente este discurso de agressividade do Governo. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, acrescentando que a nova lei das finanças locais até prevê a redução dos meios das autarquias. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que até parece que quem quer aprovar o assunto à força quer, como já foi dito, cumprir qualquer coisa que já se arrasta há mais de 7 anos, infelizmente não percebendo as dimensões drásticas que poderão resultar caso seja aprovado com estas dificuldades todas. -----

Parece-lhe que algumas observações feitas pelos vereadores nesta reunião podem ainda ir a tempo de serem compiladas para integrar este parecer, mas há uma



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Assinatura

Fl. Livro _____

Fl. Ata 077

Reunião de 2013/01/09

Procº 4/10 GENERI

Deliberação nº _____

preocupação da bancada do PSD que não sabe se é uma preocupação ou se é um “aviso à navegação”. Dizer-se que a IBA, que é uma área de conservação, agora se aproxima para Alverca do Ribatejo, ainda bem, é isso que deve acontecer e é isso que acontece, e espera que o PSD não tenha dúvidas em relação à classificação da área de conservação da natureza e às suas delimitações, porque o que assumidamente sempre se disse do ponto vista europeu e daquilo que foi traduzido também para o ordenamento do concelho de Vila Franca de Xira é a existência dessa área de conservação entre as salinas de Alverca, entenda-se ETAR de Alverca, até à Póvoa de Santa Iria. A CDU não vai “dar de barato” toda e qualquer intenção, independentemente das pressões que possam ser feitas sobre a câmara municipal, de que tem de ser feita ali a aprovação de um loteamento. -----

Terminou, dizendo que este plano de ordenamento junta várias entidades, nomeadamente a CCDR e o Ministério do Ambiente, e se elas hoje dizem que ainda existe e tem uma contiguidade entre Alverca e a Póvoa de Santa Iria, não podem ser as mesmas a dizer que é admissível aprovar-se um loteamento que viola o plano diretor municipal e, eventualmente, com essa pressão que está a ser feita sobre a câmara municipal, alguns vereadores querem mudar de opinião, violando o seu próprio plano diretor municipal. Espera sinceramente que o PSD não tenha dúvidas sobre essa matéria. -----

Interveio a Srª Presidente, referindo que não é o que está em apreço, e que se pode dar como aprovado o parecer da câmara municipal. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS MUNICIPAIS DO CONCELHO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 4/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, para aprovação das propostas contidas no relatório final do júri do concurso da empreitada para requalificação de pavimentos em arruamentos municipais do concelho, nomeadamente a adjudicação à Construções Pragosa, SA, pelo valor de 273 000,01€, acrescido de IVA, sendo o prazo de execução de 60 dias.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 4/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo não estão, obviamente, contra a requalificação de pavimentos em arruamentos municipais, mas, mais uma vez, como este ponto tem implicações no orçamento de 2013, votam contra.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da suspensão integral dos trabalhos, a partir do dia 01/01/2013, e pelo prazo de 90 dias, bem como do auto de suspensão, da empreitada de regularização fluvial do Rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada ao Consórcio Obrecol, SA/Oliveiras, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que admira a coragem do Partido Socialista a apresentar a sétima suspensão de uma obra de utilidade pública, o que diz com ironia, e não há razão para se fazer ironia com isto.-----
Em primeiro lugar, deve dizer que a CDU está absolutamente solidária com a posição tomada por unanimidade pela assembleia de freguesia da Castanheira do Ribatejo, que envolve todas as forças políticas, passando pela CDU até ao PSD, que critica o facto desta obra, que agora já atravessa o inverno, ainda não estar concluída, estar longe de estar concluída e, pior do que isso, não se saber quando vai ficar concluída. -----

Apresenta duas breves questões, porque ainda não se podem tirar conclusões sobre esta matéria, sendo a primeira que o Partido Socialista, irresponsavelmente, avançou para uma obra quando não havia condições para a obra avançar. Não

pondo em causa o relevante interesse público, e a necessidade deste investimento, o Partido Socialista enveredou pelo caminho mais fácil, que é o de que as questões das expropriações, do acesso e utilização de terrenos para a consolidação das margens, é coisa que se trata quando a obra se realizar, e estava-se mesmo a ver que isso ia acontecer.-----

Dirigindo-se à Srª Presidente, disse ser justo que se insista com a própria e com o Partido Socialista, até que um dia, nem que seja por exaustão, tenham de reconhecer esta situação. A CDU chamou à atenção disto por mais do que uma vez, e vai-se ainda ter de suspender provavelmente mais vezes a obra, não só por causa deste problema em concreto, como por outros que ainda não estão resolvidos, designadamente a questão dos estabelecimentos comerciais.-----

É uma situação que ninguém sabe como é que vai terminar nem, acima de tudo, as consequências financeiras que advêm para a responsabilização do município, e recorda que o estudo de impacto ambiental responsabiliza a câmara municipal por demolições, pelo realojamento de pessoas e, pelo menos, de um estabelecimento comercial, facto que, pelo menos, não foi contrariado. Pode não ser do agrado da câmara municipal, mas não foi contrariado por parte da mesma, porque era impossível de contrariar, como é óbvio.-----

Uma segunda questão é o facto deste Governo também andar a brincar com coisas sérias. A ser verdade o que está escrito, e não tem dúvidas para duvidar do que a câmara municipal e os serviços técnicos escrevem sobre esta matéria, o Governo demora mais quanto tempo para fazer o despacho do reconhecimento de utilidade pública para desencadear o processo de expropriação? Quanto tempo mais?-----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que já o fez, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório pediu desculpa, dizendo não estar clara essa informação, ou não consta, ou então o erro foi de análise, da parte dos membros da CDU, porque não consta essa situação.-----

Se já o fez, de qualquer forma é preciso reconhecer quantos meses foram precisos para obter este despacho, uma obra que tem financiamento comunitário, para pessoas que andam com o “coração nas mãos” todos os anos, como todos sabem, que é um dos sítios críticos quando chove mais qualquer coisa, e quando coincide com a subida da maré.-----

É tudo absolutamente lamentável, vão ficar todos contentes e satisfeitos quando a obra se fizer, mas deve dizer que o responsável, o dono da obra, é a câmara municipal, e deixou muito a desejar em relação à condução de todo este processo, e o Governo também não ajudou.-----

Interveio a Srª Presidente, referindo que responderá em parte, e o Sr. Vice-Presidente responderá noutra.-----

Conhece imensas situações noutros municípios, até da gestão CDU, que se arrastam há muito mais anos do que estas, com implicações idênticas, com inundações sucessivas, à beira das praias, por exemplo, e o que diz também é que a ineficácia da administração central é imensa nisto. Se fosse uma obra, e o rio tem duas margens, como é óbvio, que tivesse um só município a intervir, não deve o Sr. Vereador ter qualquer dúvida, e se a tem fica com ela, que estaria tudo resolvido.-----

O município que tem a outra margem não tinha condições para fazer cabimentos, não tinha fundos disponíveis, não tinha nada, e mais de um ano se demorou. Aquele município disse que ia fazer, porque tentou conseguir um entendimento entre as partes, que em determinado momento terá parecido possível, mas depois não se concretizou. Por isso, a situação arrastou-se até agora.-----

Depois, ainda houve outra entidade, que se chama ARH, que é a entidade que tem responsabilidade sobre aquelas margens, e se não tivesse sido a ARH a proceder ao tratamento de algumas destas partes administrativas, ter-se-ia feito tudo muito mais rápido, sendo que se esteve agora quase um mês à espera da nomeação de um perito.-----

Este é um exemplo, para dizer que efetivamente os meses somam-se todos uns atrás dos outros, e esta foi a razão por se chegar até agora com a obra tão atrasada, embora houvesse uma suspensão já prevista desde o início no caderno, porque não era possível, no âmbito das marés, com as marés de grande altitude, estar a intervir. Isso era já previsto, desde o início, e agora, desde os “patos”, às “galinhas” e a tudo o mais, sabe-se como é que este assunto tem sido difícil de tratar.-----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que, de facto, é um processo longo, mas os membros da CDU têm memória do seguinte: Não foi

a Srª Presidente que disse que o protocolo com a ARH era para resolver as dificuldades burocráticas para libertar os terrenos? -----

Respondeu a Srª Presidente que foi supostamente.-----

Prossegiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que estava perdido, pois pensou que tinha sido esta mesma câmara municipal a votar, e aliás os membros da CDU votaram a favor, porque sentiram-se convencidos, pelas palavras da Srª Presidente, que era com a ARH que ia, mas agora a Srª Presidente vem dizer o contrário. -----

Interveio novamente a Srª Presidente, respondendo que foi o que foi dito à câmara municipal, mas não aconteceu. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que se provou que não, mas é justo reconhecer isso, que a Srª Presidente veio com um discurso, a dada altura, que para simplificar os procedimentos precisaria de fazer um protocolo com a ARH, e que a ARH, pelo seu estatuto superior ao da câmara municipal, resolveria o que ainda não tinha sido possível resolver com esta autarquia, e afinal, nem com uns, nem com outros. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, mencionando ser tudo verdade. -----

Continuou o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que está tudo bem, e que quando se fala de obras marítimas ou hidráulicas, sabe-se do que se está a falar, mas até há trabalhadores ou pessoas que trabalham nestas áreas que dizem que nunca viram nenhuma obra começar de jusante para montante, estando a falar por aquilo que contaram aos membros da CDU, pois certamente não tem mesmo perfil, e muito menos competência para falar sobre estas matérias. -----

De facto, ouviram isto, esta obra é, pelas piores razões, muito comentada. Para já, porque é uma obra que há muito tempo é pedida por esta população, mas, acima de tudo, porque muita gente diz que, até do ponto de vista da execução está a ser mal planeada. Quando diz mal planeada, é para deixar claro que não está a criticar os técnicos da câmara municipal, só está a fazer chamadas de atenção, porque, no seu teor e na sua génese, são todas elas idênticas àquelas para as quais chamaram à atenção aquando da adjudicação da obra: "Vejam lá se têm todos os terrenos necessários para libertar estas situações todas!" -----

Aprovarão tudo o que tem de ser aprovado, e vão aprovar esta sétima suspensão,



mas perguntam se a Srª Presidente quer apostar que não se vai ficar por aqui.-----
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando que, por norma, e por aquilo de que tem conhecimento, a obra, em qualquer rio, em qualquer curso de água, obrigatoriamente tem de começar de jusante para montante, por causa do escoamento de água, e não pode ser o contrário.-----

A libertação das águas, a entrada da água no caudal maior, que neste caso é o Rio Tejo, tem de ser feita precavidamente, logo, a jusante, sendo a primeira fase que tem de ser feita, e não acima, pois pode dar-se o caso das obras serem conduzidas até épocas pluviais muito fortes, em que há um amontoamento de águas, e depois é tudo destruído por ali abaixo.-----

Basicamente é o que tem de acontecer, mas isso é a forma de construção, é como se fazem as barragens, que é exatamente da mesma forma.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que face à matéria da forma como se faz, não tem nada a acrescentar ao que disse o Sr. Vereador João de Carvalho, e face ao resto só reporta para o que os membros da Coligação Novo Rumo disseram à época da consignação dos terrenos. O que teve oportunidade de dizer, pois tinha estado em reuniões com o empreiteiro em questão, com o consórcio e os técnicos da câmara municipal, o que está gravado, e em ata, é que não se deveria consignar a obra naquela altura.-----

Disse ainda que iria haver problemas, e não era consignar a obra, era consignar os terrenos, porque a câmara municipal cometeu logo um erro grave, que foi o mesmo que cometeu no Rio Crós-Cós.-----

Quando a Srª Presidente diz que se os terrenos fossem da câmara municipal ou das duas margens da câmara municipal, estaria resolvido, vale o que vale, pois só agora, no Rio Crós-Cós, é que se resolveu o troço final, e eram ambas as margens do concelho de Vila Franca de Xira, pois no centro de Alverca ambas as margens pertencem ao concelho.-----

Assim, o problema é logo de base, sabiam verdadeiramente, ninguém lhes veio contar, e há documentos na câmara municipal que atestam das dificuldades que esta ia ter, e dos problemas que tinha com os dois ou três proprietários daquela zona. Há uma planta onde está colocado o nome das famílias que eram donas daquelas terrenos, e por isso disseram, à época, que a consignação dos trabalhos

acarretaria despesa para o município.-----
Não é o empreiteiro, que disponibiliza os meios, tem-nos lá, e tomara ele que a obra dure mais um ano, pois tem o valor que recebeu da adjudicação da câmara municipal, e há de receber mais não sabe quantos milhares de euros por tudo, por estas trapalhadas, e nem sequer é por causa de um inverno rigoroso que se estão a ter problemas. Não é nada disso, porque graças a Deus, quer na obra em Alverca, quer nesta, São Pedro, lá em cima, até ajudou.-----
Não há nenhuma questão, é um problema que nunca se corrigirá enquanto não se olhar para ele de frente, e não se perceber que houve um problema permanente, de conceção e planeamento desta obra, como houve noutras.-----
Quem vai pagar isto tudo é o orçamento municipal e o erário público, esta é que é a grande diferença, mas há mais erros, que não estão previstos na obra, nomeadamente o estacionamento para todas aquelas pessoas da Vala do Carregado, que também deveria estar, e por aí fora.-----
Há um conjunto de problemas que ainda agora se está a começar, mas que os membros da Coligação Novo Rumo entendem e esperam que se resolva rapidamente, só pensam é que a responsabilidade, neste caso, é 100% da câmara municipal, e não vale a pena o resto, porque quem tem de instruir os processos de expropriação é o município. É o município que os tem de fazer, de forma célere e rápida, pelo que às vezes, ou se tomam as melhores opções, ou tomam-se opções que não são erradas.-----
Não critica neste caso a questão da ARH, porque em determinada altura houve a assunção de que poderia ser a melhor solução, dada a questão do eixo, à margem, poder ter ali alguma facilidade. O que pensam é exatamente o que disseram à época, o problema da consignação de trabalhos não deveria ter sido efetuado, porque dá direito a indemnizações ao empreiteiro, que não eram efetivamente necessárias, e já passou um ano após essa consignação.-----
Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que sobre estas matérias e outras cada um diz aquilo que bem quer, e o que lhe interessa é que a população da Vala do Carregado não tenha mais os problemas que tem tido ao longo de muitas décadas, que são inundações.-----
Portanto, não aproveitar uma oportunidade para realizar uma obra hidráulica com



aquele volume, tanto no Rio Crós-Cós, e neste caso, o Rio Grande da Pipa, era adiar um problema grave que se tem ali naquela zona. Agora pode-se dizer que se deveria começar a obra por ali ou acolá, e evidentemente que o Sr. Vereador João de Carvalho já disse, e o próprio não diria melhor, a obra tinha de começar por onde começou, para além de questões de carácter técnico, mas por uma outra, que os terrenos que estavam disponíveis nas duas margens eram aqueles. Não é o que prevaleceu, são duas circunstâncias que estão aliadas.-----

Relativamente às expropriações, foi um processo extremamente moroso, e a decisão que foi tomada, em que se esteve de acordo que aquele processo passasse pela ARH, foi no sentido de que se estava absolutamente convicto de que a ARH conseguiria resolver o problema da expropriação numa forma muito mais célere. Infelizmente não foi isso que se passou, e nem sequer o Sr. Secretário de Estado teve culpa absolutamente nenhuma, na medida em que o que disse foi que, de uma primeira vez que o processo da declaração de utilidade pública foi à sua presença, não estava suficientemente fundamentado.-----

Essa fundamentação demorou meses a ser feita, e foi necessário a câmara municipal, junto da ARH, fazer as pressões necessárias para que a fundamentação pudesse chegar ao Sr. Secretário de Estado, e assim que chegou, a declaração de utilidade pública foi publicada no Diário da República. Não foi há muito tempo, mas o facto é que quem protelou ou não teve a agilidade suficiente foi a ARH, e não a secretaria de Estado, e é preciso que esta matéria seja referida.-----

Estava-se convicto, sendo que agora, depois das coisas se passarem é muito fácil de fazer reparos ou dizer várias coisas, continuando a dizer que, pessoalmente, o que lhe importa é que a obra acabe, e fique de acordo com o que está previsto no respetivo projeto, se bem que já houve uma ou outra alteração, porque são obras de grande complexidade, não são obras simples, como todos sabem.-----

Esta suspensão que agora vem para aprovação era inevitável, não se pode trabalhar num rio no inverno, por causa das razões que a Srª Presidente também já referiu, pelo que era absolutamente necessária.-----

Neste momento, finalmente, num pedido que chegou ao tribunal no dia 5 de dezembro, a ARH informa que hoje o tribunal comunicou quem é o perito para a realização dos procedimentos seguintes. Está-se perante, pela experiência que se



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. ~~Ata~~ 087

Reunião de 2013/01/09

Procº DOVSM-EMP 10/11

Deliberação nº _____

tem sobre estas matérias, uma situação em que daqui a um mês ou um mês e meio o processo de posse administrativa dos terrenos estará resolvido, o que permitirá, no final desta suspensão, reiniciar os trabalhos, e terminá-los de acordo com aquilo que se exige, que é o final deste ano. -----

O que lhe parece é que todos se devem deter no que é essencial, criar as condições para que aquelas populações estejam seguras, e em cada inverno não tenham os problemas que regularmente tinham, sendo este o problema fundamental. Dizer determinado tipo de coisas, naturalmente na luta política diz-se muita coisa, e ainda bem que se diz, mas o facto é que às vezes todos se devem deter naquilo que verdadeiramente é importante. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo, ao contrário do que o Sr. Vice-Presidente tentou fazer crer, que a ARH é uma entidade institucional da administração central, tutelada e governada pelo Governo, não é uma entidade “paraquedista”, que funcione fora da órbita e gestão direta do Governo, seja qual for. Assim, não se pode dizer que a culpa é mais deste ou daquele, é política, há uma questão política que não foi compreendida por este Governo, e continua também a não ser compreendida por esta câmara municipal. -----

O Sr. Vice-Presidente deve perdoar-lhe, mas diz que o mesmo faz a afirmação de que estima que daqui a um mês ou mês e meio se possam reiniciar as obras, e vai-se ver, uma vez que acabou de dizer que a posse dos terrenos ainda não está efetivada. É só uma pequena preocupação, que deve ser uma grande preocupação do município, o Sr. Vice-Presidente não deve esquecer-se que a declaração de impacto ambiental responsabiliza esta câmara municipal pelo realojamento de pessoas e edifícios, e tem que tratar desta outra situação, para a qual os membros da CDU ainda não viram solução à vista. -----

Tem que se impor esta correção, porque, quando o Sr. Vice-Presidente diz “fale-se o que se quiser falar”, pode-se falar, e era o que mais faltava, mas reforça que se o Partido Socialista não tomar em linha de conta estas preocupações, pode ter a certeza que nunca mais se consegue terminar a obra dentro dos prazos, que são os adequados. Esta é a sétima suspensão, e já se vai atravessar mais um ciclo de inverno, porque já no anterior inverno se tinha este mesmo problema, que era a falta de posse dos terrenos. -----

Pede, sinceramente, de uma vez por todas, que se olhe para este problema, porque nem é por uma questão de conveniência para a CDU, é a bem das populações, como já foi, e muito bem, dito. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se pode dizer o que se quiser, inclusivamente o Sr. Vice-Presidente, porque nada do que aconteceu foi diferente da chamada de atenção que o próprio fez à câmara municipal e ao Sr. Vice-Presidente, convidando-o a ler os documentos que os técnicos à época tinham feito, e o que se tinha tratado com o empreiteiro, das condicionantes e a forma como se deveriam começar os trabalhos. -----

Acha que o Sr. Vice-Presidente já deveria ter aprendido que não vale a pena fazer atos de fé, porque, já há uns tempos atrás, fez um ato de fé face à questão do hospital, e passados 15 dias teve de vir revogar a decisão, pois tinha feito um ato de fé e tinha acusado o próprio de estar a querer ser teimoso. A verdade é que depois os factos têm demonstrado de onde é que vem a teimosia. Não vale a pena fazer um ato de fé que, em princípio, as obras fluviais começam de jusante para montante, o que é verdade, mas o Sr. Vice-Presidente sabe que o Rio Crós-Cós não foi assim, e que só se resolveu a parte a jusante do Rio Crós-Cós no fim da obra. ----

Não sabe porquê, e foi mesmo no centro da cidade. Fizeram-se troços mais abaixo, mais a meio, mais acima, e depois ligaram-se todos, o que quer dizer que há um problema, de planeamento. É óbvio que em princípio as obras fazem-se desta forma, e por isso é que existem equipas que gerem uma obra ou um projeto, sendo que quando o próprio disse que a obra não deveria ser lançada naquelas circunstâncias, não era a obra na totalidade. Nunca disse, e não está gravado em lado nenhum, que não se deveria lançar a obra, o que não se devia era consignar os terrenos todos, porque não havia a posse dos terrenos. Quando se diz ao empreiteiro "tome lá!", está-se a dizer que ele tem todos os terrenos livres para poder entrar em obra, e o que se disse foi "tome, entre, mas afinal não pode", porque se fez a primeira suspensão de trabalhos ao fim de um mês.-----

Disse isto na altura, o que quer dizer que o que se tinha de ter feito com o empreiteiro era ter-lhe colocado de novo os problemas e as limitações, e ter definido com ele um plano de trabalhos alternativo. Quando o empreiteiro apresenta um plano de trabalhos a concurso, a seguir tem de apresentar um plano

A *Don*

de trabalhos quando é o ato de consignação. É assim que diz a lei, e é assim que manda a regra. -----

O problema é que a câmara municipal continua a escutar exatamente os mesmos que têm criado problemas, e cá estarão os membros da Coligação Novo Rumo para ver, no final das contas do Rio Crós-Cós, os problemas que a câmara municipal vai ter ali. Não está a falar de cor em nenhuma destas matérias, e não fala de questões de detalhe da obra, que não conhece, e que tem a certeza que o Sr. Vice-Presidente a está a acompanhar. Não tem, essa questão a si não lhe pesa, e não tem nenhuma dúvida que cada um, a cada momento, faz o melhor que pode e sabe. Agora, o que está a dizer é aquilo que aconteceu à época, que o Sr. Vice-Presidente sabe, e quando este diz que hoje se pode dizer o que se quer, deve fazer justiça, que o próprio, à época, antes, e quando veio o documento, chamou à atenção e falou dos documentos que existiam e das atenções que se deveriam ter. Assim, se calhar não são só os políticos a ser chamados à responsabilidade, há mais algumas pessoas que deviam ser chamadas à responsabilidade, por que é que assinaram documentos e disseram à câmara municipal que deveria consignar todos aqueles terrenos. São exatamente os mesmos agora, em que estão todos hoje, mas amanhã, quando apresentarem as faturas, vão ter de pagar. É isto que lhe custa, porque custa-lhe todos os dias. -----

A Srª Presidente interveio, pedindo um pouco de contenção, lembrando que efetivamente se assumiu um compromisso. -----

Interveio novamente o Sr. Vice-Presidente, para referir que quando disse “cada um diz o que quer”, é com todo o respeito, não foi para desconsiderar ninguém, como é evidente, pelo que é preciso que esta matéria seja bem apreendida. -----

Tanto no Rio Crós-Cós, como no Rio Grande da Pipa, havia um longo processo já em desenvolvimento e, como anteriormente falou, muitas das vezes há uma grande capacidade de conseguir avaliar as coisas depois delas acontecerem, mas não se está a falar de coisas simples, está-se a falar de coisas difíceis. -----

Costuma-se dizer que mais vale não decidir de uma forma brilhante, mas tem que se decidir, e quanto a esta decisão de avançar com aquelas duas obras, tanto do Rio Crós-Cós, como desta, apesar das dificuldades que cada uma teve, e que o Sr. Vereador bem conhece, pensa que valeu a pena tê-las iniciado, e todas as

dificuldades que se têm vão-se conseguir ultrapassar, sendo que há um fator que já é determinante, e que já é a parte final do processo, o facto de o tribunal ter nomeado o perito.-----

A partir daqui o processo da posse administrativa dos terrenos é relativamente simples. O processo vai-se desenvolver, demorará entre mês e meio e dois meses, pelo que, quando houver condições para reiniciar as obras, elas irão reiniciar-se.----
Respeita todas as opiniões, e acha que as decisões que foram tomadas foram no sentido de acelerar o processo. Houve vicissitudes, vão-se resolver, e também nunca viu um estudo de impacto ambiental a fazer comentários, até parecendo que foi de encomenda. O Sr. Vereador Nuno Libório puxou isso para a conversa, e responde que nunca viu um estudo de impacto ambiental com recomendações daquele tipo.-----

O estudo de impacto ambiental tem a ver com as questões de carácter ambiental, e não tem que dizer “a câmara municipal tem de fazer assim, tem de pagar isto e aquilo”. Um estudo de impacto ambiental não tem essa função, considera que foi excessivo, inoportuno, e até nem sabe como é que há de comentar aquela parte do estudo de impacto ambiental.-----

Interveio a Srª Presidente, mencionando que pensa que se pode considerar aprovada esta suspensão de trabalhos.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----



1. Assunto: RECONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE NA EN 248-3, JUNTO À QUINTA DE SANTO ANTÓNIO – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1237/12, de 05/12, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de vistoria e da liberação de 50% da caução total da obra da reconstrução de muro de suporte na EN 248-3, junto à Quinta de Santo António, em São João dos Montes, adjudicada à Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1237/12, de 05/12, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

1. Assunto: POLIS XXI – PROGRAMA ECOBAIRRO - EXECUÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE – PÓVOA DE SANTA IRIA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 5/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, para aprovação da Listagem de Erros e Omissões Aceites, devendo a mesma passar a fazer parte integrante das peças de procedimento, bem como rejeição dos itens não considerados na listagem, mantendo o preço máximo estimado para o contrato, que foi aprovado para o procedimento da empreitada de execução de iluminação pública eficiente, na Póvoa de Santa Iria, no âmbito do Polis XXI, Programa Ecobairro. -----

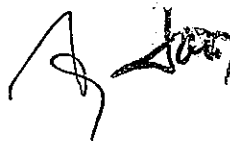
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 5/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: REMODELAÇÃO DA EB1 DE A-DOS-LOUCOS – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1214/12, de 04/12, do DOVSM/DGE, para aprovação do auto de vistoria e da liberação de 90% da caução total da obra da remodelação da EB1 de A-dos-Loucos, em São João dos Montes, adjudicada à Comprojecto, Lda.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1214/12, de 04/12, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE ALHANDRA – APLICAÇÃO DE MULTAS POR VIOLAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL – DECISÃO FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 7/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, para ratificação do despacho que aprovou a decisão final da aplicação de multas ao empreiteiro por violação do prazo contratual, referente à empreitada da construção do Centro de Saúde de Alhandra, adjudicada à Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 7/13, de 03/01, do DOVSM/DGE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que irá tentar ser muito sucinta, mas dizendo que esta é uma questão complicada. -----
Quando foi denunciada a ocupação ilegal da várzea de Vialonga o Sr. Vice-Presidente disse que se tem de ter atenção, mesmo quando as pessoas não estão a cumprir a lei, porque se podem pôr em causa os postos de trabalhos. Francamente não vê ali nenhum edifício, e não percebe que postos de trabalho existem, mas o que entende, e que todos devem concordar, é que a lei é para cumprir. -----

Neste caso os membros da CDU estão disponíveis para aplicar uma multa, mais de 1 000,00€ por dia por cada dia de atraso relativamente ao final da obra, e concordam, porque concordam que a lei seja cumprida, mas concordam, desde que a partir de hoje este procedimento seja realizado para todas as obras, e para todas as ilegalidades que se passam neste município. -----

Ainda há pouco tempo houve uma obra adiada duas ou três vezes, a passagem superior da linha férrea em Vila Franca de Xira, e não viu por parte do Partido Socialista esta vontade em multar a pessoa que estava a construir a obra, e mais, foi dito que se tinha de ter muito cuidado, porque a situação do país era gravosa, e tinha de se andar com os empreiteiros "ao colo". Se se tinha de andar com uns "ao colo", agora não se tem de andar com outros "ao colo"? -----
Julga que tem de haver alguma equidade no tratamento, pelo que concordam, desde que este procedimento passe a ser literal, passe a ser igual para todos, e entendem que deve ficar por escrito, para que não haja nenhuma dúvida. -----
Aproveita ainda para perguntar, porque os membros da CDU fizeram uma visita à passagem superior da linha férrea em Vila Franca de Xira há uns tempos atrás, e deu-lhes ideia que existia ali uma construção de trabalhos a mais, como a colocação de acrílicos, quem é que vai pagar estes trabalhos que estão a ser feitos de forma adicional, na passagem. -----
Falaram com a pessoa que lá estava, que disse que estava a fazer trabalhos já fora da empreitada, não sabem, e daí colocarem a questão à Srª Presidente. Se não se sabe, era melhor averiguar, para depois daqui a uns dias não haver uma surpresa, uma fatura para pagar, e não se sabe quem autorizou aqueles trabalhos que estão ali a ser feitos. -----
Respondeu a Srª Presidente que não tem conhecimento de nenhuns trabalhos fora da empreitada, tem conhecimento de algumas reparações, e para se poder colocar a videovigilância vai ter de ser necessário colocar um tipo de porta, pois de outra maneira não será autorizado. Em Portugal ainda há em relação à videovigilância uma atitude muito reservada, como tal, para se utilizar em segurança, necessita de ter videovigilância, e para que isso aconteça necessita de ter uma porta. -----
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que compreende o raciocínio da Srª Vereadora, e é absolutamente compreensível, se bem que faz a comparação entre duas obras incomparáveis. A obra da passagem superior tinha a câmara municipal também envolvida, e logo por aí, estar a câmara municipal a aprovar coimas à própria, era uma coisa sem grande sentido. Havia, como se sabe, um acordo tripartido para a construção daquela passagem superior, para pagar, sendo que o dono da obra era a empresa a quem foi adjudicado o trabalho, mas

[Handwritten signatures]

obviamente que a câmara municipal estava envolvida naquele processo.-----
Quanto ao centro de saúde, houve neste percurso todo grandes vicissitudes, grandes problemas, que começaram com o jardim do Bom Sucesso, pois foi a mesma empresa. A Srª Vereadora que não queira saber os “sarilhos” para acabar aquilo, e com a câmara municipal sempre a dizer ao Engº Gabriel, com quem o próprio teve muitas reuniões, algumas nada simpáticas, que o jardim de infância tinha de estar pronto em tempo oportuno. A resposta era a de que poderia ficar descansado, que em agosto estava a obra pronta, mas sabe-se o que foi o “sarilho” para ter aquilo pronto em tempo oportuno. -----

Foi uma experiência amarga, porque a empresa, inclusivamente, atrasou esta obra do centro porque deslocou o pessoal para o jardim de infância do Bom Sucesso. A empresa disse que não, mas a câmara municipal apercebeu-se disso. -----

Aquilo que disse ao Engº Gabriel foi que se ia voltar em força ao centro de saúde, que se ia acabar a obra, e deu-se um prazo para acabar em 30 de novembro ou outubro, e perguntou-se se havia dificuldades de carácter financeiro na obra, ao que o engenheiro respondeu que não, que estava tudo bem. Contudo, o facto é que se não fossem as diligências da Srª Presidente junto à ARS estava-se em riscos complicados em termos financeiros. -----

Em todo este processo foi sempre dito que não devia haver preocupações, porque aquilo estava pronto, e espera que a data que está prevista seja cumprida, final deste mês, mas tem sérias dúvidas que aconteça, pelo que há momentos em que se têm de tomar algumas atitudes, para se ver que é mesmo a sério. -----

É evidente que agora a empresa vai contrapor, e há um processo que provavelmente vai parar à barra do tribunal, não faz ideia, mas o facto é que nesta obra havia necessidade de exercer a pressão toda possível para que a empresa acabasse a obra. Chegou a um momento em que pensou que ia abandonar a obra, e isso seria o fim, porque era a cessão da posição, a posse administrativa da obra e todas aquelas coisas complicadíssimas, que se devem evitar sempre. -----

Está-se portanto a levar esta obra “ao colo”, como aliás se estão a levar outras. O momento é extremamente difícil, a desconfiança do mercado é total, ninguém fornece materiais se não for com garantias ou dinheiro vivo, pelo que se está numa situação muito complicada, e com certeza, por um ou outro aspeto, os presentes já



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **097**

Reunião de 2013/01/09

Procº 32/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº _____

verificaram isso mesmo. -----

Aquilo que se pretende é acabar o centro de saúde, e este foi um mecanismo que se utilizou para forçar a que o ritmo do trabalho seja outro. -----

É evidente, contudo, que quando a Srª Vereadora diz que a situação tem de ser transversal e deve ser norma para o futuro, provavelmente assim será, tendo que se analisar caso a caso, porque não se pode olhar tudo da mesma forma. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que é com isso que não pode concordar, que se tenha de analisar caso a caso, porque, ou se cumprem prazos, ou não se cumprem. Depois, que carácter objetivo é que se está a utilizar, para penalizar esta empresa? No entender da CDU, se já não é a primeira vez que a câmara municipal tem problemas com ela, para a próxima vez não se deveria deixar que concorresse, apesar de não saber como, pois não sabe como é que isso se processa. -----

De facto, se se entrar nesse princípio de que se vai ver caso a caso, a coisa não se resolve, e para a CDU é muito simples, a lei é para se cumprir, e a multa faz parte do caderno de encargos, pelo que quando se concorre sabe-se à partida que se está sujeito a este tipo de multas. -----

Concordam, vão votar a favor, desde que esta passe a ser uma norma utilizada independentemente do caso, porque se se começam a utilizar pretextos e outros que mais, não se resolve. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Declaração de Retificação nº 79/2012, de 26 de dezembro, I série, que retifica a Portaria nº 352/2012, de 30 de outubro, do Ministério da Saúde, que regulamenta o procedimento de licenciamento e de atribuição de alvará a novas farmácias, bem como a transferência da localização de farmácias e o averbamento no alvará, e revoga a Portaria nº 1430/2007, de 2 de novembro, publicada no Diário da República, nº 210, I série, de 30 de outubro de 2012;-----

Decreto-Lei nº 265/2012, de 28 de dezembro, I série, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda;-----

Portaria nº 424/2012, de 28 de dezembro, I série, que fixa em (euro) 482,40 o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39º do Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis, a vigorar no ano de 2013;-----

Portaria nº 426-A/2012, de 28 de dezembro, I série, que aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados, prevista na alínea d), do nº 1, do artigo 3º do Decreto-lei nº 198/2012, de 24 de agosto;-----

Portaria nº 426-B/2012, de 28 de dezembro, I série, que aprova os modelos das faturas-recibo para efeitos do disposto no artigo 115º do Código do IRS; -----

Portaria nº 426-C/2012, de 28 de dezembro, I série, que aprova a Declaração Mensal de Remunerações - AT e as respetivas instruções de preenchimento, para cumprimento da obrigação declarativa prevista no artigo 119º, nº 1, alíneas c) e d), do Código do IRS;-----

Resolução do Conselho de Ministros nº 111-E/2012, de 28 de dezembro, I série, que autoriza a despesa relativa ao fornecimento de serviços de comunicação de dados, de serviços de internet, de locação do equipamento terminal, de alojamento de servidores e interligação entre as redes lógicas das escolas dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico público, das escolas secundárias do ensino público e dos organismos centrais, regionais e tutelados do Ministério da Educação e Ciência pela PT



Comunicações, SA;-----
Lei nº 66/2012, de 31 de dezembro, I série, que procede à sexta alteração à Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quarta alteração à Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 259/98, de 18 de agosto, e à décima alteração ao Decreto-Lei nº 100/99, de 31 de março, determinando a aplicação do regime dos feriados e do Estatuto do Trabalhador-Estudante, previstos no Código do Trabalho, aos trabalhadores que exercem funções públicas, e revoga o Decreto-Lei nº 335/77, de 13 de agosto, e o Decreto-Lei nº 190/99, de 5 de junho; -----
Portaria nº 429/2012, de 31 de dezembro, I série, que estabelece o Fator de Sustentabilidade a aplicar às pensões iniciadas em 2013;-----
Lei nº 66-A/2012, de 31 de dezembro, I série, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2013;-----
Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, I série, Orçamento do Estado para 2013; -----
Portaria nº 432-A/2012, de 31 de dezembro, I série, que atualiza para 2013 as pensões mínimas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;-----
Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro, I série, que estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado, e que revoga os Decretos-Lei nºs 156/2006, de 8 de agosto, e 161/2006, de 8 de agosto;-----
Decreto-Lei nº 266-C/2012, de 31 de dezembro, I série, que procede à adaptação à Lei nº 6/2006, de 27 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 31/2012, de 14 de agosto, do Decreto-Lei nº 158/2006, de 8 de agosto, que estabelece os regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e de atribuição do subsídio de renda, e do Decreto-Lei nº 160/2006, de 8 de agosto, que regula os elementos do contrato de arrendamento e os requisitos a que obedece a sua celebração;-----
Lei nº 1/2013, de 3 de janeiro, I série, primeira alteração à Lei nº 55/2010, de 24 de dezembro, consagrando nova redução na subvenção e no limite das despesas nas campanhas eleitorais, e quarta alteração à Lei nº 19/2003, de 20 de junho, limitando o montante da subvenção que pode ser canalizado para as despesas com



Fl. Ata 101

Proc^o

Deliberação nº _____

Decreto-Lei nº 1/2013, de 7 de janeiro, I série, que procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do Balcão Nacional do Arrendamento e do procedimento especial de despejo. -----

Tomado conhecimento.-----

Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DA SRª PRESIDENTE E DA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS NA ÁREA DE PESSOAL -----

- Homologação da ata de avaliação do período experimental do trabalhador Joaquim Luís de Almeida Loureiro, na categoria de Assistente Técnico (área de Desporto), por despacho da Srª Vereadora de 2012/12/19. -----
 - Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora Elsa Sofia Sopa Doninha, na categoria de Assistente Técnica (área de Desporto), por despacho da Srª Vereadora de 2012/12/19. -----
 - Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora Carla Alexandra Domingues Farinha, na categoria de Assistente Técnica (área de Desporto), por despacho da Srª Vereadora de 2012/12/20. -----
 - Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora Ana Cristina Lopes Destapado Cardoso, na categoria de Assistente Técnica (área de Desporto), por despacho da Srª Vereadora de 2012/12/20. -----
 - Homologação da ata de avaliação do período experimental da trabalhadora Ana Maria Nobre Miguel Rainha, na categoria de Técnica Superior (Arquiteta), por despacho da Srª Vereadora de 2012/12/21. -----
 - Acumulação de funções privadas, solicitada pelo Chefe da Divisão de Desporto e Gestão de Equipamentos, Vítor Manuel Taborda Félix, por despacho da Srª Presidente de 2012/12/17. -----
 - Contratação, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, com efeitos a 02 de janeiro de 2013, do trabalhador Luís Filipe Antunes Capucha Figueiredo Pereira, na categoria de Técnico Superior (Engenheiro do Ambiente), por despacho da Srª Presidente de 2012/12/17. -----
 - Contratação, na modalidade de contrato por tempo indeterminado, com efeitos a 02 de janeiro de 2013, do trabalhador João Miguel Guerreiro Silvestre Salgado, na categoria de Técnico Superior (área de Conservação e Restauro), por despacho da Srª Presidente de 2012/12/17. -----
 - Licença sem remuneração, pelo período de 5 meses, com efeitos a 03 de março de 2013, solicitada pela Assistente Operacional (Cantoneira de limpeza), Maria Fernanda da Luz Ribeiro Lopes, por despacho da Srª Vereadora de 2012/12/21. ----
- Interveio o Sr. Vereador Bernardino Lima, referindo que os membros da CDU pretendem saber quantos são os trabalhadores do centro de emprego que estão



Deliberação nº _____

Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DE ALVERCA, CHASA, CRL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1/13, de 03/01, do DAG/Notariado, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão da fração “E”, correspondente à garagem nº 5, sita na Rua José Lopes, nº 4, sub-cave esqª, na freguesia de Alverca do Ribatejo, pelo valor de 13 000,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1/13, de 03/01, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Handwritten signature

Fl. Livro _____

Fl. Ata 105

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº 022

1. Assunto: RELATÓRIO DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DA COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1/13, de 04/01, da CAM, para conhecimento do relatório de atividades e avaliação da Comissão Arbitral Municipal, relativo ao ano de 2012, e posterior remessa à assembleia municipal. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1/13, de 04/01, da CAM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----22 976 631,45€
Dotações não Orçamentais----- 2 176 215,40€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais----- 3 161 455,45€
Dotações não Orçamentais----- 624 372,78€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **108**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____ **024**

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão de Contabilidade para conhecimento dos pagamentos autorizados pela Srª Presidente e pelo Sr. Vereador Vale Antunes, no período compreendido entre 2012/12/21 e 2012/12/31, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----



3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

1. Assunto: FUNDOS DE MANEIO PARA 2013-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1/13, de 03/01, do DAF/DC, para aprovação do mapa de fundos de maneio para 2013, com indicação dos serviços, responsáveis pelos fundos, sua distribuição orçamental e respetivos valores mensais.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1/13, de 03/01, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que a situação é a mesma, os membros da Coligação Novo Rumo votam contra, tendo em conta a implicação no orçamento para 2013. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Vale Antunes. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 110
Reunião de 2013/01/09

Procº _____
Deliberação nº 026

1. Assunto: FUNDOS FIXOS DE CAIXA PARA TROCOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2/13, de 03/01, do DAF/DC, para conhecimento dos valores dos fundos fixos de caixa para trocos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2/13, de 03/01, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 111

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº 027

1. Assunto: REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E PREÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2013 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 124/12, de 31/12, do DAF/DPFCI, para aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços para 2013, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 124/12, de 31/12, do DAF/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que a situação é a mesma, os membros da Coligação Novo Rumo votam contra, tendo em conta a implicação no orçamento para 2013. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se a uma cláusula nova no regulamento, que se calhar convinha explicar, porque há uma dúvida relativamente à prática do futebol feminino sénior, solicitando a explicação do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, se possível. -----
A determinada altura o regulamento diz que o preço da hora para utilização dos pavilhões municipais é de sensivelmente 6,00€ para os clubes ou associações que tenham escalões de formação e futebol sénior feminino. -----
Parece-lhe que os dirigentes do Grupo Desportivo de Vialonga tentaram aceder ao pavilhão municipal para a prática de futebol feminino sénior, que agora também existe neste clube, e o que lhe foi dito foi que, mesmo sendo futebol feminino, o valor seria de mais ou menos 30,00€. -----
A própria tentou perceber como é que tinham sido feitos os cálculos e, de facto,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 112
Reunião de 2013/01/09

Procº _____
Deliberação nº _____

olhando para o regulamento, também não consegue perceber muito bem se há uma diferenciação, ou não. Parece-lhe que sim, que o valor não deveria ser esse, mas pedia que os serviços de desporto pudessem esclarecer esta situação, porque considera que a leitura do regulamento não é muito clara nesse aspeto. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, dizendo que essa norma não introduz nenhuma alteração relativamente ao funcionamento do regulamento em anos anteriores. -----

Reduziu-se o valor do preço por hora para a formação e alargou-se esse benefício ao desporto no feminino. Já tem referido, em reunião de câmara, que os desportos de grupo no feminino têm muita dificuldade em serem implementados, inclusivamente por falta de quadro competitivo suficiente para isso, pelo que o que se aplica é o valor dos custos da formação a qualquer equipa de grupo feminina, mesmo que sénior, sendo isso que diz o regulamento. -----

Os serviços não tiveram nenhuma referência por parte do Grupo Desportivo de Vialonga, e uma vez que a Srª Vereadora o está a dizer, falará com o grupo, para perceber o que é que foi solicitado, pois pode eventualmente ter sido solicitado de uma forma que não tenha sido clara para os serviços. De qualquer maneira perguntará e com certeza que o assunto ficará resolvido. -----

Terminou, mencionando que a norma não é nenhuma alteração, mantém-se exatamente o que é costume. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 113
Reunião de 2013/01/09

Procº _____
Deliberação nº 028

1. Assunto: QREN-EQ - 1ª ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL - OPERAÇÃO POVT-12-0233-FCOES-000037 - REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA ENTRE A EN1 E FOZ DO RIO TEJO – MINUTA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 115/12, de 21/12, do DAF/DPFCl, para aprovação da 1ª adenda ao contrato de financiamento reembolsável celebrado em 27/11/2012, com o IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento, no âmbito do QREN-EQ – Operação POVT-12-0233-FCOES-000037, respeitante à Regularização Fluvial do Rio Grande da Pipa entre a EN1 e a Foz do Rio Tejo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 115/12, de 21/12, do DAF/DPFCl, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 114

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº 029

1. Assunto: INTEGRAÇÃO DO SALDO ORÇAMENTAL DE 2012 NOS FUNDOS DISPONÍVEIS DE JANEIRO DE 2013-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 3/13, de 03/01, do DAF/DC, para conhecimento da integração do saldo orçamental provisório de 2012, no valor de 22 976 654,60€, nos fundos disponíveis de janeiro de 2013, ao abrigo do nº 3, do artº 5º, do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho.

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 3/13, de 03/01, do DAF/DC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Vale Antunes submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----
Interveio a Srª Presidente, dizendo que isto decorre da lei, como consta na própria informação dos serviços, e trata-se da integração do saldo da conta de gerência.----
Aproveita para dizer que o município de Vila Franca de Xira transita, de 31 de dezembro de 2012 para o ano de 2013 sem qualquer dívida, para além dos empréstimos aos bancos, dívidas de médio e longo prazo, e nenhuma dívida de curto prazo. Pagou-se tudo, mesmo o que não estava vencido, e haverá um saldo de conta de gerência que vai permitir, não só, cobrir todos os compromissos que transitam, que são na casa dos 8 milhões e tal de euros, como também absorver um conjunto vasto de obras que estava a definir, e que será presente no momento da integração do saldo da conta de gerência. -----
O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, questionando se pode depreender que vai haver obras, com a construção das rotundas de Vialonga, finalmente. -----
A Srª Presidente respondeu que sim, solicitando ainda à Engª Rosário Ferrão que não deixe atrasar estes processos. -----
Disse também que esta questão das rotundas era um assunto já suficientemente falado quando o Sr. Vereador Rui Rei era responsável pela área das obras, pelo que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A 

Fl. Livro _____

Fl. Ata 115

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

o mesmo sabe que a própria não está a inventar nada à pressa. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA QUINTA MUNICIPAL DE SUBSERRA PARA O ANO DE 2013 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 664/12, de 02/12, do DQAS/DQMEL, para aprovação do horário de funcionamento, para o ano de 2013, da Quinta Municipal de Sub Serra, ficando, durante a semana, das 08h30 às 16h30, e aos fins de semana, das 10h00 às 17h00, encerrando aos feriados, bem como no sábado de Páscoa, dia 30 de março. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 664/12, de 02/12, do DQAS/DQMEL, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, solicitando que se olhe para a Quinta Municipal de Sub Serra, porque existem ali problemas de fundo. Sabe que as obras são de grande vulto, e por isso têm um peso significativo no orçamento, mas há uma zona que a preocupa, que tem a ver com o muro de sustentação nas traseiras do palácio, que francamente está assim há pelo menos 4 anos. Não sabe se um dia destes não cai mesmo, e aí o valor que se tem de gastar será certamente superior. Depois, deixa uma nota que tem a ver com a utilização da quinta e de todas as outras quintas e espaços municipais.-----
Já abordou o assunto há uns tempos, mas volta a fazê-lo hoje, ou seja, sabe-se que há associações que pedem isenção de pagamento à câmara municipal, e de uma vez por todas, o que volta a dizer, porque acha que as coisas não ficaram bem claras, quem decide da isenção é o órgão câmara municipal, não é a Srª Presidente, não é o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, e muito menos os



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 118

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

colaboradores do gabinete de apoio ao movimento associativo. -----
Assim, quando uma associação faz um pedido de utilização dos espaços municipais, pedindo a isenção da utilização dos mesmos, aquilo que os membros da CDU pedem é que o pedido venha a reunião de câmara, para que todos os vereadores e a Srª Presidente decidam ou não sobre a isenção dessa utilização. -----
Vai-se escusar de falar de nomes de associações, mas deve tomar-se em boa nota o que disse, porque não é a primeira vez, e porque os espaços são de todos, não são da Srª Presidente, nem do Sr. Vereador, é a câmara municipal que deve isentar a utilização. -----
Provavelmente ganhar-se-ia muito mais em isentar de vez em quando a utilização dos espaços, porque proporcionava-se o seu conhecimento à própria população do concelho de Vila Franca de Xira, que teria certamente uma maior sensibilidade para a preservação do património municipal. -----
Assim, deixa esta nota, pois parece que há como se fosse um compadrio, e estas coisas não ficam bem a ninguém. As isenções são para se tomar no coletivo, porque é assim que responde à verdade e àquilo que está escrito. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo que a Srª Vereadora fez uma suposição que não está correta, e se é uma certeza agradece que faça chegar a informação dos casos em que houve isenções que têm o despacho da própria. A Srª Vereadora disse que não podiam ficar ao critério da Srª Presidente e do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, e não podem mesmo, mas há situações em que a câmara municipal está envolvida, são ações desenvolvidas em conjunto pela autarquia. -----
Respondeu a Srª Vereadora que não está a dizer que a Srª Presidente despachou, dando isenção, o que diz é que foi pedida isenção, e mesmo tendo sido concedida ou não, entende que deve ser a câmara municipal a opinar sobre o pedido. -----
Interveio novamente a Srª Presidente, referindo que já percebeu, pois da maneira como a Srª Vereadora explicou parecia o contrário. Percebeu agora que o que a Srª Vereadora está a dizer é que todos os pedidos deveriam vir à câmara municipal, mesmo que o princípio seja não isentar. -----
Retomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o que os membros da CDU entendem é que todos os pedidos devem vir à câmara municipal, e deve ser ela a isentar ou não do pagamento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 119

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

O Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira interveio, referindo que a questão já tinha sido colocada duas ou três vezes em reunião de câmara, mas efetivamente, como estava colocada, parecia que estava a dar a entender que haveria isenções fora da câmara municipal, e isso sabe que não é verdade, não é possível, porque os serviços funcionam como um “relógio suíço”, e até usou esta expressão, não concedem isenções e muito menos o próprio ou a Srª Presidente, de uma questão que vem à câmara municipal tradicionalmente.-----

Não vem a todas as reuniões, longe disso, mas quando há isenções a dar, elas vão a reunião de câmara, são discutidas e normalmente aprovadas, nunca foi isso que foi colocado. Sob esse ponto de vista, está esclarecido, e ainda bem. -----

Agora, relativamente à questão que não foi propriamente colocada pela Srª Vereadora, mas está subjacente ao que levanta, o critério que é seguido sobre essa matéria é sempre seguido, não há aí uma diferença entre umas associações e outras, e as isenções das utilizações das quintas municipais são propostas à câmara municipal quando são instrumentais relativamente a atividades em relação às quais a câmara municipal é parceira. A isenção da pernoita, por exemplo, de determinados grupos de teatro, quando há um festival de teatro ou outro tipo de equivalências deste género, ou seja, a utilização dos espaços é instrumental a uma atividade que é de interesse público. -----

Situação diferente é a de alguns pedidos, poucos, que de vez em quando entram, de utilização objetiva para o fim que está a ser pedido, de, por exemplo, estágios de andebol, futebol ou estágios de escuteiros, que querem fazer a acantonamentos durante um fim de semana, e esses valores devem ser pagos e cobrados pela câmara municipal às associações, uma vez que a utilização dos espaço não é instrumental relativamente a nenhuma atividade de interesse público, é uma atividade do interesse da própria associação ou dos próprios promotores. -----

Este é o critério que tem vindo a ser seguido escrupulosamente por parte da câmara municipal, o que significa que não se gera uma diferença de tratamento entre as associações porque umas pedem e outras não. É importante, e efetivamente as associações não têm hoje um discurso de tratamento discriminatório por parte da câmara municipal, exatamente porque esta trata todas da mesma maneira. Não é porque as associações pedem isenção que têm isenção,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A *[assinatura]*

Fl. Livro _____

Fl. Ata 120

Reunião de 2013/01/09

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

elas têm isenção se essa isenção tiver a ver com uma atividade de interesse público que esteja a decorrer.-----

Depois, porque dá conta bem da diferença que se poderia estar a criar pela mera apreciação cega destes processos, deu o exemplo de uma associação de escuteiros que organiza um acantonamento na Páscoa, na Quinta de Suberra, pede a quinta, utiliza-a, e paga, como é normal, e como está previsto, e uma outra associação de escuteiros de outro lado qualquer, que pede a quinta, nas férias do Carnaval, para fazer um acantonamento com os seus miúdos, que pede a isenção, e a câmara municipal, porque uma pediu, e outra não, dá a isenção àquela que pediu.-----

Considera que não faz sentido do ponto de vista do tratamento, e nem sequer tem interesse público envolvido neste processo, porque senão não faria parte da tabela de taxas nenhum valor sobre a matéria, e faz, sendo que as associações pagam um valor muito mais baixo do que pagam os particulares, as escolas têm um valor também mais baixo relativamente às empresas ou aos particulares, e essa é a lógica do próprio funcionamento das coisas.-----

Assim, à partida é perigoso introduzir uma arbitrariedade da deliberação que tenha a ver apenas com o facto de uns pedirem e outros não, e não faz sentido, sob o ponto de vista do funcionamento normal, os requerimentos virem todos à câmara municipal, que é uma coisa completamente atípica, e que na sua opinião não faz sentido, até por uma questão de tratamento equitativo das associações e de critério de razoabilidade sobre estas matérias.-----

Interveio a Sr.^a Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que agora acha que já todos perceberam quem é que faz a triagem dos pedidos. Não sabe por que é que não faz sentido virem os requerimentos à câmara municipal, e até nem sabe por que é que não se cobra algum tipo de valor a associações que têm um trabalho meritório, e que trabalham nomeadamente com jovens. Se se for a concelhos vizinhos isso não acontece, pelo que entende que fazia todo o sentido, e não era por pedido, mas se calhar estipular que talvez uma ou duas vezes por ano, fosse o que fosse, houvesse uma facilidade a estas instituições, porque seria também uma atividade diferente, e seria um benefício que se faz, não só às crianças e instituições, também às próprias famílias, que muitas vezes, se calhar, privam os seus filhos de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

visitarem espaços do município, porque o que parece pouco, para uma família com dois ou três filhos que vão para os equipamentos municipais, as coisas se calhar não são assim tão fáceis.- -----

Volta pois a dizer que entende que os requerimentos devem ser do conhecimento da câmara municipal. -----

A Srª Presidente interveio, referindo que considera que se deverá estudar este aspeto agora levantado, de determinado tipo de atividades poder ser contemplado com uma utilização anual gratuita. -----

Interveio o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, mencionando que era isso que estava a comentar, e a questão, tal como está agora a ser colocada ou alvitrada pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, é completamente diferente. Se por acaso se entender, e acha que vale a pena estudar isso e perceber como é que se conseguia fazer de forma eficaz e igual para toda a gente, criar uma espécie de “bolsa” por cada associação que nas primeiras utilizações, ou num “x” número de utilizações, pudesse não ter custo, e até é uma questão que deveria constar do regulamento, de maneira a que não houvesse confusão, isso já não é dependente de nenhum requerimento.-----

Essa questão é diferente, uma vez que, por exemplo, quando uma associação de escuteiros qualquer pedir a utilização da camarata da Quinta de Suberra, se se considerar que a primeira noite uma vez por ano é sempre gratuita, e a associação pedir 3 ou 4 noites, a câmara municipal já sabe que na primeira não cobra, e isso consta do regulamento. -----

Esta é uma situação completamente distinta, que não cria diferenciação, nem só pela proximidade que existe relativamente à conversa ou requerimento que se faz, mas é uma coisa automática. É uma questão de pensar, e vai solicitar aos serviços que olhem para esta possibilidade. -----

De qualquer das maneiras, e apesar disso, as isenções deverão sempre vir à câmara municipal, sendo que essa parte não é isenção, consta do regulamento e fica como não sendo. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira.-----

[Handwritten signatures]

1. Assunto: ACORDO DE COLABORAÇÃO COM O IHRU PARA A REABILITAÇÃO DE 500 FOGOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROHABITA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 79/12, de 21/12, do DHSAS/DHS, para conhecimento da resposta do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, relativa à prorrogação dos prazos respeitantes ao acordo de colaboração celebrado com esta autarquia, para a reabilitação de 500 fogos no âmbito do programa Prohabita. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 79/12, de 21/12, do DHSAS/DHS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que leu o documento várias vezes, e não entendeu, parecendo-lhe tão escandaloso e vergonhoso que este Governo tenha injetado mais de 1 100 milhões de euros no BANIF durante a consoada, e que depois venha alterar as regras do financiamento para as habitações sociais, que estão de facto carenciadas e que, atendendo ao momento em que se vive, são cada vez mais necessárias, e se mais houvesse, mais seriam ocupadas. -----
Assim, leu e releu, e não queria acreditar. -----
Há algumas coisas que gostava de colocar, nomeadamente uma parte em que o IHRU diz que a câmara municipal não respondeu, e gostava de perceber por que é que não respondeu, provavelmente, a alguma comunicação feita pelo IHRU. Depois, também se fala das explicações que deveriam ser dadas pelo colaborador da câmara municipal, francamente não as encontra, e se calhar eram pertinentes para perceberem algumas coisas. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 124

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Para além disso deixa algumas críticas, porque se a câmara municipal tivesse feito as obras na devida altura, a situação de não ver contemplados os 500 fogos que estavam previstos já não se colocava. -----

Aquilo que estava planeado era a requalificação de 500 fogos, 269 entre 2009 e 2012, e 231 em 2013, e desses 269 só foram intervencionados 18, pelo que agora, com um cenário muito diferente, muito mais prejudicial, com empréstimos a juros que, ainda baixos, são juros, em vez da situação de fundo perdido, aquilo que coloca é que vai ser cada vez mais difícil à câmara municipal intervencionar a sua habitação social. Está-se numa freguesia, que é a de Vialonga, que tem um número avultado de habitações a necessitar, de uma forma muito imperiosa, de obras, e questiona para quando é que elas estão previstas, tendo em conta a nova realidade e o desapoio que existe por parte do IHRU a esta requalificação. -----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Conceição Santos, mencionando que esta é uma matéria que tem sido conduzida pela equipa municipal de requalificação urbana, e mais recentemente o Departamento de Habitação, Saúde e Acção Social associou-se ao trabalho desta equipa. -----

Quando se toma contacto das questões, e isso verifica-se quando chegam até aos serviços algumas informações, a própria pede o esclarecimento sobre elas, e há duas questões distintas. Uma, o facto do próprio IHRU alterar as regras relativamente às comparticipações, sendo que recentemente recebeu-se uma informação que, mesmo em relação à comparticipação, no que se refere à reabilitação do Bairro da Cevadeira, neste momento não havia disponibilidade financeira para a mesma, pelo que aquilo que estava previsto, que era até final de dezembro essa comparticipação ser paga à câmara municipal, ainda não aconteceu, e isso também de algum modo a surpreendeu. -----

Uma outra componente tem a ver com a reprogramação que a câmara municipal foi pedindo relativamente às reabilitações e que, segundo a equipa e o seu coordenador, estaria dependente da componente financeira do empréstimo, que entretanto não se concretizou. Não se tendo concretizado, embora o IHRU tivesse aceiteado as reprogramações solicitadas, acaba por não haver a concretização da obra, exatamente porque não há resposta a esta componente do empréstimo do IHRU, sendo esta a informação que é prestada pela equipa. -----



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº _____

Interveio a Srª Presidente, mencionando que era empréstimo do IHRU, e a única coisa que se teve foi uma dilação temporal em relação à execução, mas o contrato estava até 2013. Pediu-se reprogramação, que foi aprovada, e depois o IHRU vem dizer à câmara municipal que já não há dinheiro para o contrato, e não sabe quantos outros.-----

Agora diz que está a negociar com o Banco Europeu de Investimentos, para tentar encontrar novamente uma solução. -----

Interveio novamente a Srª Vereadora Conceição Santos, dizendo que a câmara municipal já acabou por assumir que teve naturalmente de pagar, até 31 de dezembro, as respetivas obras.-----

A própria autarquia está a recuperar habitações, para lançar os concursos anuais, mas não recuperou estas 18 habitações, que foram neste âmbito. A câmara municipal recuperou 22 habitações, que se lançaram no concurso para atribuição de frações municipais. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 127

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº 032

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA CONCEIÇÃO SANTOS, NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SRª PRESIDENTE -----

2. Resumo: Para os efeitos previstos no nº 3, do artº 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Conceição Santos, no período compreendido entre 2012/12/11 e 2012/12/28, referentes à emissão de horários de funcionamento.-----

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A. J. Lourenço

Fl. Livro _____

Fl. Ata 128

Reunião de 2013/01/09

Procº DCTAE/MNR

Deliberação nº 033

1. Assunto: DOAÇÃO DE OBRAS DE ARTES PLÁSTICAS AO MUSEU DO NEO-REALISMO, PERTENÇA DE ANA PÉREZ QUIROGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 502/12, de 20/12, do DCTAE/MNR, para aceitação da doação das obras de artes plásticas "Forever", kit de construção de uma bicicleta em madeira, spray CRC (16/19), e "Pilha de Livros Vermelha", em madeira, para incorporar a coleção do Museu do Neo-Realismo, pertença da artista plástica Ana Pérez Quiroga.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 502/12, de 20/12, do DCTAE/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: EXPOSIÇÃO ANTOLÓGICA DE ÁLVARO PERDIGÃO NO MUSEU DO NEO-REALISMO - DEPÓSITO POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 513/12, de 21/12, do DCTAE/MNR, para aceitação do depósito das obras do pintor Álvaro Perdigão, por um período de cinco anos, no Museu do Neo-Realismo, a pedido de suas filhas, Isabel Perdigão Ribeiro e Regina Perdigão Teixeira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 513/12, de 21/12, do DCTAE/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 131

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº 035

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 3/13, de 03/01, do DAF/DPFCI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de revisão legal de contas do município de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 3/13, de 03/01, do DAF/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, referindo que, tendo em consideração aquilo que são as obrigações cada vez mais profundas em relação à administração local, e também a nova legislação no que diz respeito à faturação e tudo o mais, entendeu-se por bem apresentar a presente proposta, para que possa vir a ser aberto concurso para admissão de um revisor de contas, que agora passa a ser obrigatório para as entidades com consolidação. -----
Interveio a Drª Nélida Soares, informando que neste momento é obrigatório apenas para os municípios que têm empresas municipais, a partir do ano que vem, e já é do conhecimento a proposta da lei das finanças locais, torna-se obrigatório para todos os municípios, independentemente de terem ou não empresas municipais.----
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis para votar a favor, desde que seja um concurso público, para que todos os interessados possam concorrer, em detrimento de ser um concurso por convite. Se for por convite, não poderão votar a favor. -----
Interveio a Srª Presidente, referindo não ter nada a objetar e não haver nada contra, na medida em que há tempo para o fazer, pelo que passa a concurso



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº _____

público.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Sr^a Presidente, alterando-se o procedimento a adotar para concurso público.-----

AG *[Signature]*

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 5/13, de 08/01, do DAG/Notariado, para aprovação do não exercício do direito de preferência e transmissão da fração “H”, sita na Quinta da Cruz de Pau, lote 32, 1º esqº, Bairro da Chabital, na freguesia de São João dos Montes, pelo valor de 73 600,00€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 5/13, de 08/01, do DAG/Notariado, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: A Srª Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta da Srª Presidente.-----



Deliberação nº



Interveio o município, Sr. João Bigode, mostrando a sua satisfação pelo facto das rotundas irem ser executadas, mas faz um pedido, se será possível, aquando da execução, fazer 1 ou 2 escapatórias para a estrada principal. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
CENTRO DE SAÚDE DE VIALONGA-----

O munícipe, Sr. José Francisco Pacheco, interveio, referindo-se a uma questão que seria uma realização da freguesia de Vialonga e dos doentes da freguesia, o acesso ao centro de saúde, que foi muito prometido e continua na mesma, situação que é muito difícil, principalmente para os mais idosos e para os que sofrem do coração. - Interveio a munícipe, Srª Maria Fernanda Dias, dizendo que Alhandra vai ter uma unidade de saúde familiar, está tudo preparado, e por que é que em Vialonga isso nunca se pode fazer? Por que é que Vialonga anda sempre atrás das outras terras? Interveio a Srª Presidente, perguntando se a munícipe está a falar da possibilidade de um novo espaço físico, porque quanto à unidade de saúde familiar, a de Vialonga foi a primeira no concelho e deu excelentes resultados. ----- Isto é uma realidade, os utentes de Vialonga foram muito beneficiados por esta decisão, que partiu da orgânica do próprio centro de saúde. ----- Em 2011 houve uma hipótese do centro de saúde mudar daquele espaço, que não se concretizou, e neste momento a Administração Regional de Saúde remete esta questão, que foi muitas vezes abordada com a anterior coordenadora, para um trabalho que vai agora iniciar e que ainda há dias foi objeto de notícia nos telejornais, que é a limpeza das inscrições duplicadas, de pessoas que estão inscritas em mais do que um centro de saúde, pessoas que não vão habitualmente ao centro de saúde. Tem de se fazer a validação do interesse no médico e isto irá, segundo se presume, reduzir substancialmente o número de utentes e facilitar a questão da redistribuição dos utentes pelos centros. ----- Quanto às instalações físicas, neste momento não está equacionada essa possibilidade. ----- A questão para a qual o município continua a olhar, e que irá discutir de novo, é a questão do acesso.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
PARQUE URBANO DA FLAMENGA – VIALONGA -----

O munícipe, Sr. José Francisco Pacheco, interveio, referindo-se à conclusão do parque urbano da Flamengo, que está numa nova fase, continua a fazer-se aos bocadinhos, está na situação que está e preocupa os moradores daquela zona, tal como as respetivas piscinas, que também não se sabe quando virão a ser executadas.-----

Interveio a munícipe, Srª Isabel Oliveira, dizendo já conhecer a Srª Presidente e presumir que esta sabe qual o motivo da sua intervenção, o parque urbano. -----

Em setembro a Srª Presidente convocou o movimento para uma reunião, dando conta das obras que já se iniciaram da 3ª fase, com algum atraso, mas a 3ª fase B já lá está, no entanto nessa reunião a Srª Presidente disse que para o restante terreno teria de ser elaborado um novo projeto.-----

A sua questão é no sentido de saber em que fase é que está esse projeto e se há alguma data para o mesmo ser apresentado à população e ao movimento, para saberem o que vai ali ser feito. -----

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Guilherme, referindo que numa assembleia a Srª Presidente da câmara municipal garantiu-lhe, quando o próprio lhe perguntou se acabava o parque urbano antes do final do mandato, que iria conseguir fazer o último poema ainda no seu mandato. -----

Parece-lhe que o mandato está a chegar ao fim, não sabe se a Srª Presidente se vai candidatar novamente ou não, o certo é que o próprio tem escritas sobre o sê-lo, sobre a primeira e sobre esta fase, e não sabe como é que irá terminar o poema. ---
Perguntou ainda por que razão as obras do parque urbano começam sempre de inverno, as máquinas andam lá 1 ou 2 semanas e depois não podem mexer mais, as obras param semanas, o que atrasa, e quando voltam novamente ao trabalho, possivelmente a câmara municipal tem de pagar mais dinheiro pelos trabalhos que vão ser feitos de novo.-----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que foi dito que o parque urbano da Flamengo é feito aos bocadinhos, é verdade, mas a verdade é que está a ser feito, pior do que ser feito aos bocadinhos era não ser. Aquela é uma obra que no seu todo custa imenso dinheiro, mais de 1 milhão de euros, e nesse sentido a câmara municipal



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

Neste momento estão a decorrer obras e há uma nova fase a fazer. O projeto está em reformulação, logo que esteja em condições e que seja entregue à câmara municipal, o movimento será convocado para lho mostrar, para falarem e para lhe dizer também como é que se vai fazer. Por isso, nessa parte mantêm-se os compromissos que foram assumidos.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 139

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

GRANDES OBRAS PREVISTAS PARA VIALONGA – HOSPITAL DA FLAMENGA -----

O munícipe, Sr. José Francisco Pacheco, referiu-se a diversas situações, que têm a ver com grandes obras que se previam executar em Vialonga, tal como a escola secundária, um centro de idosos e o célebre hospital em ruínas e a cair aos bocados, do qual ninguém toma conta, a não ser os ratos, e está muito degradado.

Interveio a munícipe, Srª Maria Fernanda Dias, reportando-se ao hospital da Flamengo, que era um palácio do século XVII, perguntando como é que se conseguiu deixar acontecer a destruição total e ninguém tem vergonha de passar ali, autarcas ou seja quem for, e ver um monumento imponente daquela maneira com as portas todas arrancadas e tudo destruído, tendo-se gastado tanto dinheiro a fazer obras e ninguém foi responsabilizado por aquilo chegar àquele ponto.-----

Passou de um ministério para outro, era do Ministério da Saúde, passou por várias entidades e ficou tudo sempre da mesma forma, agora só lá estão paredes a cair. Em Vialonga, de modo geral, quando se olha só se vê cimento armado, ninguém respeitou o património nem quis saber, mas gastou-se muito dinheiro nas obras.----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que a munícipe, Srª Maria Fernanda Dias, manifestou-se muito ofendida e fez alguns comentários sobre o hospital da Flamengo, mas aquilo não é da câmara municipal, é pertença do Estado e nunca pertenceu à câmara municipal. -----

Aquele espaço foi um dia confiado à câmara municipal, que só teve despesa com isso, para lhe poder dar um seguimento. -----

Sabe bem como e por influência de quem foram feitas as obras que um dia lá foram feitas pela Administração Regional de Saúde, e a verdade é que não houve nenhuma continuação, pelo que não voltou a ser utilizado, nem sequer aquele setor que tinha sido reparado. -----

Foi uma unidade de “cuidados de retaguarda”, porque tinha uma componente de fisioterapia muito forte, e boa, que fazia imensa falta às pessoas, e isto era uma realidade que aqueles que são da sua idade conhecem bem. -----

Neste momento aquilo custa entre os 6 e 8 milhões de euros, já não são 8, mas ainda não são 6, por exemplo, e pelo meio houve uma entidade, a Fundação CEBI, que estava disponível para avançar e criar ali uma unidade de cuidados



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **140**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

continuados, até porque está assumido que a Área Metropolitana de Lisboa é das zonas do país onde há mais necessidade de resposta de cuidados continuados. Não foi possível dar avanço àquele acordo, porque o programa que apoiava a recuperação do edifício fechou e não houve mais apoios, automaticamente a Unidade de Missão dos Cuidados Continuados não apoiou mais nenhuma obra e esgotou-se aquela possibilidade. -----

A partir daí houve alguns privados que se manifestaram interessados, a câmara municipal apoiou sempre a possibilidade daquele património vir a ser recuperado, porque a verdade é que tudo ali foi roubado, estando-se perante ladrões que roubam tudo. Aliás, houve um dia, já lá vão uns anos, em que a própria e a Engª Rosário Ferrão lá foram e estavam lá os ladrões dentro e, nesse dia, quando chamaram a GNR não podia vir porque não tinha carro, foi o seu motorista que foi buscar a GNR para ir apanhar os ladrões. -----

Interveio a munícipe, dizendo que foi roubado porque deixaram roubar.-----

Respondeu a Srª Presidente que a questão do “deixar roubar” significa ter ali um serviço de segurança, que quem contrata serviços de segurança sabe quanto custa. -----

Um serviço de segurança 24 horas por dia naquele espaço custaria seguramente qualquer coisa na casa dos 30 000,00€ por mês, portanto está-se a falar de uma despesa que em determinado momento a ARS entendeu não aguentar. -----

Quanto ao futuro do espaço, a câmara municipal gostaria que viesse a ter um futuro na área da saúde e que ficasse ali uma memória clara da importância que teve, mas deve dizer que neste momento não está exatamente na sua mão, a não ser tentar influenciar. Outra coisa não está, e não é desprezo ou indiferença pelo património, é não ter possibilidade de comprar e ser o município a intervir, porque não há orçamento que aguarde uma coisa dessas nos tempos que correm, sendo a questão apenas esta, muito claramente. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

RECOLHA DE LIXO - HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA - VIALONGA-----

O munícipe, Sr. José Francisco Pacheco, referiu-se à recolha de lixo e aos contentores, dizendo que tem visto ultimamente lixo no chão, até mesmo na semana entre o Natal e o Ano Novo, e já depois disso, sendo certo que há pessoas que em vez de o deitarem no contentor o deixam no chão, por vezes porque têm dificuldade em levantar a tampa do contentor. -----

Interveio a munícipe, Srª Isabel Oliveira, referindo pretender colocar uma questão que se calhar já é do conhecimento da Srª Presidente, porque nos últimos 6 meses tem enviado alguns e-mails com frequência para a câmara municipal, e tem a ver com a recolha de lixo, as ilhas ecológicas e a manutenção da higiene e da saúde públicas. -----

Efetivamente a recolha de lixo e das respetivas ilhas ecológicas não se faz, ou faz-se de uma forma muito má, recolhe-se o lixo, mas se houver papelão no chão deixa-se ficar, não se recolhe, e o papelão só é recolhido 4 dias depois, passando-se a mesma coisa com as embalagens, pelo que há sempre lixo.-----

Quando se vem recolher o cartão já as embalagens estão cheias, quando se vem recolher as embalagens está o lixo a transbordar, e isto verifica-se nos caixotes, nas ilhas ecológicas e nos ecopontos, um pouco por toda a região. -----

O certo é que a junta de freguesia envia os funcionários para fazerem a limpeza das ruas e infelizmente no outro dia de manhã, ou no próprio dia, fica novamente suja, sendo que há dias assistiu ao “pobre” do rapaz a andar a limpar as ruas, os caixotes do lixo estavam cheios, e 2 cães de raça pastor alemão foram ao lixo e transportaram na boca um saco cada um, abriram-no um pouco mais à frente, e a rua ficou novamente suja. -----

A agravar a esta situação, na praceta onde reside há ratos que têm o tamanho de gatos, e não está a exagerar, há gatos mais pequenos do que os ratos que já lá viu, que também passeiam com os sacos do lixo na boca, durante a noite, obviamente, durante o dia nem tanto, mas às 16h00 já se veem os ratos a esconderem-se debaixo dos carros. -----

Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, agradecendo a forma como a munícipe apresentou as questões, dizendo pretender referir duas ou três notas.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 142

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

De uma avaliação que fez questão de fazer no período de maior afluxo de produção de lixo, com os responsáveis dos serviços, infelizmente em termos quantitativos não tão expresso como foi em anos anteriores, derivado à situação económica do país, foi-lhe referido que em Vialonga, no período de Natal e Ano Novo houve alguma dificuldade, por avaria de uma viatura. Sendo uma situação recorrente, requer uma solução que seja definitiva. -----

Aproveitou para conversar com o encarregado, Sr. José Rangel, para esclarecimento se resultava dessa situação pontual ou se era recorrente, porque as medidas corretivas teriam de ser diferentes, e seguramente vão ser, pensando que a munícipe irá ter a constatação desse facto a curto prazo. -----

No entanto, deixa algumas notas que poderão, ou não, ter acontecido no caso que reportou. -----

Por vezes acontece, especialmente nas ilhas ecológicas, por descuido, ficarem estranguladas, pelo facto de ter sido colocado um cartão que não foi bem acondicionado. Às vezes a ilha está semicupada, ou quase vazia, e infelizmente tem o aspeto de que já está cheia, porque tem ali um cartão que não seguiu o seu percurso de queda normal e criou aquele problema, apesar de que pode não ter sido o caso, naturalmente. -----

Outro pormenor é o da recolha do lixo comum, e as instruções são nesse sentido, não deve recolher o papel e as embalagens, que são recolhidos noutro momento e eventualmente noutro dia. Se estes equipamentos estiverem sobrelotados, criam a dificuldade que a munícipe acabou de colocar. -----

O próprio irá visitar o local com o Sr. Rangel e convidará o Sr. Presidente da junta de freguesia para o acompanhar também, para avaliar a situação. -----

Eventualmente, numa fase intermédia, enquanto não seja possível reforçar com novas ilhas ecológicas, é de reforçar com contentores nos sítios onde se justificar, visando a resolução desta situação, uma vez que ela, como a munícipe acabou de referir, é recorrente. -----

Quanto aos ratos, o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira tomou boa nota, para mandar fazer a desratização, que já estava prevista, na próxima semana. -----



Deliberação nº _____

O munícipe, Sr. José Francisco Pacheco, mencionou a existência de alguns prédios em ruínas, em Vialonga, dizendo julgar que o serviço respetivo da câmara municipal devia ver quais os prédios que podem causar danos a quem passa na via pública, que é muito utilizada. -----



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

É certo que se está num período de crise, mas não é para todos, parece que há “filhos e enteados”, e é necessário que a crise toque a todos. -----



Deliberação nº _____

Uma vez que não há explicação nenhuma para o facto de os holofotes continuarem apagados, continua a insistir.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 146

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

ILUMINAÇÃO DA ROTUNDA DO MARL - VIALONGA -----

Interveio a munícipe, Srª Leonor Alves, referindo uma questão que julga não ser da competência da câmara municipal, que é o facto da rotunda do MARL continuar apagada, desde há 3 anos, mas crê que a responsabilidade é da Estradas de Portugal. -----

Na última reunião de câmara realizada na Casa do Povo de Vialonga levantou a questão da betoneira, e um ou dias depois a situação estava resolvida, mas aquele problema continua e não consegue perceber porquê. -----

Foram instalados os postes de focos de iluminação por algum motivo, e aquela zona, infelizmente, continua a ser uma zona muito utilizada por peões, porque a Rodoviária de Lisboa está a cortar muitíssimo as carreiras na freguesia, as pessoas deslocam-se a pé para a Granja e há uma quantidade de peões que começam a utilizar aquele espaço, que não tem passadeiras. Há ali um fugir dos carros e os carros a fugir dos peões, porque a partir das 18h00 aquilo é impossível, está às escuras. -----

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Guilherme, dizendo que os semáforos de Alpriate são um perigo constante. Por exemplo, quando vai no seu carro não consegue ver o sinal verde, porque é tão pequeno que chega a parar quase ao pé dos semáforos para saber se pode passar ou não. -----

Fala-se em pôr semáforos novos ou repará-los, e que se coloquem naquele local luzes em condições, como há noutros locais e noutras estradas. -----

Interveio o munícipe, Sr. Luís António Calhau, referindo que também pretendia falar da situação dos semáforos da variante, mas como já foi falada quer fazer uma pequena observação. Quando se diz que é de um dia para o outro que são arrançados, diria que os semáforos ali trabalham um pouco como a CP, em feriados, dias santos e fins de semana, para arranjar é um bocadinho escasso. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que há questões muito específicas e, no âmbito de uma reunião que terá de seguida muito rapidamente, com o Sr. Presidente da junta, as situações que forem de ir ver ao local, irão vê-las na altura, as outras tentarão resolvê-las logo. -----

Por exemplo, a questão da iluminação da rotunda do MARL já é antiga. -----

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
ESTRADAS MUNICIPAIS EM MAU ESTADO – VIALONGA -----

Interveio a munícipe, Srª Leonor Alves, dizendo ser bom saber que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira não tem dívidas e que tem dinheiro que vai utilizar em obras este ano. -----

Ficou contente, mas com inveja, no bom sentido, porque também gostaria de ter esse dinheiro para Vialonga, naturalmente, e já que se pediram rotundas, relembra que as estradas municipais da freguesia estão num estado que há muito carece de intervenção, a começar pela estrada de Santa Eulália, que serve as localidades de Mogos, Santa Cruz, Santa Eulália e Fonte Santa. -----

Esta estrada tem tido alguns remendos ao longo destes anos, nomeadamente há 2 anos sofreu alguma intervenção de fundo, mas agora se calhar está a merecer um olhar de outra maneira, pois não tem valetas, não tem escoamento para as águas pluviais, em alturas de chuva vem tudo o que é cascalho, terra e lamas, e como todos sabem é utilizada pelos camiões da Solvay, pelo que julga que carece de alguma intervenção, que há muito se aguarda. -----

A Estrada da Rabasca, na zona de Alpriate, que serve o Casal do Freixo e vai para a rotunda que faz a ligação à serra de Santa Iria, já há muito tempo que está partida nas suas bermas, e até por vezes tem medo que algum carro se cruze com o seu, porque vai parar ao outro lado, pelo que julga que convinha também olhar para esta situação. -----

A estrada da Afarrobeira, não estando partida, sobretudo no troço que vai da entrada do Cabo até à rotunda do Alambique, e não sendo técnica, parece-lhe que aparentemente está em bom estado de conservação, não está é devidamente sinalizada. -----

Há cerca de 3 meses morreu atropelada uma senhora que morava há imensos anos em Vialonga, nesta estrada, que é utilizada por muita gente a pé, tem valetas muito profundas, e se vem um camião em sentido contrário, a tendência é a de fugir para a direita, e quem não conhece a estrada está metido em problemas, o que se vê com alguma frequência. -----

Disse ainda que o primeiro túnel do viaduto da A1 é muito escuro, há muita gente que trabalha na Centralcer e faz aquele circuito a pé, e na sua opinião o executivo



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 148

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

deveria ver, não só o tipo de pintura, que já não tem, mas há outras formas de ajudar. Não percebe, os técnicos é que são formados para isso, mas há formas de “leds” que ajudam a melhorar estes aspetos. Aquela estrada, como todos sabem, é muito movimentada, centenas de carros a atravessam porque o nó de acesso à A1 dos Caniços tarda em fazer-se, tem muito trânsito pesado, e julga que se deveria ver como se pode melhorar aquela situação. -----

Interveio o munícipe, Sr. Manuel Guilherme, iniciando a sua intervenção fazendo uma observação à mesa. Está na reunião desde as 14h30, alguém chegou há 10 minutos e por sorte teve a palavra muito antes de si, foi uma opção da mesa, de qualquer maneira deixa a observação. -----

Interveio a Srª Presidente, esclarecendo que os documentos foram-lhe entregues pela colaboradora e os munícipes estão a usar da palavra pela ordem que lhe foram dados. -----

Disse o munícipe que seria bom que nas próximas reuniões as pessoas intervissem consoante a ordem de chegada. -----

Respondeu a Srª Presidente não ser possível, porque seria preciso estar alguém a perguntar a que horas chegou, ou usar-se um sistema de senhas. -----

O munícipe pediu desculpa à Srª Presidente, esclarecendo que a sua intervenção baseia-se no facto de algumas coisas que tinha para dizer já terem sido ditas nas intervenções anteriores, mas vai ter de falar nelas, não as vai guardar. -----

A primeira questão é o túnel, que também já foi falado pelo Sr. Vereador Rui Rei.

Há algum tempo atrás falou com a Srª Presidente, numa reunião de câmara, e pediu-lhe se era possível fazer um corrimão onde passam os peões, porque o próprio passa lá muitas vezes a pé, e também passa de carro, sendo o perigo tão grande para quem vai a pé como para quem desce de carro. Quando vai a pé bate constantemente com os ombros na parede, com medo de cair para a frente dos carros, e se vai de carro e a descer, tem um medo enorme, com a água que escorre pela estrada, de ter de travar e alguém cair nesse momento à sua frente. --

Chama a atenção para esta situação e pergunta se seria possível na parte de cima do túnel fazer uma caixa com uma grelha, para que quando chovesse as águas não escorressem por dentro do túnel, o que é um perigo enorme. -----

De qualquer maneira, discorda em alguns aspetos com o Sr. Vereador Rui Rei. -----



Deliberação nº

Interrompeu a Srª Presidente, informando o munícipe que não pode comentar as intervenções dos vereadores, pode apenas colocar perguntas à mesa.-----

Quanto às questões colocadas pela munícipe, Srª Leonor Alves, como já disse a algumas vai dar andamento com os serviços, e uma ou outra verá no local. -----

Em relação ao corrimão da estrada do túnel, lembra-se que lhe deram uma explicação na altura para não poder ser feito, mas vai voltar ao local com a Engª Rosário Ferrão e verificar.-----

Quanto à questão da grelha, registou para analisar e perceber.....



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
COMPARTICIPAÇÃO DA CENTRAL DE CERVEJAS -----

Interveio o município, Sr. Manuel Guilherme, referindo-se à Central de Cervejas, informando que há cerca de 25 anos fez parte da direção do Grupo Desportivo de Vialonga e teve várias reuniões com a direção da Sagres, na sede, na Portugália. --- A Sagres prometia sempre muitas coisas, era muito simpática, oferecia algumas coisas em troca do clube ter de vender produtos Sagres e ter o seu campo disponível sempre que os operários necessitassem.-----

Hoje ouviu fazer um apelo para que a Sagres dê alguns subsídios, e tem conhecimento que isso já acontece, ficando contente pelo facto disso acontecer, que a Sagres dê alguns subsídios a Vialonga, porque “Vialonga sempre foi uma terra bem falada, até a melhor cerveja, a sede que você deseja, ela é lá fabricada”.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **151**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
SINALIZAÇÃO NA PRAÇA ALEGRE – VIALONGA -----

O munícipe, Sr. Luís António Calhau, referiu que pensa ser uma mesquinhez vir a reunião de câmara falar do assunto, mas como é uma pessoa a quem deram educação no sentido de quando quer falar alguma coisa fale diretamente para todos ouvirem, e não através de palmadinhas nas costas, ou de pequenas reuniões, gosta de falar à frente de toda a gente, e, como já foi dito, a lei é para cumprir e é para todos.-----

Não sabe se a Srª Presidente se lembra, mas foi feita uma remodelação na Praça Alegre, em Vialonga, e foram lá colocados sinais. Gostaria de saber se aqueles sinais foram colocados pura e simplesmente porque estavam a ocupar espaço nalgum sítio, ou se são mesmo para respeitar, porque o que verifica é que realmente não é isso que se tem estado a passar.-----

Quando vai para falar com as pessoas ou deixa pequenas notas é chamado de tudo menos de amigo, inclusivamente pode mostrar uma dessas notas que deixou num carro e a pessoa perguntou-lhe por que é que não falou com ela.-----

Poderia ter falado com a pessoa, não tivesse chegado a casa às 2h00, mas se essa pessoa quisesse também lhe pode bater à porta àquela hora, mas julga que não iria achar muita graça.-----

Pode mostrar a nota para se ver se tem alguma palavra de má educação, e pode mostrar a resposta que essa pessoa lhe deu, que tem tudo menos boa educação, pelo que gostava apenas de colocar essa questão relativamente à sinalização.-----

Interveio a munícipe, Srª Maria Fernanda Dias, dizendo que a Praça Alegre, como praça, foi sempre pública, perguntando por que é que os sinais de trânsito estão lá colocados. Aquele espaço que as pessoas têm à frente da porta não está na planta das suas casas, não é um logradouro, as outras pessoas têm um problema para arrumar os carros e já está a haver confusão.-----

Considera que esta questão foi muito mal conduzida. Sabe que houve uma reunião, porém nem toda a gente podia estar nessa reunião, mas aquilo é uma praça pública e as pessoas deviam respeitar o que é público e o que é privado, senão coloquem à porta um porteiro com luvas a controlar o trânsito e quem lá vai pôr o carro, julga que era preferível e mais chique.-----



Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº _____

Crê que é um problema de relações entre as pessoas que causa as dificuldades e às vezes valia bem a pena que se entendessem.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A *dan*

Fl. Livro _____

Fl. Ata ~~---~~ **153**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

APLICAÇÃO DE BRITAS – TERRAS COMPRIDAS - VIALONGA -----

O munícipe, Sr. José Adelino Pereira Rodrigues, interveio, falando sobre as britas que espalhou sobre o seu terreno, que se encontra num local que está circundado pelos seus vizinhos. Não vai dizer mal deles, porque não tem nada contra, mas gostava de estar em igualdade de circunstâncias. -----

Começa pelos camiões da TC Lafões, depois pela Palegessos e pelo senhor que tem os camiões e que presta serviço à cerveja. Há ali dois pesos e duas medidas, o próprio sente-se bastante lesado e há de haver outras pessoas que também se sentirão. -----

No último mês, em dezembro, a Palegessos espalhou mais de 2000 metros de alcatrão no local, pelo que queria pedir à câmara municipal que fizesse alguma coisa, e não tem nada contra os outros, no sentido de resolver este problema. Queria também pedir autorização para mostrar umas fotografias, no sentido dos membros da câmara poderem ver o que está ali. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo poder compreender o problema do munícipe, mas o problema da câmara municipal é outro, é que o munícipe não devia ter lá posto entulho e vai ter que o tirar rapidamente, senão terá de sofrer as consequências respetivas, que inclusivamente passam pela apreensão da maquinaria que lá tem. -----

Já falaram sobre esta matéria, esta é uma situação recorrente e o munícipe não quis saber. O que é que quer que lhe diga? -----

As pessoas têm de ter atitude enquanto cidadãos, e não vale a pena falar do vizinho da TC Lafões, porque é outra questão que foi resolvida no âmbito do Plano Diretor Municipal. No caso do munícipe não foi, por isso cometeu uma ilegalidade e agora vai ter de a assumir. Aquilo que o próprio lhe pede é que de facto retire os entulhos que colocou no dia 30 ou 31, também sequência do auto de embargo que a fiscalização municipal fez no dia 2, não tendo mais nada a dizer. -----



Adrian

Reunião de 2013/01/09

Deliberação nº

Interveio a Srª Presidente, respondendo que se vai verificar a questão dos buracos e tentar dar um jeito na entrada para rotunda.-----

publico.14



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 155

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

CHOUPO NA RUA JOSÉ FERREIRA TARRÉ – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o munícipe, Sr. João Ferreira Cleto, pedindo que a câmara municipal resolva o problema de um choupo que está a rachar uma parede de sua propriedade, que tem as trancas em cima do telhado. Nessa casa mora uma senhora de terceira idade, que tem de estar a apanhar as folhas que caem em cima do telhado e vão parar ao algeroz. Se as folhas taparem o ralo do pequeno quintal que a senhora tem, a água pode entrar-lhe dentro de casa. -----

A câmara municipal também tem um chafariz a 1,5 metros daquele choupo, que já está a ser ofendido pelas raízes, pelo que além de prejudicar a sua casa já está a prejudicar a autarquia.-----

Interveio a Srª Presidente, perguntando qual a morada, ao que o munícipe respondeu que a Srª Presidente tem fotografias. Mora em Arcena, na Rua Dr. José Eduardo Vieira, nº 9, em frente à Casa do Povo, mas a casa que está a ser afetada pelo choupo é na Rua José Ferreira Tarré, ao pé do chafariz.-----

A Srª Presidente perguntou se o munícipe veio só levantar o problema da sua vizinha. -----

Respondeu o munícipe que não é um problema da sua vizinha, é da sua casa, porque é o proprietário da casa, tendo apresentado fotografias e o pedido que o Sr. Presidente da Junta já fez à câmara municipal.-----

No momento da Srª Presidente responder ao munícipe este já não estava na sala, informando no entanto que já viu o assunto.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 156

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
ANEXAÇÃO DE FREGUESIAS -----

Interveio o munícipe, Sr. João Bigode, dizendo ficar um pouco magoado quando olha para as paredes do salão onde se encontra e vê que não está ali representado património imemorável, como os fortes, as salinas e o Tejo. -----

Está presente para falar sobre a anexação das freguesias, não vai fazer abordagens sobre a reforma autárquica do país, mas a ser verdade o que vem nos jornais, que o Forte da Casa será agregado à Póvoa de Santa Iria, é aquilo que contesta.-----

A freguesia do Forte da Casa não deveria ser anexada à freguesia da Póvoa de Santa Iria, chegou a hora de reparar o erro histórico com a reforma administrativa de Vila Franca de Xira, onde o Forte da Casa, por direito e justiça, só pode voltar à casa mãe onde pertence, por ter saído do desmembramento de Vialonga em 1985, para dar lugar àquela freguesia.-----

A freguesia de Vialonga foi desmembrada no seu património, na sua área industrial, urbana e rústica, salinas, rio Tejo e dos fortes das imemoriais Linhas de Torres, de defesa de Lisboa, onde circulavam os militares pela Estrada D. Maria, hoje Estrada Nacional nº 10, e se estendia à Estrada Real de Vialonga, hoje estrada urbana de Vialonga, que começa na rua 1º de Maio. -----

Vialonga não pode ficar amputada do rio Tejo, das salinas e do mouchão, porque sempre foram os seus pilares de desenvolvimento. A prova cabal desta grande injustiça está patente no âmbito da reforma administrativa, que veio dar razão aos munícipes, do erro com o desmembramento da freguesia de Vialonga para dar lugar à freguesia do Forte da Casa, pela Lei nº 120/85, de 4 de outubro, aprovada em 11 de julho de 1985. -----

Se o Forte da Casa se anexar à Póvoa de Santa Iria é um erro que vai ter custos sociais e económicos, pois na Póvoa de Santa Iria já existem estruturas e em Vialonga não, e a reforma autárquica deve ter em conta estes valores de grande custo económico. -----

O retorno do Forte da Casa à freguesia mãe é uma forma de potencializar o desenvolvimento de uma freguesia que tem falta de equipamentos. Em primeiro lugar, a Póvoa de Santa Iria tem um parque escolar muito superior, com uma



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **157**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

escola secundária.-----

Interrompeu a Srª Presidente, perguntando se o munícipe quer colocar alguma questão, podendo posteriormente entregar o documento que está a ler. -----

Respondeu o munícipe que o documento está escrito à mão e que já foi entregue um documento com mais ou menos o mesmo texto ao Sr. Presidente da República, à Srª Presidente da Assembleia da República, aos vários partidos e ao Sr. Ministro Miguel Relvas também, que é o mais importante-----

Tem é que haver vontade daqueles que se identificam com o Governo de lhe dizer a disparidade que há. -----

A Póvoa de Santa Iria tem estruturas sociais e piscina, o Forte da Casa tem todas estas estruturas que são ditas acima das da Póvoa de Santa Iria, por que razão anexar e duplicar estruturas? Isto tem um nome, é antieconómico. -----

Há pessoas que não concordam com estas situações porque usurparam os vialonguenses com a lei de 1985, mas agora que se chega à conclusão que vai haver uma agregação do Forte da Casa à Póvoa de Santa Iria, pensa que os vialonguenses e a própria junta de freguesia deviam dizer que não, que o Forte da Casa deve voltar à freguesia mãe de onde saiu, sendo a posição mais correta que deviam tomar. Ou não querem o Tejo, os mouchões, os fortes e coisas imemoriáveis? Por que é que não querem? Isto agora não é criar uma freguesia, é dar a freguesia a outros. -----

Pensa que a bancada dos membros da Coligação Novo Rumo devia ter um papel preponderante em transmitir isto ao Governo, ou à comissão de avaliação, podem é não estar interessados, e sabe por que é que não estão. -----

Interrompeu de novo a Srª Presidente, dizendo ao munícipe que se quiser perguntar alguma coisa faz a pergunta, mas não faz comentários como o que acabou de fazer. -----

Prosseguiu o munícipe, referindo que esta questão causa sarilhos, e as pessoas não querem entender, querem ficar usurpados de um bem que era seu e foram dar à Póvoa de Santa Iria, com equipamentos duplicados, 2 piscinas e 2 escolas secundárias, e Vialonga não tem uma. -----

As pessoas não vêm à reunião de câmara mas comentam nos cafés, e a questão da escola secundária é muito importante. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 158

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Há uns anos, após a Srª Presidente tomar posse, houve uma troca de correspondência que todos os fregueses da autarquia de Vialonga tiveram conhecimento, em que a Srª Presidente disse que "o artigo sobre o terreno da escola secundária de Vialonga, publicado no jornal da junta de freguesia, e porque uma carta só não basta quando se pretende informar a população com precisão e autenticidade, permite-me fazer-lhes chegar um pouco da história relacionada com esta matéria, e que embora sendo do conhecimento do Sr. Presidente (da junta de freguesia à época) foi omitida".-----

No entanto, a Srª Maria Helena Guisado mentiu à Srª Presidente, e a Srª Presidente não sabia que ela tinha mentido, mas a junta de freguesia e todos os autarcas da freguesia, que na altura tinha várias forças políticas, sabiam e não a informaram. -- O próprio, que não era autarca à época, em conversas de café disse "já viram que o Forte da Casa tem piscinas e escola secundária e nós não temos nada, e havia um terreno no Paúl, com 20 000 m2, que era cedido a título gracioso pela Sª Maria Helena Guisado?"-----

Tem presente a carta que a Srª Maria Helena mandou para a junta de freguesia, à época, a dizer que cede o terreno para a escola secundária, houve troca de correspondência e depois a Srª Presidente, e muito bem, pede para a Srª Helena Guisado se dirigir ao centro notarial para resolver o problema da cedência do terreno, e aí é que entra a mentira da Srª Maria Helena Guisado. -----

Interveio a Srª Presidente, informando que há um horário para terminar a reunião de câmara e o munícipe está a gastar mais tempo do que todas as outras pessoas, o que não pode ser.-----

Prosseguiu o munícipe, lendo uma carta da Srª Helena Guisado, que diz: "Referindo-me ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar V. Exª que transmitido o resultado da avaliação da câmara alguns dos nossos rendeiros e inquilinos da propriedade denominada "O Paúl", um deles, manifestou interesse em exercer o seu direito de preferência, já desde a década de 80, o Sr. Manuel Henriques Nunes". -----

O próprio tinha correspondência e foi reler um documento antigo, em que ninguém, inquilino ou rendeiro, tinha capacidade para comprar uma coisa destas. Foi-se informar junto dos hortelões da zona e disseram-lhe que era uma pura



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 159

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

mentira, que a Srª Helena não vendeu nada ao Sr. Manuel Henriques, e que este não era inquilino dela, nem era nada. -----

É isto que quer provar, que a Srª Maria Helena Guisado mentiu à Srª Presidente, e isso é crime, porque a mentira é crime. -----

Por isso, a Srª Presidente mostrou interesse em fazer a escola e não a fez por omissão, porque na altura o terreno estava disponível. O que pergunta é por que é que a junta de freguesia não informou a Srª Presidente que aquele senhor não era rendeiro, a Srª Presidente tinha direito de opção. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que efetivamente essa informação era importante à data, hoje está completamente prejudicada, a própria encontra-se tantas vezes com o munícipe que este já lhe podia ter dito. -----

Respondeu o munícipe que na altura não se apercebeu que o Sr. Manuel Henriques Nunes não era inquilino. -----

Hoje as pessoas comentam, mas não sabem, e por isso é que devem saber a verdade das coisas, mas a autarquia devia ter comunicado e não comunicou. -----

Tomou a palavra a Srª Presidente, mencionando que o munícipe trouxe alguma clarificação sobre o assunto da escola secundária, mas este assunto depende do Ministério da Educação, da DREL, a câmara municipal fará alguma abordagem, mas no âmbito da Parque Escolar a obra não avançou porque havia um processo em tribunal sobre a parte do terreno que era necessária comprar, e o que era pretendido era que a câmara municipal assumisse um compromisso em relação a um futuro loteamento em que aquele terreno vinha a cedência. É curioso que os que acusam a câmara municipal de umas coisas, acusam também do inverso, mas efetivamente, até do ponto de vista judicial, não havia possibilidade da câmara municipal intervir naquele assunto. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata. 160

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----
LOTEAMENTO DA FONTE SANTA – VIALONGA -----

O munícipe, Sr. António Martins Caldeira, interveio, referindo que mora na Fonte Santa, em Vialonga, e como a Srª Presidente sabe, ainda não é possível circular totalmente no loteamento através de asfalto. Há lá uma distância de cerca de 250 a 300 metros que impedem, e há muitas pessoas afetadas, porque o autocarro há 30 anos que se mantém no términos que tem, e enquanto não houver asfalto que circule o loteamento, é impossível fazerem-se quaisquer diligências junto da Rodoviária de Lisboa para que o autocarro ali circule, pelo que os moradores agradeciam que fosse realizada essa obra. -----

Interveio a Srª Presidente, perguntando de que troço está o munícipe a falar. -----

O munícipe referiu que há 2 alternativas para ligar o alcatrão. -----

Respondeu a Srª Presidente que a câmara municipal já tem prevista uma. -----

Prosseguiu o munícipe, dizendo que há várias situações, há várias partes do bairro que não têm, mas era premente que se pudesse circular no bairro, porque enquanto não se puder, não há possibilidade do autocarro sair dali. -----

A Srª Presidente solicitou ao munícipe que dê indicação do local à Engª Carla Alcobia. -----

Prosseguiu o munícipe, referindo-se ainda aos últimos trabalhos realizados, da responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que estão praticamente destruídos. -----

No seu caso concreto chamou a atenção à entrada para a garagem, porque está tudo aluído, e há passeios que estão todos partidos. Se a obra ainda estiver dentro do prazo de garantia dever-se-ia chamar o empreiteiro à atenção. -----

Por outro lado, na rua principal, há muitos anos que as tampas de esgotos carecem de ser retificadas, porque com alguma frequência os carros partem ali, junto dos depósitos dos SMAS, na Avenida da Liberdade. -----

A Srª Presidente referiu que o Sr. Vereador Vale Antunes tomou boa nota da questão das tampas dos esgotos, e quanto à questão da circulação no loteamento vai solicitar à Engª Carla Alcobia para analisar. -----

Interveio o Sr. Vereador Vale Antunes, dizendo que a Srª Presidente já referiu a questão das tampas sobrelevadas, no que diz respeito às obras que os SMAS



Fl. Livro _____

Fl. Ata- 161

Reunião de 2013/01/09

Proc^Q

Deliberação nº _____

levaram a cabo na rua, vai saber qual a empresa que fez a intervenção, uma vez que foram referidos alguns abatimentos, e perceber as responsabilidades que lhe são atribuídas face àquilo que foi aqui descrito. -----

Aproveitará a mesma visita que fará no âmbito da intervenção da munícipe Isabel Oliveira para ir à Fonte Santa e avaliar a situação.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 162

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

SITUAÇÃO DA ABEIV – ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR INFANTIL DE VIALONGA-----

O munícipe, Sr. Vasco Matos, interveio, referindo que é sempre um prazer ter uma reunião de câmara em Vialonga. A sua primeira questão não carece naturalmente de resposta, mas gostava que a câmara municipal, dentro das possibilidades, viesse mais vezes a Vialonga e que uma vez tomasse uma medida de que ouve falar muito, que é a de que as pessoas da sua idade, 36 anos, e os mais novos, gostariam de participar, até para verem como funciona, e para colocarem questões, só que naturalmente o horário não é o mais correto. Percebe que possa dificultar a vida dos eleitos, mas se as reuniões passassem a ser feitas com o período aberto ao público à noite, a seu ver, seria um modo favorável de aproximação dos eleitos aos eleitores. -----

Está presente em representação da ABEIV – Associação de Bem-Estar Infantil de Vialonga, e acabou de haver eleições na associação, que tem uma nova direção, estando presentes nesta reunião 2 representantes, o Sr. Júlio Parreirinha, presidente do conselho fiscal, e o próprio, presidente da direção. Pretende colocar 2 questões que são do conhecimento da câmara municipal, que serão para ser resolvidas depois, julgando que a câmara municipal, a Srª Presidente e pelo menos o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira estarão disponíveis para receber a nova direção da ABEIV. -----

Interveio a Srª Presidente, dizendo que ainda não foi pedido, tendo o munícipe respondido que não, mas nessa altura poderão já ter mais algumas respostas, pelo que avança já com as questões. -----

Prosseguiu o munícipe, mencionando que tinha 3 questões a colocar, mas neste momento já só tem 2, porque relativamente à outra foi dada resposta que a câmara municipal já tem no seu planeamento a questão colocada pelo Sr. Vereador Rui Rei relativa ao parque de estacionamento, que é de facto uma necessidade. Os pais estacionam e, nesta altura de chuvas, o espaço fica todo enlameado, pelo que ficava mais bonito. Um dia gostava que os Srs. Vereadores visitassem a ABEIV, que hoje em dia tem um parque exterior de enorme qualidade e agora já sai um bocadinho do enquadramento do que se conhecia ser a associação. -----

Outra questão tem a ver com o terreno no Casal da Aboboreira, que queria



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. ~~Acta~~ **163**

Reunião de 2013/01/09

Procº _____

Deliberação nº _____

agradecer ao Sr. Presidente da junta, uma vez que logo que lhe foi solicitado foi fazer essa limpeza, mas não lhe cabe. -----

Neste momento não pede certamente que se vá chatear o proprietário, que teria sido a família Sequinho e agora será o Sr. Tarré, porque ultimamente tem feito alguns procedimentos a favor da ABEIV, sobre o que falará a seguir, mas regularmente, por uma questão de proteção civil, a câmara municipal tem de diligenciar, por uma situação de segurança, que foi apontada pela empresa que fez as medidas de autoproteção da ABEIV, que são obrigatórias, e disse que a existência de um terreno cheio de canavial por limpar, a 5 metros de um polo onde estão centenas de crianças, não pode acontecer. -----

Fez o pedido à junta de freguesia, que foi limpar o terreno, e está limpo neste momento, mas regularmente a câmara municipal tem de providenciar a limpeza, não por si, mas pelos meios que achar convenientes. -----

Passou à questão que considera mais importante, o processo de emissão de licenças de utilização dos 2 complexos educacionais, da Aboboreira e da sede. -----

Esta é uma questão complicada, porque o que está em causa é a possibilidade de um dia a ABEIV perder os acordos de cooperação com a segurança social para o pré-escolar, porque já recebeu 4 autorizações provisórias da Direção Regional de Educação de Lisboa para funcionamento, que normalmente só passa 3, e tem cartas de aviso que tem conseguido ultrapassar porque a câmara municipal faz sempre uma declaração a dizer que sabe da questão, mas já é tempo a mais. -----

O facto é que está a começar a avançar, a bem, a situação do Casal da Aboboreira, na rua Bela Vista, que está resolvido, mas foi aprovada a 17 de outubro em reunião da câmara municipal a desafetação do terreno para ocupação de equipamento social, e gostaria de saber a partir de agora o que é que falta, porque desconhece. - Sabe que a parte do parque residencial também não está resolvida, ao que sabe houve um período na história da ABEIV, há muitos anos, em que terá ocupado um bocadinho da via pública, não sabe se é isso que está a paralisar o assunto, mas está preocupado. -----


Hoje existem medidas do Fundo Monetário Internacional que são um pouco complicadas, vai começar a haver cortes e, quando isso acontecer, a segurança social vai-se virar para onde puder, e quando chegar ali e vir que há um problema



Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, salvo indicação em contrário. -----

Encerramento às 20,00 horas. -----

Esta ata foi aprovada, por unanimidade, na reunião de câmara de 2013/02/06, tendo sido dispensada a leitura da mesma, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros,
Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, em substituição da Diretora do
Departamento de Administração Geral, a subscrevi. _____

A Presidente da Câmara Municipal,

Measie de Jans Prins

- Maria da Luz Rosinha -